



PLANO DE GESTÃO FLORESTAL

Zona de Intervenção Florestal

Sarzedas - Estacal

(2022 - 2039)



Associação de
Produtores
Florestais
da Beira Interior

**ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS DA
BEIRA INTERIOR**



PLANO DE GESTÃO FLORESTAL

Revisão do PGF

Aprovado em 27.04.2016

Nº169.PB.026.20101008.R1.20150522




Zona de Intervenção Florestal

Sarzedas - Estacal

(2022 - 2039)

Março 2022

Centro
Mata Nacional do Choupal,
3000-611 COIMBRA

 www.icnf.pt | rubus.icnf.pt
 gdp.centro@icnf.pt
 239007260

AFLOBEI - Associação de Produtores Florestais da
Beira Interior
Avenida General Humberto Delgado 1.º
6000-081 CASTELO BRANCO

vossa referência <i>your reference</i>	nossa referência <i>our reference</i>	nosso processo <i>our process</i>	Data <i>Date</i>
	S-010043/2023	P-022559/2022	2023-03-06
Assunto <i>subject</i>	PGF ZIF DE SARZEDAS - ESTACAL CÓDIGO DE REGISTO Nº 169.PB.026.20101008.R.2.20220524		

Informa-se V. Ex.^a que nos termos do Decreto-Lei n.º 16/09 de 14 de Janeiro, republicado pelo Decreto Lei nº 65/2017 de 12 de Junho, e após análise por parte dos serviços regionais do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, foi aprovado pelo Diretor do Departamento Regional de Gestão e Valorização Florestal o Plano de Gestão Florestal (PGF) da ZIF de Sarzedas - Estacal, cuja Entidade Gestora é a AFLOBEI - Associação de Produtores Florestais da Beira Interior, ao qual foi atribuído o nº 169.PB.026.20101008.R.2.20220524, condicionado aos seguintes aspetos:

A) As intervenções a efetuar nas linhas de água e zonas adjacentes, deverão merecer enquadramento legal adequado.

B) Na área da ZIF, independentemente das propostas de gestão apresentadas, sempre que se verifique regeneração natural de sobreiro e azinho, esta deverá ser beneficiada, preservada e considerada/enquadrada nos projetos existentes e a executar.

C) As preparações de terreno a executar, considerando especificamente as gradagens, deverão salvaguardar as especificações técnicas e legais no que se refere à proteção de arvoredos, salvaguardando a área de projeção das copas e muito especialmente os sistemas radiculares dos sobreiros e azinheiras existentes;

D) Os povoamentos a beneficiar deverão merecer o respetivo enquadramento legal;

E) Independentemente dos intervalos de tempo entre as limpezas de mato/povoamentos apresentados nos planos de intervenção para as diversas parcelas, estas operações deverão ser executadas sempre que se verificar serem necessárias, de modo a diminuir as condições de ocorrência e propagação de incêndios, bem como quaisquer outras ações no âmbito da Defesa da Floresta.

F) Deverá ter em consideração o parecer emitido pela Direção Regional de Cultura do Centro, pela DRAP Centro e pela CCDRC.



G) Não se considera a ocupação do solo com Eucalipto nas parcelas C1, C3, C4, C5, C6, C9, C11, a ocupação deverá ser corrigida na próxima alteração/revisão do PGF. Estas parcelas devem ser geridas de acordo com a ocupação existentes atualmente no solo.

H) Na próxima alteração/revisão do PGF deverá ser corrigida a ocupação do solo que se encontra incorreta em algumas parcelas dos Talhões A e H.

I) Na próxima alteração/revisão do PGF deverá ser corrigida a ocupação do solo que se encontra incorreta no Talhão I.

J) As densidades de instalação de povoamentos florestais referidas na página 76 do PGF não estão de acordo com as densidades iniciais referidas nos modelos de silvicultura do PROF CI para as espécies em questão. Na instalação de povoamentos com as referidas espécies, devem ser utilizadas densidades iniciais, de acordo com os modelos de silvicultura respetivos do PROF CI.

Refere-se que a aprovação do PGF não dispensa as autorizações e pareceres previstos na lei para a execução das ações nele preconizadas, em razão da matéria, a emitir por parte das respetivas entidades competentes.

Mais se informa que, sempre que o PGF em causa for sujeito a alteração ou a revisão, a mesma está sujeita a aprovação do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor do Departamento Regional de Gestão e Valorização Florestal

Rui Pedro Ferreira ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Por delegação e subdelegação de competências nos termos do disposto no Despacho N.º 2536/2021, publicado na 2.ª Série do DR n.º 45 de 5 de março de 2021.

Anexo:

- Anexos: Pareceres da CCDRC, DRAPC e DR Cultura do Centro

Documento processado por computador, nº S-010043/2023

EDIÇÕES

Nº DA EDIÇÃO	DATA	DESCRIÇÃO
ED1	JANEIRO 2010	Elaboração do PGF
ED2	FEVEREIRO 2015	Revisão do PGF N.º 169.PB.026.20101008
ED3	MARÇO 2022	Revisão do PGF N.º 169.PB.026.20101008.R1.20150522

ÍNDICE

ÍNDICE.....	4
ÍNDICE DE QUADROS	7
ÍNDICE DE FIGURAS	9
ÍNDICE DE MAPAS.....	10
LISTA DE ANEXOS.....	11
Lista de abreviaturas.....	12
Glossário.....	13
INTRODUÇÃO E OBJECTIVOS	17
A - DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO	19
1. Enquadramento Social e Territorial do Plano	19
1.1. Caracterização do Proprietário e da Gestão	19
1.1.1 Identificação do Proprietário, Gestor ou Responsável pela Gestão	19
1.1.2. Identificação do Responsável pela Elaboração do PGF	19
1.2 Caracterização geográfica da exploração florestal	20
1.2.1 Identificação da exploração florestal e dos prédios que a constituem	20
1.2.2 Inserção administrativa.....	28
1.2.3 Localização e acessibilidade da exploração	28
2. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA DA PROPRIEDADE	28
2.1 Variáveis Fisiográficas - Altimetria, Declives e Exposições.....	28
2.1.1 Altimetria	28
2.1.2 Declives	29
2.1.3 Exposições	29
2.1.4 Hidrografia.....	30
2.2 Clima	31
2.3 Solo	32
2.3.1 Litologia / Capacidade de Uso do Solo	32
2.4 Fauna, flora e habitats.....	33
2.5 Pragas, doenças e infestantes	35
2.6 Incêndios florestais, inundações e outros riscos naturais.....	38
2.6.1 Ocorrências / Área ardida	38
2.6.2 Carta de Perigosidade	38
2.6.3 Carta de Risco de Incêndio	39
3. REGIMES LEGAIS ESPECÍFICOS	40
3.1 Restrições de utilidade pública.....	40

3.2 Instrumentos de planeamento florestal.....	42
3.3 Instrumentos de gestão territorial	44
3.4 Outros ónus relevantes para a gestão florestal.....	45
4. CARACTERIZAÇÃO DE RECURSOS	47
4.1 Infraestruturas florestais	47
4.1.1 Rede viária florestal (RVF).....	47
4.1.2 Armazéns e outros edifícios associados à gestão	48
4.1.3 Infraestruturas DFCI.....	48
4.1.4 Infraestruturas de apoio à gestão cinegética.....	49
4.1.5 Infraestruturas de apoio à silvopastorícia.....	49
4.1.6 Infraestruturas de apoio ao recreio e turismo.....	49
4.2 Caracterização socioeconómica da propriedade	50
4.2.1 Função de produção.....	50
4.2.2 Função de proteção	51
4.2.3 Função de silvo pastorícia, caça e pesca.....	51
4.2.4 Evolução histórica da gestão	52
B - MODELOS DE EXPLORAÇÃO	53
1. Caracterização e Objetivos de Exploração.....	53
1.1. Caracterização dos Recursos.....	53
1.1.1 Caracterização geral	53
1.1.2 Compartimentação da propriedade, definição e delimitação das parcelas.....	54
1.1.3 Componente florestal.....	55
1.1.3.1 Caracterização das espécies florestais, habitats e povoamentos	55
1.1.3.2 Caracterização dos povoamentos (descrição parcelar - dp).....	56
1.1.4 Componente silvopastoril	61
1.1.5 Componente cinegética, aquícola e apícola.....	61
1.1.6 Componente de recursos geológicos e energéticos.....	61
1.1.7 Componente do património arqueológico	61
1.2 Definição dos objetivos de exploração.....	61
2. Adequação ao PROF	63
3. Programas operacionais	64
3.1 Programa de gestão de biodiversidade.....	65
3.2 Programa de gestão da produção lenhosa	65
3.2.1 Programa de cortes e desbastes	68
3.3 Programa de Gestão do Aproveitamento de Recursos Não Lenhosos e Outros Serviços Associados.....	69

3.3.1 Programa de gestão suberícola	70
3.3.2 Programa de gestão cinegética	72
3.3 Programa de infraestruturas	73
3.4 Programa de Operações Silvícolas Mínimas.....	74
3.5 Gestão florestal preconizada (Calendarização das Intervenções).....	75
4. Bibliografia	88



ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação do proponente.....	19
Quadro 2 - Identificação dos responsáveis pela elaboração do PGF.....	19
Quadro 3 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.....	20
Quadro 4 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.....	21
Quadro 5 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.....	22
Quadro 6 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.....	23
Quadro 7 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.....	24
Quadro 8 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.....	25
Quadro 9 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.....	26
Quadro 10 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.....	27
Quadro 11 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.....	28
Quadro 12 - Distribuição percentual das classes de altimétricas da UGF.....	29
Quadro 13 - Distribuição percentual das classes de declive da UGF.....	29
Quadro 14 - Distribuição percentual das classes de exposição da UGF.....	30
Quadro 15 - Dados Climáticos (Fonte: Atlas do Ambiente).....	31
Quadro 16 - Tipos de Solo da UGF (Fonte: Atlas do Ambiente).....	32
Quadro 17 - Litologia da UGF (Fonte: Atlas do Ambiente).....	32
Quadro 18 - Capacidade de Uso do Solo da UGF.....	32
Quadro 19 - Síntese de Pragas e Doenças presentes na UGF.....	36
Quadro 20 - Síntese de Pragas e Doenças potenciais na UGF.....	36
Quadro 21 - Síntese de Pragas e Doenças potenciais na UGF.....	37
Quadro 22 - Enquadramento da UGF no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI).....	42
Quadro 23 - Enquadramento da UGF no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI) (cont.).....	43
Quadro 24 - Zona de Caça que engloba a UGF (Fonte: ICNF).....	46
Quadro 25 - Distribuição da Rede Viária Florestal da UGF.....	48
Quadro 26 - Quantificação das Componentes da Rede de Faixas e Mosaicos de Gestão de Combustíveis da UGF.....	49
Quadro 27 - Classificação funcional da ZIF.....	52
Quadro 28 - Uso e Ocupação do Solo da UGF.....	53
Quadro 29 - Compartimentação da UGF (Talhões e Parcelas).....	54
Quadro 30 - Características dos povoamentos da UGF (Atual e Futura).....	55
Quadro 31 - Caracterização parcelar dos povoamentos da UGF.....	56
Quadro 32 - Caracterização parcelar dos povoamentos da UGF.....	57
Quadro 33 - Caracterização parcelar dos povoamentos da UGF.....	58
Quadro 34 - Caracterização parcelar dos povoamentos da UGF.....	59
Quadro 35 - Caracterização parcelar dos povoamentos da UGF.....	60

Quadro 36 - Objetivos específicos das sub-regiões homogéneas aplicados à UGF	63
Quadro 37 - Quadro resumo da contribuição para as metas do PROF.	63
Quadro 38 - Modelos de silvicultura e gestão florestal sustentável, segundo a legislação do PROF Centro Interior.	64
Quadro 39 - Modelos de silvicultura e gestão florestal sustentável, adaptados às tipologias específicas da UGF.	64
Quadro 40 - Modelo de Silvicultura para o Pinheiro bravo (PB) - novas instalações e condução de povoamentos já instalados.	65
Quadro 41 - Modelo de Silvicultura para o Eucalipto (EC1) - novas instalações e condução de povoamentos já instalados.	66
Quadro 42 - Modelo de Silvicultura para o Cipreste comum (CP) - novas instalações e condução de povoamentos já instalados	67
Quadro 43 - Modelo de Silvicultura para povoamentos puro de freixo de regeneração natural. ..	67
Quadro 44 - Modelo de Silvicultura para povoamentos puro de choupo de regeneração natural.	68
Quadro 45 - Quantificação da área de corte durante o período de vigência do PGF.	68
Quadro 46 - Modelo de Silvicultura para o Sobreiro (SB1) - novas instalações e condução de povoamentos já instalados.	69
Quadro 47 - Tiragem de cortiça durante o período de vigência do PGF.	71
Quadro 48 - Calendarização das intervenções nas infraestruturas para o período de vigência do PGF.	73
Quadro 49 - Nomenclatura da calendarização das intervenções.	77
Quadro 50 - Calendarização das intervenções.	79
Quadro 51 - Calendarização das intervenções.	80
Quadro 52 - Calendarização das intervenções.	81
Quadro 53 - Calendarização das intervenções.	82
Quadro 54 - Calendarização das intervenções.	83
Quadro 55 - Calendarização das intervenções.	84
Quadro 56 - Calendarização das intervenções.	85
Quadro 57 - Calendarização das intervenções.	86
Quadro 58 - Calendarização das intervenções.	87

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição percentual da perigosidade de incêndio florestal na UGF.	38
Figura 2 - Distribuição percentual do risco de incêndio florestal na UGF.	39



ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 - Localização e enquadramento geográfico

Mapa 2 - Área aderente - Prédios rústicos

Mapa 3 - Tipos de solos

Mapa 4 - Área ardida

Mapa 5 - Perigosidade de incêndio florestal

Mapa 6- Risco de Incêndio florestal

Mapa 7- Servidões e restrições de utilidade pública

Mapa 8 e 9 - Outros ónus relevantes para a gestão

Mapa 10 - Infraestruturas DFCl e outras

Mapa 11 - Zonamento funcional

Mapa 12 - Ocupação do solo

Mapa 13- Compartimentação (Talhões / Parcelas)

Mapa 14 - Plano de intervenção florestal de 2022

Mapa 15 - Plano de intervenção florestal de 2023

Mapa 16 - Plano de intervenção florestal de 2024

Mapa 17 - Plano de intervenção florestal de 2025

Mapa 18 - Plano de intervenção florestal de 2026

Mapa 19 - Plano de intervenção florestal de 2027 - 2031

Mapa 20 - Plano de intervenção florestal de 2032 - 2036

Mapa 21 - Plano de intervenção florestal de 2037 - 2039

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I - Normas de Cartografia de ocupação do solo	91
ANEXO II - Cartografia de pormenor	92



LISTA DE ABREVIATURAS

AFLOBEI - Associação de Produtores Florestais da Beira Interior

ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

CAOF - Comissão de Acompanhamento das Operações Florestais

CE - Corredor Ecológico

CMDFCI - Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

DFCI - Defesa da Floresta Contra Incêndios

GTF - Gabinete Técnico Florestal

ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e Florestas

IM - Instituto de Meteorologia

INE - Instituto Nacional de Estatística

PDF - Plano de Defesa da Floresta

PDM - Plano Diretor Municipal

PGF - Plano de Gestão Florestal

PIO - Plano de Intervenção Operacional

PMDFCI - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

PNDFCI - Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

POEC - Plano de Ordenamento e Exploração Cinegético

PDR - Programa de Desenvolvimento Rural

PROF CI - Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior

PSRN - Plano Sectorial da Rede Natura

RAN - Reserva Agrícola Nacional

REN - Reserva Ecológica Nacional

RVF - Rede Viária Florestal

UGF - Unidade de Gestão Florestal

ZCA - Zona Caça Associativa

ZCT - Zona Caça Turística

ZCM - Zona Caça Municipal

ZIF - Zona de Intervenção Operacional

GLOSSÁRIO

Atividades - Corresponderem a um conjunto de intervenções táticas necessárias para atingir uma determinada produção esperada e/ou objetivo de produção.

Altitude - Distância, medida na vertical, desde o nível médio das águas oceânicas até ao lugar em referência.

Altura dominante - Média das alturas das três árvores com maior DAP da parcela de inventário, designadas por árvores dominantes (unidades: m).

Área arborizada - Área ocupada com espécies arbóreas florestais, desde que estas apresentem um grau de coberto igual ou superior a 10% e ocupem uma área igual ou maior a 0.5 ha.

Áreas ardidas - Terrenos de uso florestal, anteriormente ocupados por povoamentos florestais que, devido à passagem de um incêndio no último ano, estão atualmente ocupadas por vegetação queimada ou solo nu, com presença significativa de material morto ou carbonizado. Têm uma área no mínimo de 0,5 ha e largura não inferior a 20 metros.

Área basal - Somatório das áreas seccionais das árvores do povoamento, calculadas a 1,30 m do solo (unidades: m²).

Cadastro Predial - Registo administrativo, metódico e atualizado de carácter multifuncional, no qual se procede à caracterização e identificação dos prédios existentes no território nacional. Para efeitos de cadastro, a caracterização de um prédio é dada através da sua localização administrativa e geográfica, configuração geométrica e área.

Caminhos florestais - Vias principais, transitáveis por todo o tipo de veículos durante todo o ano, com uma largura mínima de 3 - 3,5 metros.

CAP (Circunferência à altura do peito) - Perímetro do tronco de uma árvore medido sobre casca a 1,30 m do solo (unidades: cm).

Carregadouro - Local destinado à concentração temporária de material lenhoso resultante da exploração florestal, com o objetivo de facilitar as operações de carregamento, nomeadamente a colocação do material lenhoso em veículos de transporte que o conduzirão às unidades de consumo e transporte para o utilizador final ou para parques de madeira.

Ciclo de exploração - Período de tempo que dista entre duas operações de colheita/exploração do povoamento florestal.

Compasso - Distância entre as linhas de plantação e distância entre as plantas na linha, como por exemplo, 3x3 m, 4x2 m, etc.

Composição - Variedade e natureza específica ou cultural dos indivíduos componentes dos povoamentos.

DAP (Diâmetro à altura do peito) - Diâmetro do tronco de uma árvore medido sobre casca a 1,30 m do solo (unidades: cm).

Densidade do povoamento - Número de árvores existentes num povoamento florestal por unidade de área (unidades: n° árvores / ha).

Estado sanitário - Avaliação de danos nos diversos órgãos ou tecidos das plantas, provocados por agentes bióticos.

Estradões - Vias secundárias de circulação limitada, sendo no Inverno apenas transitáveis por veículos todo-o-terreno. Têm como principal função servir de apoio às operações na mata e de compartimentação florestal.

Estrutura - Características de ocupação do espaço acima do solo pelas árvores, isto é, a forma de arranjo interno dos povoamentos.

Exploração - Conjunto de atividades necessárias para a transferência do material lenhoso produzido até ao local de transformação.

Exposição - Posição das vertentes em relação aos pontos cardeais (orientação solar).

Existência - Volume em pé.

Floresta - Extensão de terreno com área $\geq 5\ 000\ m^2$ e largura $\geq 20\ m$, com um grau de coberto $\geq 10\ \%$ (definido pela razão entre a área da projeção horizontal das copas e a área total da parcela), onde se verifica a presença de arvoredos florestais que, pelas suas características ou forma de exploração, tenha atingido, ou venha a atingir, porte arbóreo (altura superior a 5 m), independentemente da fase em que se encontre no momento da observação.

Índice de risco temporal de incêndio florestal - A expressão numérica que traduza o estado dos combustíveis florestais e da meteorologia, de modo a prever as condições de início e propagação de um incêndio.

Índice de risco espacial de incêndio florestal - A expressão numérica da probabilidade de ocorrência de incêndio.

Instalação - Período que decorre desde o início dos trabalhos de mobilização do terreno até à retancharia ou, quando esta não seja necessária, até um ano após o início da plantação.

Instrumentos de gestão florestal - Planos de gestão florestal (PGF), os elementos estruturantes das zonas de intervenção florestal (ZIF), os projetos elaborados no âmbito dos diversos programas públicos de apoio ao desenvolvimento e proteção dos recursos florestais e, ainda, os projetos a submeter à apreciação de entidades públicas no âmbito da legislação florestal.

Litologia - Descrição das características que determinam a natureza, o aspeto e as propriedades de uma rocha de modo a particularizá-la, tendo como base parâmetros como: textura, cor, composição mineralógica e/ou química, granulometria.

Manutenção - Período que decorre desde a instalação do povoamento até à sua exploração/colheita.

Matos - Extensão de terreno com área $\geq 5\ 000\ m^2$ e largura $\geq 20\ m$, com cobertura de espécies lenhosas de porte arbustivo, ou de herbáceas de origem natural, onde não se verifique atividade agrícola ou florestal, que podem resultar de um pousio agrícola, constituir uma pastagem espontânea ou terreno puro e simplesmente abandonado.

Modelos de Silvicultura - Conjunto de intervenções silvícolas base, necessárias e aconselhadas, com vista à correta instalação, manutenção e exploração de um determinado tipo de povoamento florestal, de acordo com os seus objetivos principais, adequado às funcionalidades dos espaços florestais.

Ocupação do solo - Identifica a cobertura física do solo.

Operações - Especificam o detalhe de cada atividade e correspondem a um conjunto de práticas operacionais capazes.

Ordenamento florestal - Conjunto de normas pelas quais se regulam as intervenções de natureza cultural ou de exploração com vista à obtenção, de forma sustentada, de um objetivo predeterminado.

Parcela - Unidade territorial delimitada de forma contínua, que apresenta uma composição florística, ecológica e estrutural homogénea (ocupação, ciclo e rotação) e está sujeita a um mesmo conjunto de práticas de gestão, de aplicação uniforme na respetiva área.

Parcela de inventário - Área de terreno conhecida onde se executam medições e avaliações de campo com vista ao tratamento estatístico dos dados para inferência das características dos povoamentos.

Planeamento - Fase de programação das atividades em que se conjugam cuidados ambientais, capacidades produtivas, capacidades operacionais e os objetivos para a área sob gestão, admitindo sempre a possibilidade de rever o planeado.

Plano de Gestão Florestal - É um instrumento operativo das explorações florestais e agroflorestais que regula, no tempo e no espaço, com subordinação, sempre que possível, ao plano regional de ordenamento florestal (PROF), as intervenções de natureza cultural e ou de exploração e visa a produção sustentada dos bens e serviços originados em espaços florestais, determinada por condições de natureza económica, social e ecológica.

Plano de Intervenção Operacional - Visa registar um conjunto de atividades previstas, capazes de sustentar um planeamento operacional prático e de reconstituir um referencial técnico orientador das ações que ocorrem sobre determinado povoamento florestal.

Política Florestal - Declaração do responsável pela UGF relativa às intenções e princípios relacionados com o seu desempenho florestal geral, que proporcione um enquadramento para a atuação e para a definição os seus objetivos e metas florestais.

Povoamento florestal - área ocupada com árvores florestais com uma percentagem de coberto no mínimo de 10%, que ocupa uma área no mínimo de 0,5 ha e largura não inferior a 20m.

Povoamento florestal puro - Povoamento constituído por uma ou mais espécies de árvores florestais, em que uma delas ocupa mais de 75% do coberto total.

Povoamento florestal misto - Povoamento em que, havendo várias espécies, nenhuma atinge os 75% do coberto. Neste caso, considera-se a espécie dominante a que for responsável pela maior parte do coberto.

Povoamento regular - Povoamento em que a maioria das árvores pertence à mesma classe de idade. As árvores existentes formam um só andar de vegetação.

Povoamento irregular - Povoamento em que as árvores pertencem a diferentes classes de idades. Usualmente as árvores existentes não podem ser separadas em diferentes andares de vegetação.

Prédio Rústico - Espaço coincidente com o cadastro predial ou das Finanças, desde que faça parte do património de uma pessoa singular ou coletiva.

Rede divisional - Conjunto de faixas - aceiros e arrifes - que dividem a Unidade de Gestão em unidades territoriais de planificação, para efeitos de gestão. Estas redes podem integrar redes de defesa da floresta contra incêndios.

Rede viária - Conjunto de caminhos florestais e estradões.

Regeneração natural - Estabelecimento de um povoamento florestal por meios naturais, ou seja, através de sementes provenientes de povoamentos próximos, depositadas pelo vento, aves ou outros animais.

Regime de alto fuste - Quando o povoamento se perpetua, direta ou indiretamente, por via seminal.

Regime de talhadia - Povoamento florestal proveniente de rebentos ou pólas, de origem caulinar ou radical, que surgem quando o tronco é removido e o sistema radical é deixado intacto.

Rotação - Intervalo de tempo que decorre entre a realização de cortes da mesma natureza no mesmo local de uma mata.

Secção - Parte da unidade de Gestão que tem a mesma função dominante e que está sujeita a um determinado tipo de tratamento. Pode não coincidir exatamente com o limite dos talhões, mas vir a ser constituída por conjuntos de parcelas independentemente da sua distribuição no espaço.

Sobrantes de exploração - Material lenhoso e outro material vegetal resultante de atividades agroflorestais.

Talhão - Unidade ideal de exploração, delimitada de forma contínua ou não, constituída por uma ou mais parcelas, que apresenta uma composição florística, ecológica e estrutural homogénea (ocupação, ciclo e rotação) e está sujeita a um mesmo conjunto de práticas de gestão, de aplicação uniforme na respetiva área.

Talhadia - Povoamento proveniente de rebentos ou pólas de origem caulinar ou radicular.

Tipo de Intervenção - Define o destino contabilístico de uma intervenção operacional, considerando que cada tipo de intervenção está univocamente direcionado para um tipo de conta destino, a que são imputados os custos dos trabalhos, sejam custos correntes ou de imobilizado.

Unidade de Gestão Florestal - Unidade territorial delimitada de forma contínua ou não, constituída maioritariamente por espaços florestais, sujeita a um plano de gestão e localizada sobre uma região relativamente restrita do ponto de vista edafoclimático e ecológico.

Zona de Caça Associativa - Zona de caça a constituir por forma a privilegiar o incremento e manutenção do associativismo dos caçadores, conferindo-lhes assim a possibilidade de exercerem a gestão cinegética.

Zona de Caça Turística - Zona de caça a constituir por forma a privilegiar o aproveitamento económico dos recursos cinegéticos, garantindo a prestação de serviços adequados.

Zona de Caça Municipal - Zona de caça a constituir para proporcionar o exercício organizado da caça a um número maximizado de caçadores em condições particularmente acessíveis.

INTRODUÇÃO E OBJECTIVOS

As características próprias dos espaços florestais, juntamente com a crescente preocupação com os aspetos ambientais e de conservação da biodiversidade a eles associados, bem como as suas apetências para a multifuncionalidade, obrigam à existência de uma gestão planeada e que dê resposta às políticas e objetivos definidos. A gestão planeada dos espaços florestais é a melhor forma de garantir a sua conservação, exploração sustentável e continuidade.

A necessidade de uma gestão florestal sustentável, multidisciplinar, ativa e permanente encontra-se refletida nos princípios orientadores da Lei de Bases da Política Florestal, regulamentada pela Lei n.º 33/96 de 17 de agosto, caracterizando-se o atual sistema de planeamento florestal nacional pela existência de uma vasta lista de instrumentos de ordenamento do território, de âmbito nacional, sectorial, regional e local. Estes princípios orientadores, nomeadamente os que se referem ao aumento da produção e à conservação da floresta e dos recursos naturais que lhe estão associados, bem como os relativos à necessidade do uso e gestão da floresta de acordo com políticas e prioridades de desenvolvimento nacionais, articuladas com políticas sectoriais e de ordenamento do território, implicam como as medidas de política florestal, a adoção e aplicação de Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) e de Plano de Gestão Florestal (PGF).

Os PROF's, regulamentados pelo Decreto-Lei n.º 16/2009 de 14 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 11/2019 de 21 de janeiro, permitem a aplicação regional, não só das diretrizes estratégicas nacionais como da monitorização da gestão florestal sustentável, uma vez que definem normas de silvicultura pelas quais a gestão das explorações florestais se deve efetuar. A **Unidade de Gestão em estudo (Zona de Intervenção Florestal de Sarzedas - Estacal)** é abrangida pelo **Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI)** regulamentado pela Portaria n.º 55/2019 de 11 de fevereiro.

Ao nível da propriedade florestal, o instrumento de operacionalização e integrador de todas as orientações e condicionantes presentes nos inúmeros instrumentos de ordenamento é o PGF, regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 16/2009 de 14 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 11/2019 de 21 de janeiro e que aprova o regime jurídico dos PGF's.

O PGF é um instrumento de administração de espaços florestais que, de acordo com as orientações definidas no PROF, determina, no espaço e no tempo, as intervenções de natureza cultural e de exploração dos recursos, visando a produção sustentada dos bem e serviços por eles proporcionado e tendo em conta as atividades e os usos dos espaços envolventes.

Segundo a legislação em vigor, estão sujeitas à elaboração obrigatória de PGF explorações florestais e agroflorestais privadas com área igual ou superior a 25 ha, em todos os concelhos da Região PROF Centro Interior (n.º 2 do artigo 29º da Portaria n.º 55/2019 de 11 de fevereiro).

Esta situação reflete que, não obstante a inexistência de obrigatoriedade legal, os produtores florestais têm tido uma preocupação de obter instrumentos e ferramentas de melhoria da sua gestão sempre que sentem necessidade. Esta necessidade está, obviamente, associada à viabilidade económica e/ou rentabilidade da sua exploração florestal, que é o que motiva a promoção da gestão e do ordenamento florestal, e não a obrigatoriedade legal de fazer um PGF.

De acordo com a legislação em vigor, o PGF deve incluir a caracterização dos recursos existentes, nomeadamente nas suas componentes florestal, silvopastoril, de caça e pesca nas águas interiores, e aproveitamento de outros recursos, como sejam recursos geológicos e das energias renováveis, enquadramento territorial e social, programa de gestão da produção lenhosa, programa de aproveitamento dos recursos não lenhosos e outros serviços associados e programa de gestão da biodiversidade, sempre que estejam abrangidos por áreas classificadas.

Os objetivos do presente PGF consistem na realização de um planeamento adequado e economicamente viável das operações referentes a uma gestão florestal sustentável, integrando as componentes de gestão multifuncional da ZIF.

O período de vigência de um PGF coincide com o respetivo PROF da região e vigora no máximo 20 anos (n.º 2 do artigo 23 e n.º 1 do artigo 25º do Decreto-Lei nº 16/2009 de 14 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 11/2019 de 21 de janeiro). Neste caso em concreto, o **PGF da Zona de Intervenção Florestal de Sarzedas - Estacal, tem um horizonte de planeamento de 2022 a 2039, ou seja, 18 anos**, facto este explicado pela data de aprovação do PROF do Centro Interior (PROF CI) (Portaria n.º 55/2019 de 11 de fevereiro).

A - DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO

1. Enquadramento Social e Territorial do Plano

1.1. Caracterização do Proprietário e da Gestão

1.1.1 Identificação do Proprietário, Gestor ou Responsável pela Gestão

Quadro 1 - Identificação do proponente.

DESIGNAÇÃO DA PROPRIEDADE	Zona de Intervenção Florestal de Sarzedas - Estacal		
ENTIDADE GESTORA	AFLOBEI - Associação de Produtores Florestais da Beira Interior		
MORADA	Av. General Humberto Delgado nº 57 - 1º, 6000-081 Castelo Branco		
EMAIL	aflobei@aflobei.pt		
TELEFONE	272 325 741	NIF	504513184

1.1.2. Identificação do Responsável pela Elaboração do PGF

Quadro 2 - Identificação dos responsáveis pela elaboração do PGF.

ENTIDADE	AFLOBEI - Associação de Produtores Florestais da Beira Interior		
TÉCNICO	Rui Miguel Roque Martins ¹ Ana Patrícia Dias dos Santos ²		
FORMAÇÃO ACADÉMICA	¹ Licenciatura em Engenharia Florestal ² Licenciatura em Agronomia - Ramo Florestal		
MORADA	Av. General Humberto Delgado nº 57 - 1º, 6000-081 Castelo Branco		
TELEFONE	272 325 741	FAX	272 325 782
EMAIL	aflobei@aflobei.pt		

1.2 Caracterização geográfica da exploração florestal

1.2.1 Identificação da exploração florestal e dos prédios que a constituem

A Zona de Intervenção Florestal de Sarzedas - Estacal, totaliza cerca de 1322,71ha (Mapa 1). Os quadros seguintes fazem síntese dos aderentes e respetivos prédios rústicos que integram a ZIF, à presente data (Mapa 2).

Quadro 3 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.

ID	Nome do Aderente	2º Titular	3º Titular	Designação do prédio	Secção	Artigo	Área (ha)
1	Abílio do Carmo Gonçalves			Fozes	CJ	59	0,63
2				Vale de Raiz		87	0,21
3				Vale da Raiz		88	0,20
4	Abílio Nunes Almeida			Maticos	CL	71	0,54
5				Maticos		70	4,47
6				Barroca dos Milhos	CJ	113	1,18
7	Alfredo Mateus Lourenço			Sincarrasco	AT	224	0,28
8				Vale Domingomes	BE	3	0,88
9				Vale Serrasqueiro		57	0,58
10				Várzeas	CF	15	0,41
11				Estacal		21	0,04
12				Fundo do Estacal		19	1,42
13				Estacal		20	0,78
14				Vale de Mocos	CI	43	1,44
15	Alzira do Carmo Martins Afonso Miguel			Vale de Raiz	CJ	127	0,31
16				Focalhão	BH	67	0,60
17	Amável Manuel Gonçalves Dias			Barroca da Portela		71	0,75
18	Américo Rosa Nunes			Vale de Moços	CG	15	1,92
19	António Antunes Almeida			Fundo do Estacal	CI	3	2,19
20	António Goncalves Marques			Fozes	CJ	53	0,32
21				Barroca dos Milhos		142	0,62
22	António Nunes Almeida			Vale de Moços	CG	21	13,47
23	António Rodrigues Dias			Malhada		36	1,91
24	Artur José Nunes			Pernadas	CF	12	1,53
25				Vale Domingomes	BE	8	1,64
26				Cabeceiro Alto	BF	10	3,41
27	Augusto Almeida Afonso			Risca Cinco Mendes	CE	22	1,05
28	Carlos Manuel Pires Afonso			Sincarrasco	AT	223	0,49
29				Vale Domingomes	BE	2	0,83
30				Vale Serrasqueiro		13	1,78
31				Vale Domingomes		162	0,36
32				Cabeço Piçarra	BF	24	0,28
33				Cabeço Piçarra		27	0,32
34				Pernadas	CF	10	1,10
35				Estacal		14	0,78
36				Lagoa	CJ	35	0,60
37				Salgueiros	CD	67	0,07
38				João Nunes Afonso	Fozes	CI	24

Quadro 4 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.

ID	Nome do Aderente	2º Titular	3º Titular	Designação do prédio	Secção	Artigo	Área (ha)
39	Carlos Manuel Pires Afonso			Rasa	CL	67	2,00
40	Carminda Nunes Gonçalves Peres			Sesmo	BZ	29	0,20
41				Sesmo		15	3,22
42	Cecília Nunes Lourenço			Barroquinha	CE	11	0,88
43				Vale de Moccos	CI	58	0,52
44				Malhada		59	0,57
45	Conceição Nunes Lourenço			Barroca dos Milhos	CJ	114	0,36
46				Oliveira do Diogo	CL	1	0,76
47				Oliveira do Diogo		3	3,09
48				Malhada	CI	61	1,09
49	Diamantino Nunes Martins			Portela	BH	53	1,09
50				Olheiros	CC	36	1,03
51	Domingos Marques Nunes Lourenço			Barregão	CD	65	0,09
52				Vale Moços	CI	26	1,46
53				Cabeço de Sta. Mart	CU	39	0,33
54	EDIAGRI-Sociedade Agrícola da Grade			Vale Sarzedas	BE	21	0,41
55				Cabeço do Lagar		83	1,42
56				Vale Domingomes		18	7,81
57				Cabeço do Lagar		82	1,24
58				Vale Sarzedo		19	0,97
59				Vale Sarzedo		20	0,39
60				Vale Sarzedo		22	1,36
61				Vale Sarzedo		23	1,51
62				Vale Sarzedo		35	1,13
63				Vale Sarzedo		36	1,87
64				Vale Sarzedo		37	0,70
65				Vale Sarzedo		40	1,20
66				Vale Sarzedo		51	0,51
67				Vale Sarzedo		52	1,21
68				Vale Sarzedo		54	0,28
69				Vale Sarzedo		53	0,29
70				Vale Domingones		61	2,34
71	Eduardo Lourenço Rodrigues			Vale de Moccos	CJ	66	0,68
72				Olheiros	CC	30	1,05
73	Eduardo Maria Gonçalves			Maticos	CL	54	1,16
74				Ribeiro	BD	156	0,58
75	Eduardo Nunes Afonso 1			Rascas	CE	30	0,74
76	Eduardo Nunes Afonso 2			Vale do Moço	CG	11	2,29
77	Eduardo Nunes Gonçalves			Revolta	BF	14	0,36
78					BE	150	0,05
79				Cabeço das Fozes		158	0,25
80	Ermelinda dos Anjos Nunes Afonso			Lameiro	BI	160	0,50
81				Veringal	CD	6	1,75
82				Vinhas da Tapada		2	0,10
83				Veringal		4	0,26
84	Eugénio Joaquim Nunes			Vale Domingomes	BE	56	0,70

Quadro 5 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.

ID	Nome do Aderente	2º Titular	3º Titular	Designação do prédio	Secção	Artigo	Área (ha)
85	Eugénio Joaquim Nunes	Francisco da Silva Afonso		Fozes	BE	139	0,16
86				Fundo do Estacal	CF	16	1,61
87	Fernando Andrade Lopes			Bodaneira	CD	24	1,50
88				Bodaneira	CG	27	7,97
89	Filipe Joaquim Conceição Martins			Malhada	CH	2	4,65
90	Francisco Antunes Nunes			Vale de Rolhiz	CE	8	1,29
91				Facalhão	CC	37	0,80
92	Francisco da Silva Afonso			Lameironas	BF	38	27,55
93				Lameironas	BF	40	5,31
94				Linhar Longo	BH	48	5,80
95				Barroquinhas	BH	51	0,20
96				Palheiro	BI	161	1,04
97				Barroca do Lameiro	BI	166	1,02
98				Palheiro	CC	40	1,50
99				Palheiro	CC	41	1,30
100				Várzea do Lopes	CC	50	13,42
101				Pouchana	CE	27	1,01
102				Rascas	CE	35	10,49
103				Pernadas	CF	6	3,88
104				Rosal	CG	30	2,86
105				Malhada	CH	4	4,67
106				Malhada	CH	5	1,67
107				Barroquinhas	BH	66	0,23
108				Vale do António	CC	62	3,64
109		Vale da Raiz	CJ	79	0,64		
110		Vale da Raiz	CJ	121	0,27		
111		Barroca dos Milhos	CJ	137	1,60		
112	Fozes	CJ	55	0,38			
113	Vale dos Moços	CI	37	1,60			
114	Malhada	CI	51	0,95			
115	Castelhana	CL	68	1,77			
116	Veringal	CD	1	0,86			
117	Lomba do ribeiro	BD	55	1,60			
118	Vale do António	BZ	45	1,70			
119	Rosal	CG	2	4,32			
120	Veringal	CD	25	24,42			
121	Vale de Moços	CI	29	11,26			
122	Francisco Maria Fernandes	Manuel António	Francisco Antunes Nunes	Trás das Casas	CV	37	0,04
123	Francisco Nunes Dias			Vale dos Moços	CG	20	1,13
124	Francisco Pinheiro Lopes	Maria Rosalina Rodrigues Almeida Agostinho		Malhada	CH	3	2,59
125	Francisco Pinheiro Lopes			Barreiros	BZ	51	0,86
126	Herculano Rodrigues Almeida	Rogério Nunes Costa		Palhavã	BZ	60	0,21
127				Fozes	CJ	54	0,59
128	Herminia Pombo Roque Antunes Portela	Rogério Nunes Costa		Vale de Moccos	CI	47	1,13
129				Olheiros	CC	26	1,48
130				Olheiros	CC	27	1,62

Quadro 6 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.

ID	Nome do Aderente	2º Titular	3º Titular	Designação do prédio	Secção	Artigo	Área (ha)				
131	Herminia Ribeiro Almeida Mendes			Barroca dos Papudos	CG	9	10,28				
132				Vale de Moços	CI	49	1,53				
133	Irene Afonso Nunes Luís Gonçalves			Fonte do Cortiço	CD	20	1,15				
134	Iria D'Almeida			Barroca do Bruxo	CC	52	0,92				
135				Barroquinha	BH	70	0,15				
136				Covões	CE	36	0,35				
137	Januário Pinheiro Martins					Barroca do Buxo	CC	51	1,41		
138								55	1,31		
139								54	0,84		
140	João Antunes Gonçalves					Cabeço das Fozes	BE	81	0,93		
141								Fozes	CJ	5	0,38
142								Lagar	BD	161	0,82
143	João Dias Rodrigues					Maticos	CH	11	5,05		
144	João Goncalves Pedro							Fozes	BE	110	0,07
145								Cabeço da Piçarra	BF	22	0,83
146				Pernadas	CF	13	2,45				
147				Vinhas Mortas	CI	19	0,25				
148				João José Mateus			Olheiros	CC	53	0,09	
149	28								1,95		
150	João Lourenço					Rosal	CD	69	0,67		
151								Vale de António	CC	61	1,59
152								Facalhão		31	1,81
153		Vale de António	60					1,56			
154		Vale de Moccos	CI					39	0,69		
155		Malhada						65	0,89		
156		Vale de Moccos	38					0,83			
157		Sobreira dos Cavalos	CE					44	1,68		
158		Vale de Rolhiz						21	2,13		
159								25	1,10		
160		Pinouco	CG					32	0,40		
161								33	1,34		
162		Malhada	CH					7	1,96		
163		João Lourenço Nunes							Vale de Moços	CG	15
164	Maticos			CH	47	1,37					
165	Vale da Raiz			CI	78	0,55					
166	João Nunes			Várzea do Lopes	CC	49	1,52				
167						Rascas	CD	12	1,90		
168						Sagueiras		77	0,88		
169						Lombo do Pinhal	CF	35	2,29		
170						Malhada	CG	31	5,13		
171	Vale de Moços	CI	36	1,21							
172	João Nunes Afonso			Facalhão	CE	14	3,33				
173						Vale António	CC	64	0,56		
174	João Nunes Agostinho			Barroca dos Papudos	CF	34	1,74				
175	Vale de Raiz					CJ	133	0,62			
176	Vale de Moccos					CI	42	1,74			
177	João Ricardo Lourenço Nunes			Bodaneira	CG	28	7,72				

Quadro 7 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.

ID	Nome do Aderente	2º Titular	3º Titular	Designação do prédio	Secção	Artigo	Área (ha)
178	João Rodrigues Afonso			Rascas	CE	29	8,07
179						32	1,96
180						34	0,12
181	João Rodrigues Dias	António Rodrigues Dias	José Manuel R. Lucas	Maticos	CT	28	0,20
182	José Almeida Marques			Rosal	CU	49	1,50
183						52	1,90
184	José de Almeida Afonso			Barroca dos Papudos	CF	33	1,30
185				Carvalheiras	CC	34	0,82
186				Barroca dos Papudos	CF	29	2,29
187				Vale Serrasqueiro	BE	191	0,72
188				Bodaneira	CG	29	9,15
189				Barregão	CD	59	0,37
190						64	1,72
191	José Manuel Nunes António			Maticos	CH	14	0,90
192						31	0,68
193				Vale de Mocós	CI	44	1,39
194						55	1,53
195				Maticos	CT	36	0,87
196						37	0,36
197				Malhada	CH	1	7,85
198	José Martins Goncalves			Carril	AT	193	0,51
199						Focalhão	CE
200	José Martins Rodrigues	João Nunes		Pernadas	CF	3	2,33
201		Maria da Piedade Bernardino				Vale de Rolhiz	CE
202	José Nunes Luís			Rascas	CD	11	3,44
203				Barrocada Portela	BH	69	1,30
204	José Ribeiro de Almeida			Vale dos Moços	CJ	4	0,22
205				Cabeço da Choupana	CE	20	1,42
206						Vale de Rolhiz	
207				Barroca dos Papudos	CF	27	1,67
208				Vale de Moços	CI	45	1,32
209						62	5,03
210				Barreiras	CE	3	3,22
211	Vale Serrasqueiro	BF	37	1,62			
212	Vinhas da Tapada	CE	48	3,29			
213	Veringal	CD	3	0,55			
214	Cabeço do Veringal		8	3,30			
215	Fozes	BE	182	2,00			
216	José Ricardo Martins Marques			Rosal	CT	8	1,86
217				Rosal Cimeiro	CU	2	2,14
218				Rosal		4	0,04
219				Rosal Cimeiro		5	2,45
220				Fozes	BE	164	0,18
221	José Rodrigues Gonçalves			Cevadinhas	BF	30	1,15
222				Vinhas Mortas	CI	21	0,76
223				Revolta	BF	15	0,44
224				Focalhão	CC	42	0,35

Quadro 8 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.

ID	Nome do Aderente	2º Titular	3º Titular	Designação do prédio	Secção	Artigo	Área (ha)
225	José Rodrigues Gonçalves			Lameiras	CC	19	1,80
226				Fozes ou Lagoa	BE	113	0,35
227				Fozes		114	0,16
228	José Tomas Marinho Amaral			Vale de António	BZ	10	4,48
229				Palhava		12	0,08
230				Sesmo		13	0,71
231				Sesmo		24	1,68
232				Vale de António		31	0,21
233				Vale de António		37	0,38
234				Palhava		42	0,14
235				Palhava		58	0,44
236				Horta da Viúva		63	0,31
237				Vale de António		CV	1
238				Sesmo	CC	90	1,23
239				Bacelo	CD	52	0,11
240				Pai Diz	CV	17	0,30
241				Chão da Terça		19	0,52
242				Lúcia Maria de Almeida			Várzea do Lopes
243	Fonte do Cortiço	CG	3				0,97
244	Barroca da Portela	BH	72				0,27
245	Lameiro		62	2,95			
246	Lúcio Almeida Rodrigues			Vale Serrasqueiro	BE	60	0,81
247				Fozes		179	0,32
248				Fozes	96	0,03	
249	Fozes	CJ	1	0,23			
250	Manuel Afonso			Estacal	CF	2	50,46
251				Pernadas		5	0,94
252	Manuel Almeida Luís			Lameironas	CI	1	6,85
253				Sesmo	BZ	16	0,95
254				Sesmo		27	8,48
255	Manuel Almeida Peres	António Almeida Peres	Francisco Almeida Peres	Fonte do Cortiço	CG	6	1,04
256	Manuel Armando Laia Martins			Dória	BZ	22	0,15
257				Carvalho		71	1,74
258				Dória		72	1,95
259				Dória		73	0,13
260				Dória		74	0,19
261				Cardoso	CD	34	0,26
262				Cardoso		40	1,85
263				Salgueiras		75	0,44
264				Salgueiras		76	0,48
265				Sarzedas		CV	25
266	Manuel Augusto Mota			Vale de Raiz	CJ	80	0,33
267				Vale de Raiz		92	0,50
268				Cabeço das Fozes	BE	77	0,33
269	Manuel Cardoso			Vale da Raiz	CJ	51	2,30
270	Manuel de Jesus Lourenço			Rosal	CT	1	15,73
271	Manuel Nunes Rodrigues			Estacal	CF	22	0,45

Quadro 9 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.

ID	Nome do Aderente	2º Titular	3º Titular	Designação do prédio	Secção	Artigo	Área (ha)
272	Maria Adélia Martins Afonso			Fonte do Cortiço	CD	18	2,30
273				Cabeço do Piçarra	BF	34	1,10
274				Vale dos Moços	CI	32	0,64
275	Maria Ascensão Dias Gonçalves			Carvalho	CV	5	0,43
276				Déria	BZ	23	0,26
277				Bacelo	CD	47	3,44
278	Maria Augusta Afonso			Lameironas	BF	39	7,68
279				Sobral	BI	165	0,59
280				Fozes	CJ	25	0,04
281		27	0,19				
282	Maria Augusta Afonso Marques			Vale da Raiz		93	1,20
283				Fundo do Estacal	CI	5	3,40
284				Vale de Moccos		63	1,14
285	Maria da Conceição A. Nunes			Vale Domingomes	BE	186	0,52
286	Maria da Conceição Lourenço			Bodaneira do Rosal	CD	23	0,84
287				Rosal		70	0,29
288				Vale Domingomes	BE	4	1,93
289	Maria Delfina Gonçalves Mateus			Carril	AT	227	1,29
290				Vale Domingomes	BE	14	2,52
291						55	2,67
292				Cabeço das Fozes		170	0,72
293				Barroca dos Papudos	CF	26	1,64
294				Carvalhos	BE	7	1,50
295				Vale António	BZ	39	0,84
296		8	1,76				
297	Barroca	56	0,21				
298	Palhava	65	2,54				
299	Dória		78	0,45			
300	Veringal	CD	66	2,42			
301	Pais Dis	CV	15	0,25			
302	Maria Joana Filomena			Dória	CC	80	0,61
303				Risca 5 Mendes	CE	23	1,14
304	Maria Lourenço Martins			Vale Serrasqueiro	BE	15	1,06
305				Rosal Fundeiro	CG	38	3,00
306				Rosal	CT	3	7,27
307						10	7,80
308				Rosal Cimeiro		12	1,53
309				Maticos		24	4,45
310				Vale de Moços	CI	50	1,81
311	Maria Nunes Valente			Vale da Raiz	CG	131	0,84
312				Vale de Moços		15	2,62
313				Barroquinha	CE	13	0,27
314	Maria Rosa Lourenço			Barroca dos Papudos	CF	32	1,76
315				Cabeço do Piçarra	BF	25	0,14
316				Cabeço das Fozes	BE	71	0,46
317	Lameironas	194	0,43				
318						193	0,17

Quadro 10 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.

ID	Nome do Aderente	2º Titular	3º Titular	Designação do prédio	Secção	Artigo	Área (ha)			
319	Maria Suzete G. Lourenço			-	AT	237	0,17			
320	Natércia Maria Gonçalves A. Fernandes	João Afonso Fernandes		Vinhas Mortas	BE	198	0,55			
321				Focalhão	CC	44	0,16			
322								45	0,36	
323				Vale Moccos	CI	35	0,82			
324				Vinhas mortas	BE	175	0,19			
325				Vale de Raiz	CJ	81	0,88			
326				Piedade Maria Gonçalves Nunes Martins			Barroquinhas	BH	49	0,90
327									50	1,52
328									52	0,22
329									Risca das Comendas	CE
330	Barroca dos Papudos	CF	30						2,91	
331	Veringal	CD	26						0,80	
332	Ricardo Alexandre			Vale da Raiz	CJ	69	1,01			
333						70	0,59			
334						71	0,46			
335	Ricardo Mateus Lourenço			Sincarrasco	BF	19	0,33			
336				Cabeço das Fozes	BE	157	0,58			
337	Vale Serrasqueiro	16	0,81							
338	Rui Manuel Rodrigues Gonçalves			Carvalho	AX	157	1,16			
339				Cabeceiro Alto	BF	11	3,36			
340				Cevadinhas		32	2,74			
341				Fozes	CJ	3	0,58			
342				Fonte do Cortiço	CD	19	2,70			
343				Cabeceiro Alto	BF	18	0,18			
344				Estacal	CE	4	46,55			
345				Fonte do Cortiço	CG	8	0,72			
346	Malhada	18	1,57							
347	Estacal	CE	28	1,01						
348	Rascas		33	1,89						
349	Vinhas da Tapada		18	2,25						
350	Covões		38	0,13						
351			37	0,07						
352	Rascas		31	0,50						
353	Barroca da Portela		9	1,79						
354	Barreiras		6	1,08						
355	Pernadas		CF	11	0,52					
356	Fundo do Estacal			17	2,82					
357	Vale Moccos	CI	30	1,43						
358	Cascalhal		25	1,22						
359	Fozes	BE	174	0,21						
360	Fundo do Estacal	CI	7	0,79						
361	Barreiras	CE	5	3,66						
362	Covões	CD	9	0,59						
363	Vinhas da Tapada	CE	41	0,53						
364			45	3,63						
365			65	2,51						

Quadro 11 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.

ID	Nome do Aderente	2º Titular	3º Titular	Designação do prédio	Secção	Artigo	Área (ha)			
366	Soc. Agrícola Horta Grande, Lda.			Fundo do Estacal	CF	18	1,82			
367				Malhada	CH	8	2,78			
368				Vinhas Mortas	CI	11	1,04			
369				Estacal		13	2,46			
370				Cabeço do Pinhal		40	1,60			
371				Tiago André Alves Henriques			Fozes	BE	183	0,42
372							Fonte Cortiço	CD	14	1,94
373				Tomaz Lourenço Marcelino			Pernadas	CF	9	0,97
374				Trindade Rodrigues Afonso			Focalhao	BH	68	3,29
375							Dória	BZ	18	0,54

1.2.2 Inserção administrativa

A área de estudo localiza-se no Distrito e Concelho de Castelo Branco e inserida na Freguesia de Sarzedas.

Quanto ao enquadramento 1:25 000, a UGF encontra-se na folha da Carta Militar n.º 279.

1.2.3 Localização e acessibilidade da exploração

O acesso à ZIF faz-se no sentido Castelo Branco - Sarzedas pela Estrada Nacional 233.

2. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA DA PROPRIEDADE

Os fatores físicos mais relevantes para a caracterização de um povoamento florestal e das suas potencialidades são a altitude, declives, exposições, clima e os solos, a análise destes fatores foi feita com base na produção do Modelo Digital do Terreno (MDT), carta litológica e carta de solos da área de estudo.

2.1 Variáveis Fisiográficas - Altimetria, Declives e Exposições

2.1.1 Altimetria

A altitude influencia a variação dos elementos climáticos, afeta a distribuição do coberto vegetal, o tipo de intervenção e a condução dos povoamentos. O relevo provoca a formação de microclimas e tem uma grande influência nos regimes de ventos.

A altitude está frequentemente associada com a distribuição dos combustíveis, existindo espécies que não se adaptam a determinadas altitudes. No fundo dos vales junto das linhas de água é frequente encontrar culturas agrícolas. Associada com o aumento da altitude, existe a diminuição da temperatura em 1°C por cada 154 metros, sendo também a pluviosidade mais elevada no topo das cordilheiras.

Os valores de altitude da UGF variam entre os 240 e 405 m. O Quadro seguinte caracteriza a variação e respetiva percentagem de área que cada classe representa.

Quadro 12 - Distribuição percentual das classes de altimétricas da UGF.

UGF	Classes Altimétricas (m)	% Área
ZIF Sarzedas - Estacal	240 - 280	51
	280 - 320	36
	320 - 360	11
	360 - 405	2

2.1.2 Declives

O declive tem uma influência direta numa série de processos, nomeadamente, no processo de erosão, na infiltração das águas e no ângulo de incidência dos raios solares. A inclinação do terreno condiciona também o uso que se dá a uma determinada área, bem como a utilização de maquinaria no terreno.

No quadro 13 estão identificadas as percentagens correspondentes a cada classe de declives da UGF. Estes valores são de certa forma subjetivos uma vez que não revelam a presença de afloramentos rochosos, nem a pedregosidade existente na camada superficial do solo.

Quadro 13 - Distribuição percentual das classes de declive da UGF.

UGF	Classes Declive	% Área
ZIF Sarzedas - Estacal	0 - 10	63,9
	10 - 20	26,3
	20 - 30	7,5
	30 - 40	1,6
	>40	0,4

2.1.3 Exposições

A exposição, tal como a altitude, são fatores determinantes na distribuição das comunidades vegetais. As encostas orientadas a Sul e a Nascente recebem mais cedo e ao longo da maior parte do dia a radiação solar. Enquanto as encostas orientadas a Norte e a Poente, só a partir do meio-dia solar é que se consegue captar a energia do Sol. Numa perspetiva fitoclimática pode afirmar-se que as espécies vegetais heliófilas (esteva, rosmaninho etc.) distribuem-se preferencialmente nas encostas viradas a Sul e as espécies ciáfilas pelas encostas viradas a Norte.

Um outro aspeto importante relacionado com as exposições de encostas passa pela carga combustível e pelo seu teor em humidade. Zonas com exposição Oeste e Sul encontram-se geralmente mais quentes e secas do que as expostas a Norte e Este, apresentando por isso, uma menor quantidade de combustível. No entanto, este combustível apresenta menos teor de humidade, logo maior propensão para a ignição.

Fazendo uma breve análise do quadro seguinte, verifica-se que dominam as encostas sem exposição, representando 32% da área, seguindo-se as encostas com exposição a Este (25%), a Norte (21%), a Sul (14%) e a Oeste (8%).

Quadro 14 - Distribuição percentual das classes de exposição da UGF.

UGF	Classes Exposição	% Área
ZIF Sarzedas - Estacal	Sem Exposição	32
	Este	25
	Sul	14
	Oeste	8
	Norte	21

2.1.4 Hidrografia

Este parâmetro fisiográfico está diretamente relacionado com a circulação e o escoamento das águas superficiais. Numa perspetiva de enquadramento, é de referir que o Concelho de Castelo Branco faz parte da bacia hidrográfica do Rio Tejo e é drenado por várias sub-bacias, das quais as mais importantes são a bacia do Rio Ocreza e a bacia do Rio Ponsul, que drenam respetivamente, cerca de 60% e de 35% da área do Concelho. A restante área do Concelho (cerca de 5%) é drenada por outras pequenas bacias afluentes do Rio Tejo.

Na ZIF existem algumas linhas de água de carácter permanente, como a Ribeira das Vinhas e o Ribeiro das Fozes que atravessam toda a área da ZIF, de Este para Oeste. Também estão presentes outros cursos de água como Ribeiro do Vale de Moços, Ribeiro do Vale da Raiz e o Ribeiro do Espadanal que delimita a ZIF a Sudeste.

Para além deste curso de água permanente a ZIF é também atravessada por algumas linhas de água temporárias que no verão se encontram à superfície totalmente secas e que surgem em zonas de baixa.

A vegetação associada às linhas de água e zonas húmidas desempenha um importante papel no funcionamento dos ecossistemas associados, proporcionando habitats de alimentação, abrigo e reprodução para um grande número de espécies terrestres, aquáticas e anfíbias, muitas delas com estatuto de conservação. A sua remoção ou artificialização conduz a uma perda de capacidade de suporte para a generalidade das espécies que dela dependem. **A manutenção destas zonas húmidas e da vegetação ripícola em geral tem uma importância fundamental para o ecossistema e no geral para a valorização da paisagem.**

Ao nível de superfícies aquáticas, a UGF dispõe de 3 barragens e várias charcas com diferentes capacidades de armazenamento.

2.2 Clima

O clima pode definir-se como o conjunto das condições meteorológicas vigentes durante um certo intervalo de tempo. É a principal causa determinante na distribuição de todos os seres vivos. Os dados climáticos são de grande importância para o planeamento das intervenções de ordenamento florestal, particularmente ao permitirem determinar o leque de espécies possíveis, prever o risco de erosão e estabelecer medidas para a sua mitigação, tal como, planear e alertar os meios necessários para a prevenção dos incêndios, perceber o fluxo turístico, o tipo de uso do solo existente, que no seu conjunto permitam uma leitura geral da paisagem. Para a caracterização climática foram tidos em consideração os dados que constam no Atlas do Ambiente.

Quadro 15 - Dados Climáticos (Fonte: Atlas do Ambiente).

UGF	Temperatura (°C)	Precipitação (mm)	Humidade do Ar (%)	Geada (n.º dias)
ZIF Sarzedas - Estacal	Entre 12,5 - 15	Entre 1000-1200	Inferior 65 Entre 65 - 70	Entre 10 e 20

A temperatura é um dos elementos mais importantes para a caracterização de um determinado clima. Tem influência direta no desenvolvimento vegetativo e está correlacionada com os mecanismos fisiológicos das plantas e dos animais. Um outro aspeto de relevância, é a distribuição sazonal da temperatura, que quando atinge valores muito elevados por períodos muito longos conduz a um forte grau de secura dos combustíveis florestais, aspeto por vezes determinante na severidade de um fogo. Analisando o Quadro 15, verifica-se que a UGF apresenta valores médios anuais de temperatura que oscilam entre os 12,5°C e os 15°C.

Relativamente à precipitação, está abrangida por um intervalo entre os 1000 e 1200 mm.

A humidade do ar, apresenta valores inferiores a 65% e no intervalo entre 65 - 70%.

O interesse de englobar a geada na caracterização climática do território é devido à influência que este parâmetro tem sobre as culturas, dado que a sua ocorrência pode originar grandes prejuízos e perdas, especialmente em determinadas fases do desenvolvimento vegetativo, sendo que a UGF se insere no intervalo de 10 a 20 dias.

No que respeita às Zonas ecológicas é de referir:

A Carta Ecológica de Portugal baseia-se na silva climática onde são consideradas espécies florestais ou arborícolas indicadoras do clima e também em índices de caracterização termo pluviométricos. A Zona Ecológica é a unidade fundamental desta classificação e corresponde a um tipo de ambiente definido por agrupamentos de espécies florestais dominantes. A definição das Zonas Ecológicas teve como ponto de partida os cinco polos de diferenciação ecológica (Atlântico, Termo Atlântico, Oro-Atlântico, Eumediterrâneo e Ibérico). Definiram-se 30 Zonas Fitoclimáticas e 7 Zonas edafo-climáticas (Albuquerque, 1954).

A ZIF encontra-se abrangida por uma zona ecológica submediterrânea (SM) do tipo fitoclimática, que corresponde ao nível Basal (altitude inferior a 400m).

2.3 Solo

Os fatores edáficos são após os agentes climáticos, os elementos mais importantes que influenciam direta ou indiretamente a sucessão das comunidades vegetais. Na UGF efetuou-se uma análise da litologia e da capacidade de uso do solo.

2.3.1 Litologia / Capacidade de Uso do Solo

Para a caracterização deste ponto, tomou-se de referência, a Carta Litológica de Portugal Continental, Atlas do Ambiente, elaborada pela Estação Agronómica Nacional.

No que respeita à natureza do perfil de solo, a ZIF apresenta solos do tipo Regossolos (8%), Luvisolos (91%) e Área social (1%), (Quadro 16).

Quadro 16 - Tipos de Solo da UGF (Fonte: Atlas do Ambiente).

UGF	Tipo de Solo	Área (ha)	%
ZIF Sarzedas - Estacal	Regossolos	104,94	8
	Luvisolos	1208,67	91
	Área Social	9,10	1

Em termos litológicos na UGF existe uma formação sedimentar e metamórfica de Xistos, grauvaques (Complexo xisto-grauváquico), (9%) e uma formação sedimentar de Cascalheiras de planalto, arcoses da Beira Baixa, arenitos, calcários (90,6%) e de Areias, calhaus rolados, arenitos pouco consolidados, argilas (0,4%), (Quadro 17).

Quadro 17 - Litologia da UGF (Fonte: Atlas do Ambiente).

UGF	Complexo Litológico	Designação	Área (ha)	%
ZIF Sarzedas - Estacal	Formações Sedimentares e metamórficas	Xistos, grauvaques (Complexo xisto-grauváquico)	119,21	9
		Cascalheiras de planalto, arcoses da Beira Baixa, arenitos, calcários	1198,43	90,6
	Formações Sedimentares	Areias, calhaus rolados, arenitos pouco consolidados, argilas	5,08	0,4

Relativamente à capacidade de uso, os solos são agrupados em classes que apresentem o mesmo nível de limitações e/ou riscos de deterioração semelhantes, que afetam o seu uso durante um período de tempo longo. Como se pode verificar no quadro seguinte, na UGF temos presente três classes de capacidade de uso do solo, 10% da classe A (Agrícola), 50% da classe F (utilização não agrícola - florestal) e 40% da classe A + F (Complexos).

Quadro 18 - Capacidade de Uso do Solo da UGF.

UGF	Classe	Utilização	Área (ha)	%
ZIF Sarzedas - Estacal	Classe A	Agrícola	132,48	10
	Classe F	Não Agrícola (Florestal)	663,42	50
	Classe A+ F	Complexos	526,82	40

2.4 Fauna, flora e habitats

Recursos faunísticos

A UGF não integra nem Zona de Proteção Especial (ZPE), nem Sítio de Importância Comunitária (SIC), nem Important Bird Área (IBA) e nem Corredor Ecológico.

No entanto, está inserida na Zona de Caça Municipal da Malhada do Cervo (Proc. n.º 3062 - ICNF) e regista-se a presença da seguinte fauna cinegética:

Mamíferos: Lebre (*Lepus europaeus*), coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*), raposa (*Vulpes vulpes*), saca-rabos (*herpestes ichneumon*) e javali (*Sus scrofa*).

Aves: Rola comum (*streptopelia turtur*), perdiz-vermelha (*Alectoris rufa*), tordo comum (*Turdus philomelos*), pombo-torcaz (*Columba palumbus*) e tordo-ruivo (*Turdus iliacus*).

Recursos florísticos

A componente florestal da ZIF de Sarzedas - Estacal é bastante acentuada, originando a seguinte composição florística:

Estrato Arbóreo:

- Pinheiro bravo - *Pinus pinsater*;
- Eucalipto - *Eucalyptus globulus*;
- Sobreiro - *Quercus suber*;
- Cipreste comum - *Cupressus sempervirens*
- Freixo - *Fraxinus angustifolia*;
- Folhosas ripícolas - Amieiros, Salgueiros e Freixos

Estrato Arbustivo:

- Esteva - *Cistus ladanifer*;
- Giestas - *Cytisus sp*;
- Rosmaninho - *Lavandula stoechas*;
- Urze - *Erica arborea*;
- Carqueja - *Baccharis trimera*;
- Medronheiro - *Arbutus unedo*.

Habitats

Na UGF não estão identificados habitats naturais e semi-naturais de interesse comunitário. No entanto, existem espécies indicadoras de habitat (folhosas ripícolas como o freixo, amieiro e salgueiro), que poderão no futuro, vir a constituir um habitat:

- Montados de *Quercus spp.* de folha perene (**habitat 6310**);
- Florestas-galerias de *Salix alba* e *Populus alba* (**habitat 92A0**) Subtipo 92A0pt4 Salgueirais arbustivos de *Salix salvifolia* subsp. *Salviifolia*;

Habitat 6310 - Montados de *Quercus spp.* de folha perene

Justificação da classificação:

Áreas cuja dominância ecológica é partilhada pelo remanescente arbóreo de um antigo bosque de sobreiro (*Quercus suber*) ou azinheira (*Quercus rotundifolia*) e por uma pastagem cespitosa vivaz com origem e persistência associada à pastorícia extensiva de ovinos.

Principais ameaças:

O envelhecimento e desadensamento por ausência de regeneração, stresse funcional ou disrupção do próprio sistema, pragas e doenças, desinteresse dos agentes económicos, adensamento e reconversão em sobreiral ou azinhal, arborização estreme ou em consociação com espécies estranhas ao montado e incêndios nos montados densos.

Orientações de gestão (adaptadas do PSRN2000, do PROF e avaliadas no terreno):

Deve-se efetuar a manutenção do sistema de montado correspondente ao uso pastoril tradicional e separação espacial dos usos e reordenamento da área de montado.

Habitat 92A0 - Florestas-galerias de *Salix alba* e *Populus alba*, Subtipo 92A0pt4 Salgueirais arbustivos de *Salix salvifolia* subsp. *Salviifolia*;

Justificação da classificação:

Áreas de bosquetes de salgueiros nas margens de um curso de água permanente que forma uma galeria ripícolas (Ribeiro das Vinhas, Ribeiro do Vale dos Moços, Ribeiro das Fozes, Ribeiro do Vale da Raiz, o Ribeiro do Espadanal e o Ribeiro da Castelhana), comum em muitas bacias hidrográficas.

Principais ameaças:

É um habitat muito resistente à perturbação a às eventuais ameaças, como o corte de árvores dominantes e a limpeza mecânica das linhas de água.

Orientações de gestão (adaptadas do PSRN2000, do PROF e avaliadas no terreno):

É um habitat muito resistente à perturbação e só ocasionalmente necessita de gestão, como o condicionamento ao corte de árvores, a interdição à limpeza mecânica das linhas de água com máquinas pesadas, na área de ocupação e a limpeza manual de silvados e extração de árvores mortas, evitando a resistência do canal à circulação da água e os consequentes erosivos em áreas vizinhas.

2.5 Pragas, doenças e infestantes

A fitossanidade florestal quando abordada exige a referência de alguns dos aspetos críticos que sendo determinantes para o estado de desenvolvimento das árvores, poderão ajudar o gestor na tomada de decisão.

A maior ou menor intensidade, bem como o seu grau de dispersão, do ataque de pragas em árvores isoladas ou povoamentos depende essencialmente do vigor com que estas se encontram, da qualidade da estação, de como foi efetuada a sua plantação e das condições climatéricas a que se encontram sujeitas. É de salientar que condições de seca extrema ou de encharcamento prolongado (stress hídrico), afetam a atividade das raízes, o vigor das árvores e aumentam a suscetibilidade a pragas e a doenças.

Para além dos aspetos já referidos, outros existem que podem ser determinantes na suscetibilidade ou resistência das árvores aos diferentes agentes e por conseguinte na forma como evolui o estado fitossanitário da floresta, tais como, operações de silvicultura essenciais à correta gestão, mas que se não forem executadas corretamente detêm um carácter negativo.

O Decreto-Lei n.º 95 de 8 de agosto de 2011, retificado pela Declaração de Retificação n.º 30-A de 7 de outubro de 2011, estabelece medidas extraordinárias de proteção fitossanitária indispensáveis ao controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP). Assim, se na UGF for detetada a presença de coníferas identificadas como infetadas ou hospedeiras, deve dar-se cumprimento ao previsto no Decreto-Lei n.º 95 de 8 de agosto de 2011.

Relativamente a pragas e doenças presentes, registou-se a presença pouco significativa de Processionária do Pinheiro, nas áreas de Pinheiro bravo, Carvão do entrecasco e Cobrilha da cortiça nas áreas de Sobreiro.

Já as pragas e doenças potenciais, podemos destacar o Nemátodo da madeira do Pinheiro e o Cancro resinoso do Pinheiro, nas áreas de Pinheiro bravo, o Gorgulho do Eucalipto, a Broca do Eucalipto, o Cancro do Eucalipto e a doença das manchas das folhas nas áreas de Eucalipto e a Cobrilha dos ramos e Plátipo nas áreas de Sobreiro.

Os quadros seguintes fazem **síntese das pragas e doenças presentes e potenciais**, consoante as espécies presentes.

Quadro 19 - Síntese de Pragas e Doenças presentes na UGF.

Espécie	Pragas	Doenças	Medidas de controlo e prevenção
Pinheiro bravo	Processionária do Pinheiro		Processionária do pinheiro <ul style="list-style-type: none"> Os danos provocados pela processionária passa por árvores debilitadas que vão favorecer o aparecimento de outras pragas e provocar a morte de árvores mais debilitadas; A forma de identificar uma infestação é através do seu estágio em cada época do ano. No Inverno os sintomas mais comuns são a formação de ninhos de seda nos topos dos pinheiros e na Primavera filas de lagartas a percorrerem os troncos dos pinheiros; O tratamento fitossanitário vai depender da época do ano, do local e do grau de infestação, mas passa por aplicação de inseticidas.
			Cobrilha da cortiça <ul style="list-style-type: none"> O escaravelho tem 15mm de comprimento, cor verde-bronzeado, com franjas nos élitros ataca o tronco da árvore. Na sua forma larvar entram na cortiça para escavarem galerias e posteriormente na fase de adulto emergem por pequenos orifícios para o exterior; Os sintomas passam pelo aparecimento de manchas amareladas na casca e aquando a operação de descortiçamento, que se torna mais difícil e provoca feridas na árvore de difícil cicatrização, tornando-se uma porta de entrada para vários fungos; As medidas preventivas prendem-se com a adoção de técnicas culturais ou silvícolas adequadas e que visem melhorar as condições vegetativas do montado (Fertilizações, correção do pH do solo, etc.).
Sobreiro	Cobrilha da cortiça	Carvão do entrecasco	Carvão do Entrecasco <ul style="list-style-type: none"> Doença causada pelo fungo <i>Biscogniauxia mediterrânea</i>; Os sintomas da doença são a descoloração e rarefação progressiva da copa, manchas negras na casca com exsudações de líquido viscoso e fendilhamento do tronco e ramos; Como medidas preventivas aconselha-se a monitorização de novos ataques, poda dos ramos e abate de árvores atacadas, remoção de material infetado e desinfecção de instrumentos de poda e descortiçamento.

Quadro 20 - Síntese de Pragas e Doenças potenciais na UGF.

Espécie	Pragas	Doenças	Medidas de controlo e prevenção
Pinheiro bravo	-	Nemátodo da Madeira do Pinheiro Cancro Resinoso do Pinheiro	Nemátodo da madeira do Pinheiro <ul style="list-style-type: none"> É um verme microscópico, do grupo das lombrigas, que ataca preferencialmente pinheiros e outras árvores resinosas; Os sintomas das árvores afetadas são o amarelecimento e murchidão das agulhas, manutenção das agulhas mortas por período prolongado, diminuição da produção de resina e secura total da copa; As principais medidas que se impõem são o abate e remoção das árvores mortas ou com sintomas de declínio, de preferência entre Novembro e Março e eliminação de todos os sobrantes da exploração florestal (para evitar a multiplicação do insto vetor).
			Cancro Resinoso do Pinheiro <ul style="list-style-type: none"> Este fungo pode propagar-se através do vento, da água, de insetos, das sementes, do substrato e até dos contentores. No caso de árvores adultas, o fungo precisa de uma porta de entrada que pode ser ramos partidos pelo vento, danos provocados por insetos ou feridas de poda entre outros; O sintoma mais característico é o aparecimento de exsudações abundantes de resina no tronco e nos ramos, geralmente associados à presença de cancras. Na parte aérea incluem o amarelecimento das agulhas, que acabam por ficar avermelhadas e caírem, e a seca de ramos; Sempre que é confirmado um caso positivo, o material infetado tem de ser destruído, sendo que, no caso das plantas ou das sementes, todo o lote é destruído.

Quadro 21 - Síntese de Pragas e Doenças potenciais na UGF.

Espécie	Pragas	Doenças	Medidas de controlo e prevenção
Sobreiro	Cobrilha dos ramos Plátipo	-	Cobrilha dos ramos
			<ul style="list-style-type: none"> • É uma praga, em que na forma adulta é de cor verde com faixas azuladas nos élitros e com 10 a 20mm de comprimento. • Os sintomas passam por ramos mortos, casca levantada nos ramos, galerias debaixo da casca dos ramos e presença de larvas. • Vai provocar a presença de folhas avermelhadas nos ramos, redução da produção de madeira, cortiça e bolota, deformações nas árvores se as galerias são perfuradas no ramo principal e árvores fortemente enfraquecidas que podem acabar por morrer; • As medidas preventivas prendem-se com a adoção de técnicas culturais com podas e queima dos ramos atacados, na Primavera, antes da emergência dos adultos.
			Plátipo
			<ul style="list-style-type: none"> • Os principais sintomas são as folhas do sobreiro tornam-se avermelhadas ou acastanhadas. Primeiro, “seca” uma pernada e posteriormente as seguintes até a copa ficar com a folhagem toda acastanhada. • Apesar de não haver luta direta deve-se fazer a retirada das árvores secas e doentes antes da emergência dos insetos adultos pois irá diminuir a progressão da dispersão dos insetos; • A fim de diminuir a progressão deve colocar-se armadilhas com feromonas a fim de atrair as fêmeas e retirar assim dos povoamentos um grande número de insetos que por sua vez iriam produzir um grande número de descendentes.
			<ul style="list-style-type: none"> • Danos e sintomas: amarelecimento e seca generalizada da copa, ramos mortos ou com pouca folhagem, folhas secas e enroladas, podendo permanecer agarradas aos ramos, podridão do colo e das raízes; • Os meios de luta a adotar passam por utilizar plantas sãs nos repovoamentos, efetuar a instalação de novos povoamentos em solos bem drenados e não movimentar solos que estejam contaminados.

Relativamente às infestantes na área da UGF, não surgem quaisquer focos, nem existem áreas potenciais para o seu aparecimento. No entanto, a área deve ser constantemente monitorizada e sempre que se detete algum foco, devem-se implementar os meios de luta adequados.

2.6 Incêndios florestais, inundações e outros riscos naturais

A partir da informação disponibilizada no site do ICNF e SCRIF/IGeoE, relativa às estatísticas sobre os incêndios florestais, perigosidade, risco incêndio e áreas ardidas efetuou-se a análise deste conjunto de parâmetros. Este enquadramento será efetuado ao nível da Freguesia da área de estudo e particularizado sempre que possível à UGF. Serão analisados parâmetros como, área ardida, risco de incêndio florestal e perigosidade de incêndio florestal.

2.6.1 Ocorrências / Área ardida

Segundo os dados disponíveis no site do ICNF período de 10 anos (período 2011-2021), há registos de áreas ardidas, pouco significativa, no ano de 2013, em 0,35 hectares.

2.6.2 Carta de Perigosidade

Em Portugal continental os prejuízos elevados resultantes da destruição de edificado e de vastas áreas de povoamentos florestais dos quais as populações retiram rendimentos, justifica a necessidade de se avaliar a perigosidade de incêndio florestal.

A utilização de variáveis com forte relação espacial para elaboração de um mapa de suscetibilidade e respetivas curvas de sucesso e de predição, com recurso a validação independente, permitem avaliar a perigosidade para todo o país, com base probabilística associada a cenários. Com um compromisso eficaz entre o número de variáveis e a capacidade preditiva é possível avaliar com objetividade a perigosidade de incêndio florestal (vulgarmente conhecida como "risco de incêndio").

A Cartografia de perigosidade de incêndio florestal utilizada no presente PGF é baseada na cartografia de perigosidade do PMDFCI do Município de Castelo Branco, sendo posteriormente cruzada com as parcelas da UGF.

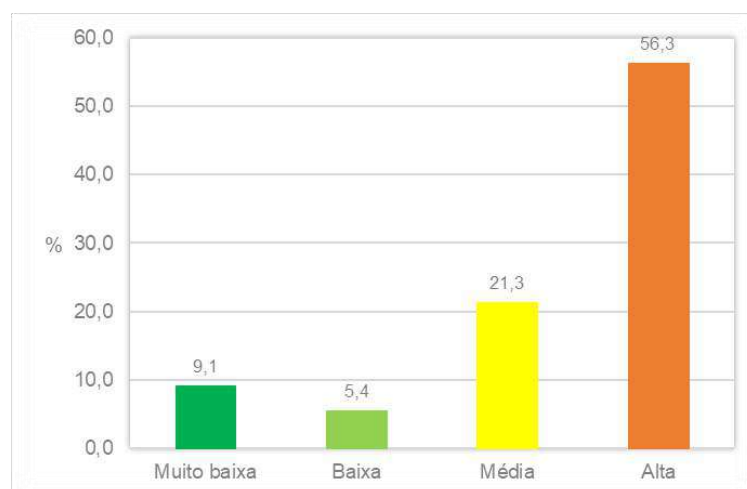


Figura 1 - Distribuição percentual da perigosidade de incêndio florestal na UGF.

Fazendo uma breve análise (Figura 1) verifica-se que na UGF 56,3% da área apresenta perigosidade alta, sendo a mais representativa. 21,3% apresenta perigosidade média, 9,1% perigosidade muito baixa e 5,4% perigosidade baixa.

O Mapa 5 apresenta a distribuição geográfica das classes de perigosidade de incêndio florestal.

2.6.3 Carta de Risco de Incêndio

O risco de incêndio traduz-se no produto da perigosidade pelo dano potencial, sendo este último o resultado do produto entre o valor económico dos elementos em risco e a vulnerabilidade que lhe é intrínseca, expressa no grau de perda a que determinado elemento está sujeito.

As cartas de Risco de Incêndio Florestal têm por objetivo apoiar o planeamento de medidas de prevenção aos fogos florestais, assim como a otimização dos recursos e infraestruturas disponíveis para a defesa e combate aos fogos florestais.

A deflagração de um incêndio nestas zonas, muitas delas já percorridas pelo fogo, torna uma situação que já é delicada, num acontecimento dramático, a nível ecológico e subsequentemente, ao nível da segurança para as populações.

Com recurso à análise do PMDFCI do Município de Castelo Branco foi elaborada a carta de risco de incêndio florestal, verificando-se que a classe com maior expressão 30,2%, corresponde a zonas onde o risco de incêndio é baixo, 27,9% é nulo, 23,8% é médio, 14,5% é muito baixo e 3,6% é alto (Figura 2).

O Mapa 6 apresenta a distribuição geográfica das classes de risco de incêndio florestal.

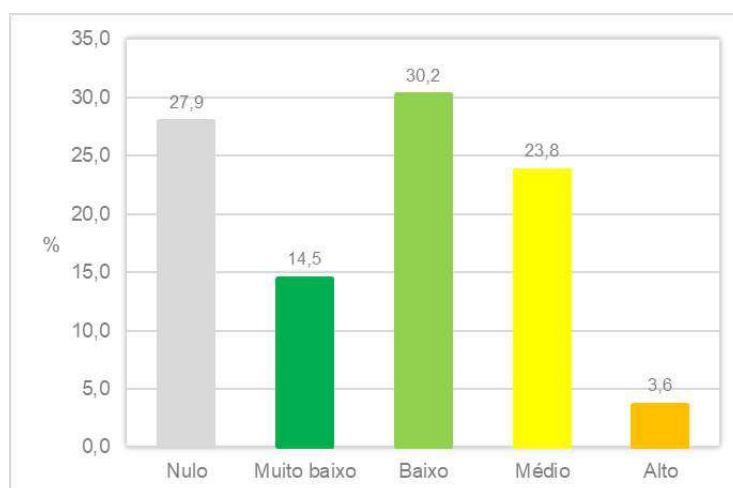


Figura 2 - Distribuição percentual do risco de incêndio florestal na UGF.

3. REGIMES LEGAIS ESPECÍFICOS

3.1 Restrições de utilidade pública

O Plano Diretor Municipal (PDM) estabelece o modelo de estrutura espacial do território municipal, constituindo uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local, integrando as opções de âmbito nacional e regional com incidência na respetiva área de intervenção. O modelo de estrutura espacial assenta na classificação e na qualificação do solo.

O PDM define também as condicionantes/servidões e restrições de utilidade pública. Entende-se por servidão administrativa o ónus ou encargo imposto por uma disposição legal sobre uma propriedade, limitando o exercício do direito da propriedade, por razões de utilidade pública. Resulta imediatamente da Lei e do facto de existir um objeto que a Lei considere como dominante sobre os prédios vizinhos. Este estatuto contribui para maximizar a utilidade pública dos bens que a determinam. Quando o interesse público a conservar é abstrato, não corporizado na utilidade de um objeto concreto, chama-se restrição de utilidade pública.

A ZIF de Sarzedas - Estacal localiza-se no Concelho de Castelo Branco, como tal segue o modelo de estrutura espacial do território municipal, PDM de Castelo Branco.

A atividade florestal está sujeita a algumas condicionantes legais que limitam o exercício do direito da propriedade, com vista a maximizar a utilidade pública de um determinado bem. Estas condicionantes resultam do reconhecimento da necessidade de salvaguardar o solo de usos indevidos ou limitar o solo a usos adequados.

De seguida faz-se referência às restrições de utilidade pública que podem ter maior impacto no planeamento florestal da UGF (Mapa 7):

- **REN (Reserva Ecológica Nacional)** - Estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformações do solo, identificando os usos e as ações compatíveis com os objetivos desse regime nos vários tipos de áreas. Tem como principais objetivos proteger os recursos naturais água e solo; prevenir e reduzir os efeitos da degradação da recarga de aquíferos, dos riscos de inundação, de cheias, de erosão hídrica do solo etc. Nas áreas de REN são proibidas ações ou usos que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização, construção e ampliação; vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal, não incluindo as ações necessárias ao normal e regular desenvolvimento das operações correntes de condução e exploração dos espaços florestais. Qualquer intervenção prevista para as parcelas em zona de REN não dispensa parecer da CCDR;
- **RAN (Reserva Agrícola Nacional)** - Tem como objetivo a proteção de áreas que sejam constituídas por solos de maiores potencialidades agrícolas, ou por terem sido objeto de importantes investimentos destinados a aumentar a capacidade produtiva, mostrando-se assim mais vocacionados para uma agricultura moderna e racional;

- **Proteção a Espécies Florestais** - O sobreiro e azinheira estão protegidas por lei, o Decreto-Lei n.º 169/2001 de 25 maio que estabelece as medidas de proteção ao sobreiro e à azinheira, estando este decreto sujeito a alterações pelo Decreto-Lei n.º 155/2004 de 30 de junho. Qualquer intervenção sobre estas espécies está sujeita a autorização do ICNF. Na cartografia estão representadas as áreas puras de Sobreiro (Mapa 7), no entanto sempre que estas espécies surgirem associadas a outras ou no Sub-Coberto serão protegidas;
- **Oliveiras** - O regime jurídico de proteção às oliveiras rege-se pelo DL n.º 120/86 de 28 de maio. O arranque e corte raso de olival só pode ser efetuado mediante prévia autorização concedida pelas direções regionais de agricultura da respetiva área, as autorizações serão concedidas quando se verifica qualquer uma das condições definidas no art.º 2 do DL 120/86. O arranque ou corte de oliveiras isoladas dispensa autorização prévia;
- **Domínio hídrico (servidão de margem)** - As correntes de água, lagos ou lagoas têm uma servidão de margem de 10 metros para cada lado (30 metros nas águas navegáveis), a partir da linha limite do leito. Não é permitida a execução de quaisquer obras, permanentes ou temporárias, nos leitos e nas margens, bem como no respetivo subsolo e no espaço aéreo correspondente, sem licença dos serviços competentes, quer estas sejam parcelas públicas ou privadas. A utilização do domínio hídrico com infraestruturas hidráulicas, culturas biogénicas, bem como a sementeira, plantação e corte de árvores está sujeita à obtenção de um título de utilização. **A ZIF é delimitada a Sudeste pelo Ribeiro do Espadanal e no seu interior o Ribeiro das Vinhas, o Ribeiro das Fozes, o Ribeiro do Vale de Moços, o Ribeiro do Vale da Raiz e o Ribeiro da Castelhana.**
- **Servidões de Passagem às de Linhas Elétricas** - Os proprietários ficam obrigados a permitir a entrada nas suas propriedades das pessoas responsáveis pela manutenção, vigilância, reparação das linhas elétricas. Os proprietários não devem permitir nem conservar nestas áreas plantações que possam interferir ou prejudicar as linhas elétricas. Nos espaços florestais, deve ser efetuada pelas entidades competentes a gestão de combustível na faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores das linhas de transporte e distribuição de energia elétrica acrescidos de uma faixa de acordo com o tipo de linha elétrica para cada um dos lados;
- **Infraestruturas de Transportes e Comunicações** - Estrada Nacional (EN-548) que faz a ligação das localidades de Sarzedas e Pé da Serra e (EN-233) que liga Castelo Branco - Sarzedas. Na zona de estrada nacional é proibido cortar, mutilar, destruir ou danificar de qualquer modo árvores, demais vegetações ou viveiros, sendo que nos terrenos limítrofes a implantação de árvores ou arbustos nas zonas de visibilidade ou a menos de 1 m do limite da zona da estrada também é interdita;
- **Marco geodésico** (Merendas) - Os marcos geodésicos ou de triangulação cadastral têm zonas de proteção que abrangem uma área em redor do sinal, com o raio mínimo de 15m, estando aí condicionada a plantação de árvores.

3.2 Instrumentos de planeamento florestal

Os quadros seguintes fazem a síntese dos instrumentos de planeamento florestal onde a ZIF se insere, nomeadamente o PROF Centro Interior, com as principais orientações territoriais, silvícolas relevantes.

Quadro 22 - Enquadramento da UGF no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI).

PROF	SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA - OBJECTIVOS ESPECIFICOS	SISTEMAS E ESPÉCIES A PRIVILEGIAR			FUNÇÕES		
		ESPÉCIE/SISTEMA	GRUPO I	GRUPO II			
PROF CI	Floresta do Interior	1ª PRIORIDADE					
		<ul style="list-style-type: none"> • Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e, em igualdade de outros fatores, menos suscetíveis ao fogo; • Selecionar espécies com boa aptidão produtiva adaptáveis a sistemas de produção conjuntos com caça e silvopastorícia; • Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e suscetíveis de redução de cogumelos e plantas aromáticas e medicinais; • Aumentar a fração dos sistemas e espécies florestais com menos suscetibilidade ao fogo; • Ajustar o regime cinegético e silvopastoril à função de gestão de combustíveis; • Aplicar ao ordenamento orientações provenientes da resposta Nacional aos incêndios de 2017; • Aplicação sistemática das normas de conservação do solo e da água na instalação e gestão de povoamentos e na gestão dos sistemas florestais; • Promover a diversificação de habitats no contexto dos sistemas e espécies a privilegiar; • Diminuir a ocupação por espécies exóticas invasoras (visando a erradicação); • Selecionar espécies e sistemas que permitam rendimentos suficiente para uma gestão conjunta; • Integrar as metas conservação do solo e da água nos PGF; • Integrar as metas de gestão de combustíveis nos PGF; • Integrar a gestão da caça e a silvopastorícia no âmbito dos objetivos e medidas aplicáveis às áreas em gestão conjunta; • Promover o aumento da micorrização orientada para a produção de cogumelos, promovendo a recolção nas áreas agrupadas; • Promover a apicultura nas áreas agrupadas; • Promover a produção de plantas aromáticas e medicinais em áreas agrupadas. 	Povoamentos puros de eucalipto Povoamentos puros de pinheiro-bravo Povoamentos de sobreiro e carvalho-português, puros ou mistos, em regime silvopastoril e cinegético, em montado ou floresta, com aproveitamento do medronheiro Matagais em regime, em silvopastoril e cinegético com regeneração de <i>Quercus spp</i> Galerias ripícolas com <i>Populus spp</i> , <i>Fraxinus angustifolia</i> e outras espécies ripícolas	Eucalipto Pinheiro-bravo Medronheiro Lódão-bastardo Castanheiro Carvalho português Azinheira Sobreiro	Aveleira Cedro-do-Oregon Cedro-do-Buçaco Cipreste-comum Nogueira-preta Cerejeira-brava Pseudotsuga Pinheiro-larício Pinheiro-manso Pinheiro-insigne Pinheiro silvestre Carvalho-negral Carvalho-alvarinho Carvalho-americano	Pd	Pt

Quadro 23 - Enquadramento da UGF no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI) (cont.).

PROF	SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA - OBJECTIVOS ESPECIFICOS	SISTEMAS E ESPÉCIES A PRIVILEGIAR			FUNÇÕES			
		ESPÉCIE/SISTEMA	GRUPO I	GRUPO II				
CI	Floresta do Interior	2ª PRIORIDADE <ul style="list-style-type: none"> • Selecionar espécies com boa aptidão produtiva, valorizadoras da paisagem tradicional da SRH; • Promover a diversificação de habitats no contexto dos sistemas e espécies a privilegiar; • Promover a diminuição do risco de destruição de habitats e espécies classificadas e destruição maciça de habitat; • Promover objetivos e avaliação da conservação da biodiversidade aplicáveis a grandes áreas em gestão conjunta, incluindo Planos de Ação de espécies; • Promover áreas de utilização turística com gestão conjunta; • Integrar a exploração silvopastoril de pequenos ruminantes como um modo de gestão do combustível aplicável aos sistemas de produção florestal; • Recuperar e valorizar a dimensão turística da caça; • Valorizar espaços florestais através da sua utilização turística; • Valorizar a utilização turística através do consumo de produtos tradicionais produzidos nos espaços florestais. 	Povoamentos puros de eucalipto Povoamentos puros de pinheiro-bravo Povoamentos de sobreiro e carvalho-português, puros ou mistos, em regime silvopastoril e cinegético, em montado ou floresta, com aproveitamento do medronheiro Matagais em regime, em silvopastoril e cinegético com regeneração de <i>Quercus spp</i> Galerias ripícolas com <i>Populus spp</i> , <i>Fraxinus angustifolia</i> e outras espécies ripícolas	Eucalipto Pinheiro-bravo Medronheiro Lódão-bastardo Castanheiro Carvalho português Azinheira Sobreiro	Aveleira Cedro-do-Oregon Cedro-do-Buçaco Cipreste-comum Nogueira-preta Cerejeira-brava Pseudotsuga Pinheiro-larício Pinheiro-manso Pinheiro-insigne Pinheiro silvestre Carvalho-negral Carvalho-alvarinho Carvalho-americano	Pd	Pt	Sc/P
	3ª PRIORIDADE <ul style="list-style-type: none"> • Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e ajustáveis aos objetivos de conservação da Rede Natura 2000; • Ajustar as prioridades de intervenção da DFCL ao valor dos espaços florestais para a conservação da natureza em particular as áreas classificadas; • Integrar as metas de conservação da natureza nos PGF. 							
	TRANSVERSAL A TODAS AS SUB-REGIÕES HOMOGÉNEAS <ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a gestão dos povoamentos existentes; • Aproveitar o potencial da regeneração natural. 							

A **Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio**, que aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) e o **Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro** que revoga o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, com as devidas exceções (art.º 80º do Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro) estabelecem as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Os PMDFCI têm por missão o estabelecimento de ações de prevenção, que incluam a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

Os PMDFCI avaliam a vulnerabilidade do concelho aos incêndios e propõe a implementação de medidas e de ações para o período de vigência de 10 anos, no âmbito da prevenção e do combate, visando a defesa da floresta contra incêndios (DFCI), nomeadamente, na gestão de infraestruturas, definição de zonas críticas, definição de prioridades de defesa, estabelecimento de mecanismos e procedimentos de coordenação entre os vários intervenientes na DFCI.

A Zona de Intervenção Florestal de Sarzedas - Estacal está abrangida pelo Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho de Castelo Branco (**PMDFCI - Castelo Branco**), tendo este plano por missão o estabelecimento de ações de prevenção, que incluam a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

As ações que sustentam os PMDFCI procurarão satisfazer os objetivos e as metas preconizadas nos principais eixos estratégicos definidos no PNDFCI, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio de 2006. Tais ações serão organizadas e hierarquizadas em função do impacto esperado na resolução dos problemas detetados, segundo o Despacho n.º 443-A/2018 que homologa o regulamento do PMDFCI.

O PMDFCI do respetivo Concelho é analisado ao nível da ZIF, tanto no que respeita à descrição e identificação das infraestruturas como ao nível das intervenções (Programa de Infraestruturas), a DFCI que têm um papel relevante na gestão da mesma, nomeadamente, faixas de gestão de combustíveis e mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis, rede viária, pontos de água etc.

3.3 Instrumentos de gestão territorial

A presente data a UGF está inserida nos seguintes instrumentos de gestão territorial:

- Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI) - aprovado pela Portaria n.º 55/2019 de 11 de fevereiro;
- Plano Diretor Municipal de Castelo Branco (PDM de Castelo Branco);
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Castelo Branco (PMDFCI Castelo Branco).

3.4 Outros ónus relevantes para a gestão florestal

Apoios Financeiros do Estado

Até à presente data, na Zona de Intervenção Florestal de Sarzedas - Estacal foram elaborados ao longo dos anos, alguns projetos ao abrigo de quadros comunitários, nomeadamente:

QCA III (2000-2006)

A. AGRO Medida 3, Ação 3.1 Apoio à Silvicultura

a) Projeto n.º 2003.410025831 (Agrupamento do Estacal) - A candidatura teve uma dimensão de 202,78 ha, sendo esta área dividida em 6 parcelas. A parcela zero (0) não foi alvo de intervenção, as parcelas 1 e 2 constituídas por P. bravo foram alvo de beneficiação (limpeza de matos, desbastes e desramas). As restantes parcelas foram plantadas, a parcela 3 com Sobreiro que sofreu retanchas sucessivas com P. bravo e atualmente o sobreiro apenas representa cerca de 20% da parcela, a parcela 4 com freixo e a parcela 5 com Pinheiro bravo. Na área de influência do projeto efetuou-se a beneficiação de rede viária e abertura de rede divisional (Mapa 8).

b) Projeto n.º 2004.410020814 (Sarzedas IV) - A candidatura teve uma dimensão de aproximadamente 11,12 ha, sendo dividido em 2 parcelas. Na parcela 1 foi plantado pinheiro bravo e a parcela 2 foi plantada com Sobreiro e constitui a bordadura da parcela 1. Na área de influência do projeto efetuou-se a beneficiação de rede viária e abertura de rede divisional (Mapa 8).

PRODER (2007 - 2013)

A. Ação 2.3.1 «Minimização dos Riscos», Sub-acção 2.3.1.1 «Defesa da Floresta Contra Incêndios»

- PA 7956 - O projeto teve como objetivo aumentar a resistência e resiliência dos espaços florestais aos incêndios, reduzir a incidência dos incêndios florestais e infraestruturas o território. Intervencionou-se 105,03 ha de mosaicos de gestão de combustível realizando o controlo da vegetação espontânea; 17,08 ha de faixas de gestão de combustível na rede primária com controlo da vegetação espontânea, podas e desramas e 4364,47 m de beneficiação da rede viária florestal no interior da rede primária (Mapa 8).

PRODER (2007-2013) / PDR2020 (2014-2020)

1. Ação 8.1 «Silvicultura Sustentável», Operação 8.1.3 «Prevenção da Floresta contra Agentes Bióticos e Abióticos»

- PA 25986 - Com uma área de 144,40 ha de mosaicos de gestão de combustível onde se realizou o controlo da vegetação espontânea; 12,06 ha de faixas de gestão de combustível na rede primária com controlo da vegetação espontânea, podas e desramas e 4,97 ha de intervenção nas FGC da Rede Secundária (2x10 m) numa faixa lateral de terreno confinante à rede viária florestal (Mapa 8).

PDR2020 (2014-2020)**1) Ação 8.1 «Silvicultura Sustentável», Operação 8.1.5 «Melhoria da Resiliência e do valor Ambiental das Florestas»**

- **PA 16915** - A candidatura teve uma dimensão de 60,51 ha, sendo esta área dividida em 2 locais. O local 1 constituído por Pinheiro bravo plantado (50,79 ha), realizou-se correção de densidades, desrama e limpeza de matos (manual e mecânica). Foi ainda efetuada a beneficiação da rede viária florestal, neste local, em cerca de 1067,81m. O local 2 constituído por Pinheiro bravo de regeneração natural (9,72ha), realizou-se correção de densidades, desrama e limpeza de matos (manual e mecânica). Foi ainda efetuada a beneficiação da rede viária florestal, neste local, em cerca de 271,64m (Mapa 8).

Zonas de Caça

A gestão das zonas de caça é fundamental ao sucesso da atividade cinegética, cujas ações de manejo de habitat são uma prioridade, quer pela realização de zonas de semeada, incrementadoras de um regime alimentar diversificado e abundante, que atrai e mantém as espécies faunísticas num dado habitat, quer pela manutenção de bosquetes com espécies ripícolas (orlas), fomentadoras da presença de avifauna. Desta forma poderemos concluir que as zonas de caça potenciam o aumento da biodiversidade na floresta e favorecem a defesa da mesma relativamente aos incêndios, na medida que originam áreas de descontinuidade, fundamentais na prevenção e combate a incêndios florestais. Em termos cinegéticos a UGF encontra-se inserida na zona de caça mencionada no quadro seguinte e no Mapa 9.

Quadro 24 - Zona de Caça que engloba a UGF (Fonte: ICNF)

Tipo/Designação	Concessionário	Município	Área (ha)	Portaria	Processo
ZCM da Malhada do Cervo	Associação Desportiva de Caça e Pesca “Os Pioneiros”	Castelo Branco	7897,25	Concessão - 967/02 de 05 de agosto de 2002; Anexação - 451-ANEX/08 de 19 de junho de 2008; Renovação - 451-RENOV/08 de 19 de junho de 2008; Renovação - D316/14 de 21 de maio de 2014	Proc. Nº 3062 ICNF

O desenvolvimento destas áreas privilegia um aproveitamento económico dos recursos cinegéticos, que é garantido através da prestação de serviços adequados, definidos nos Planos de Ordenamento e Exploração Cinegéticos (POEC).

Sendo a exploração cinegética um aproveitamento com interesse económico, dever-se-á ter em conta um conjunto de intervenções que favoreçam e fomentem esta atividade.

As espécies cinegéticas exploradas são essencialmente de caça menor como, lebre (*Lepus europaeus*), coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*), raposa (*Vulpes vulpes*), saca-rabos (*herpestes ichneumon*), rola comum (*streptopelia turtur*), perdiz-vermelha (*Alectoris rufa*), tordo comum (*Turdus philomelos*), pombo-torcaz (*Columba palumbus*), tordo-ruivo (*Turdus iliacus*) e como caça maior o javali (*Sus scrofa*).

As ações de correção de densidades de espécies cinegéticas prejudiciais à fauna, flora, pescas, florestas, agricultura e pecuária revestem-se de carácter pontual e são submetidas a pedidos de autorização do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas. A fiscalização dos atos ilegais como caça furtiva é feita pelas entidades gestoras de caça.

Neste sentido, aquando da elaboração do programa operacional para a UGF, ter-se-á em consideração a prática desta atividade.

4. CARACTERIZAÇÃO DE RECURSOS

4.1 Infraestruturas florestais

4.1.1 Rede viária florestal (RVF)

A RVF (Rede Viária Florestal) é composta por um conjunto de vias de comunicação que atravessam ou dão acesso aos espaços florestais e que cumprem funções que permitem o acesso, exploração e defesa desses espaços em especial no que respeita a atividades de DFCI.

De modo geral a rede viária florestal é nada mais do que, **caminhos florestais**, que dão passagem durante todo o ano a todo o tipo de veículos; **estradas**, em que a circulação sem restrições durante o ano é limitada aos veículos todo-o-terreno, desempenhando uma função primordial de servir às operações e compartimentação florestais; **trilhos**, que são vias de existência efémera, destinadas à passagem exclusiva de tratores e máquinas florestais.

A RVF surge sob duas formas, **RVF fundamental (1ª e 2ª Ordem)**, a de maior interesse para a DFCI sobre a qual se desenvolve a restante RVF, garantindo o rápido acesso a todos os pontos dos maciços florestais, a ligação entre as principais infraestruturas DFCI e o desenvolvimento das ações de proteção civil em situações de emergência, **RVF complementar**, que engloba todas as restantes vias, de eventual importância para a gestão florestal e para todas as funções ligadas à DFCI.

A RVF é um dos elementos básicos da estratégia de defesa da floresta contra incêndios, constituindo com frequência o referencial para a implantação e eficiência dos restantes componentes DFCI. No contexto da DFCI, a RVF desempenha funções de:

- Rápido deslocamento dos meios de combate, não só à zona de incêndio, mas também aos pontos de reabastecimento de água e combustível;

- Integra a rede das FGC, sendo fundamental para a eficácia da rede primária, onde as equipas de combate encontram condições favoráveis para o combate ao fogo, em segurança; e
- Permite a circulação de patrulhas de vigilância móvel terrestre, em complemento à rede de vigilância fixa.

A RVF constitui zonas de descontinuidade horizontal da vegetação, podendo contribuir para travar o avanço de incêndios florestais.

A acessibilidade aos espaços florestais constitui também um aspeto relevante para o ordenamento florestal e escoamento dos produtos florestais, assim como para a implementação de espaços de recreio e lazer para as populações. No Quadro 25 pode analisar-se em detalhe a distribuição da Rede viária florestal (RVF) na área da ZIF.

Quadro 25 - Distribuição da Rede Viária Florestal da UGF

UGF	Descrição da Rede Viária		Comprimento	Unidades
ZIF Sarzedas - Estacal	Rede Viária Florestal (RVF)	<u>Complementar</u>	66 979,53	m
		<u>1ª Ordem</u>	1904,43	
		<u>2ª Ordem</u>	7975,5	
	Total da RVF (m)			76 859,46
	Densidade da RVF (m/ha)			58,1

A rede viária florestal totaliza cerca de 76 859,46m de extensão e representa uma densidade de 58,1 m/ha.

Tendo em conta que o seu estado de conservação é bom, prevê-se apenas a sua manutenção ao longo do tempo (limpeza/abertura de valetas e regularização do piso consoante as necessidades), de forma permitir a deslocação de meios terrestres em boas condições (Mapa 10).

4.1.2 Armazéns e outros edifícios associados à gestão

Existe presença de algumas edificações dispersas na área da ZIF que são utilizadas pelos proprietários como locais de armazenamento e apoio ao desenvolvimento de pequenas áreas agrícolas (nomeadamente, hortas para consumo próprio). É do interesse dos proprietários a preservação das mesmas (Mapa 10).

4.1.3 Infraestruturas DFCl

A Zona de Intervenção Florestal de Sarzedas - Estacal dispõe de 3 barragens e diversas charcas de dimensão variável, alimentadas por linhas de água de capacidade distinta. As mesmas encontram-se em bom estado de conservação, sendo a água utilizada para abeberamento das espécies cinegéticas e na DFCl para abastecimento dos meios de combate. Devendo estes estarem

regularizados de acordo com o Decreto-lei nº 93/2008 de 4 de junho com alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 32 de 11/2008 de junho.

No que diz respeito a faixas de gestão de combustível (FGC) que surgem na área de estudo teve-se em consideração o PMDFCI do respetivo Concelho e estão identificadas no quadro 27 e Mapa 10.

Quadro 26 - Quantificação das Componentes da Rede de Faixas e Mosaicos de Gestão de Combustíveis da UGF.

UGF	Código da descrição da faixa / mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área (ha)
ZIF Sarzedas - Estacal	1	FGC às edificações em espaços rurais (50 m)	29,99
	2	FGC aos aglomerados populacionais (100 m)	14,73
	4	FGC à rede viária florestal (20 m)	13,06
	8	FGC à rede primária (125m)	25,18
	10	FGC linha elétrica Média Tensão (MT) (20 m)	2,95
	12	FGC aos Pontos de água (30 m)	26,03
		Total	111,93

No Programa Operacional de infraestruturas adiante descrito, serão previstas as intervenções silvícolas e as medidas a adotar ao nível da DFCI. No que respeita à Rede Viária Florestal é apresentado um quadro síntese das intervenções preconizadas, que tem como base aspetos como, estado de conservação da rede viária florestal, e manutenção das infraestruturas DFCI.

4.1.4 Infraestruturas de apoio à gestão cinegética

No que respeita ao Ordenamento Cinegético a UGF é composta por **1 Zonas de Caça Municipal**. Para conhecer em detalhe as infraestruturas de apoio à gestão, deve ser consultado o **POEC da Zona de Caça**, referida no Ponto 3.4 (Quadro 24).

4.1.5 Infraestruturas de apoio à silvopastorícia

Existe presença de algumas edificações dispersas na área da ZIF que são utilizadas pelos proprietários como locais de apoio à silvopastorícia. É do interesse dos proprietários a preservação das mesmas (Mapa 10).

4.1.6 Infraestruturas de apoio ao recreio e turismo

Não aplicável.

4.2 Caracterização socioeconómica da propriedade

A competitividade da fileira florestal portuguesa, está fortemente condicionada pelo custo das respetivas matérias-primas, que se encontram entre as mais altas do mundo. O uso de planeamento e da aplicação de melhores práticas operacionais são fundamentais não só para reduzir os custos das operações e assim da matéria-prima, mas também para minimizar os impactes ambientais e de segurança associados à atividade de exploração florestal lenhosa e não lenhosa.

Para que a componente da exploração florestal continue no futuro de forma sustentável deverá ter-se em conta aspetos como, a gestão sustentada dos recursos de forma a manter os níveis de produção, mas também a alguma diversidade na paisagem, preservação da regeneração natural e práticas adequadas que minimizem possíveis impactes decorrentes da exploração.

Relativamente à ZIF de Sarzedas - Estacal, atualmente a exploração de madeira e cortiça surgem como produtos principais e além desta atividade são exploradas outras de forma garantir um desenvolvimento sustentável, nomeadamente, a exploração de olival, vinha e a caça ordenada. Na execução de todas estas atividades procura-se constantemente valorizar e manter um equilíbrio dos valores de conservação de biodiversidade, da flora e fauna existentes.

Na execução de todas estas atividades procura-se constantemente valorizar e manter um equilíbrio dos valores de conservação de biodiversidade, da flora e fauna existentes.

No que respeita à **zonagem funcional** esta incidiu nos **espaços florestais (floresta e incultos)**, tendo sempre presente o conceito de uso múltiplo, segundo o qual todas as áreas florestais e agroflorestais desempenham mais do que uma função. A atribuição das diferentes funções gerais resultou da análise dos bens e serviços proporcionados pelos espaços da exploração.

As diversas funções desempenhadas pelos espaços florestais e agroflorestais, de acordo com o **Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI)**, na ZIF encontram-se agrupadas em duas funções principais e em uma função secundária (silvopastorícia no Sub-coberto):

- Função de produção (pd);
- Função de proteção (pt);
- Função Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores (sc/p).

4.2.1 Função de produção

A função de produção é a que apresenta maior expressão em toda a área da ZIF e incide maioritariamente sobre as áreas puras e mistas de Pinheiro bravo, Eucalipto, Sobreiro e em menor escala as áreas de Cupressus e Freixo.

As parcelas compostas por **Pinheiro bravo**, os objetivos principais, prendem-se com a obtenção de madeira para preservação (postes), madeira para serração, madeira para desenrolar e a madeira que não tiver aproveitamento para estes fins será para trituração (pasta de papel ou aglomerados).

As parcelas compostas por **Eucalipto**, têm como objetivo a obtenção de lenho para trituração (pasta de papel).

As parcelas compostas por **Sobreiro** têm como objetivo a **obtenção de cortiça, de fruto (bolota) e lenho resultante de podas**.

As parcelas compostas por **Cupressus** e **Freixo** têm como objetivo principal a produção madeira.

Serão seguidos os modelos de silvicultura definidos para a sub-região homogénea identificada no PROF do CI, de modo obter-se produtos finais com elevada qualidade e garantir uma gestão florestal sustentável da UGF.

4.2.2 Função de proteção

A função de proteção foi atribuída às áreas constituídas por **incultos (matos)** e pelas áreas de **galeria ripícola (folhosas ripícolas como o amieiro, salgueiro e freixo)**. Estas áreas desempenham um papel importante ao nível da proteção da rede hidrográfica, proteção contra a erosão hídrica e cheias, recuperação de solos degradados, filtração de nutrientes e da compartimentação e valorização da paisagem. As ações preconizadas para as diferentes parcelas acautelam a manutenção da biodiversidade e o seu ordenamento.

4.2.3 Função de silvo pastorícia, caça e pesca

A ZIF encontra-se integrada na **Zona de Caça Municipal da Malhada do Cervo**. A exploração cinegética ordenada e sustentada é um outro recurso que pode permitir retirar rendimentos adicionais da floresta. Além disso apresenta benefícios que contribuem para o aspeto social e ambiental considerados positivos, contribuindo também para o desenvolvimento local.

Prevê-se continuar a apostar no desenvolvimento desta atividade em termos de gestão futura. De forma a assegurar uma perfeita compatibilização entre a componente florestal e silvopastoril sempre que se verificar a presença de exemplares de regeneração natural e que demonstre viabilidade deve ser protegida, garantindo um desenvolvimento sustentável das espécies florestais.

A silvopastorícia (caprinos) propriamente dita, desenvolve-se essencialmente no sub-coberto dos povoamentos florestais, zonas de incultos e áreas agrícolas (olival) dispersas por toda ZIF. O pastoreio contribui para a gestão de combustível, no entanto esta atividade tem pouca representatividade ao nível da ZIF e prevê-se que em termos de gestão futura venha perdendo importância podendo mesmo ser extinta, devido ao abandono do meio rural e ao envelhecimento da população.

Quadro 27 - Classificação funcional da ZIF

Ocupação do Solo Atual		Função	Área (ha)	
Atual	Futuro		2021	2039
Regeneração natural de P. bravo Regeneração Natural de P. bravo e Sobreiro Povoamento Puro de Eucalipto Regeneração Natural de Sobreiro Povoamento puro de P. bravo Reg. Natural de Sobreiro, Medronheiro e Carvalho Freixo Povoamento puro de Sobreiro Cupressus Choupo		Produção (pd)	692,97	
Matos Galeria Ripícola - Folhas Ripícolas (ameirol, salgueiro e freixo)		Proteção (pt)	318,16	

4.2.4 Evolução histórica da gestão

Conforme os vários períodos temporais e as diferentes conjunturas económicas é praticada uma gestão ativa na Zona de Intervenção Florestal de Sarzedas - Estacal de modo a otimizar a rentabilidade florestal.

De modo a maximizar e potenciar a área florestal, nos anos 2003 e 2004 foram elaboradas candidaturas ao QCA III (2000-2006) onde se beneficiaram povoamentos de pinheiro bravo e instalaram algumas parcelas com pinheiro bravo, sobreiro e freixo.

Nos quadros comunitários que decorreram no período 2007-2013 e 2014-2020 (PRODER / PDR2020) realizaram-se alguns projetos no âmbito da “Defesa da Floresta Contra Incêndios” e da “Prevenção da Floresta contra Agentes Bióticos e Abióticos”, que promoveram essencialmente num aumento a resistência e resiliência dos espaços florestais aos incêndios e redução a incidência dos mesmos.

No quadro comunitário atual (período 2014-2020/22 do PDR2020) realizou-se um projeto no âmbito da “Melhoria da Resiliência e do Valor Ambiental das Florestas”, que promoveram essencialmente a adaptação às alterações climáticas e mitigação dos seus efeitos, promoção dos serviços de ecossistema (ar, água, solo e biodiversidade) e melhoria da provisão de bens públicos pelas florestas, bem como a reabilitação de povoamentos identificados como estando em más condições vegetativas potenciando riscos ambientais graves, designadamente, manchas de povoamentos florestais resultantes de regeneração natural após incêndio com densidades excessivas, povoamentos de quercíneas, ou outras espécies, em processo de declínio e povoamentos instalados em condições ecologicamente desajustadas.

Numa perspetiva de futuro planeia-se continuar a apostar em medidas e ações que fomentem o desenvolvimento dos recursos florestais e sempre que possível ao abrigo de fundos comunitários, procurando beneficiar os povoamentos presentes, com o intuito de otimizar e maximizar a rentabilidade nas diferentes áreas da Zona de Intervenção Florestal.

B - MODELOS DE EXPLORAÇÃO

1. Caracterização e Objetivos de Exploração

1.1. Caracterização dos Recursos

1.1.1 Caracterização geral

De acordo com nomenclatura classificativa adotada (Anexo I), a distribuição dos principais usos e ocupação do solo à data na ZIF são os apresentados no Quadro 28 e cartografados no Mapa 12.

Quadro 28 - Uso e Ocupação do Solo da UGF.

Ocupação Atual					Ocupação Futura	
Uso do Solo	%	Nível II	Designação	Área (ha)	Nível I	Nível II
Florestal	54	PB	Pinheiro bravo	321,49	Sem alteração da ocupação do solo	
		PBSB	Pinheiro bravo e Sobreiro	293,08		
		EC	Eucalipto	46,51		
		SB	Sobreiro	28,48		
		SBMDCV	Sobreiro, medronheiro e carvalhos	1,35		
		F.RIP	Folhosas ripícolas	17,02		
		FRX	Freixo	0,88		
		CP	Cupressus	0,11		
		CHP	Choupo	0,42		
Incultos	22	MA	Matos	301,14		
		PNAT	Pastagem natural espontânea	0,65		
Agrícola	20	OL	Olival	137,14		
		OSA	Outras superfícies agrícolas	63,65		
		VI	Vinha	61,60		
		CA	Culturas arvenses	8,09		
		PO	Pomar	0,31		
Improdutivos	1	IP	Improdutivo	1,16		
Infraestruturas	2	RVF	Rede Viária Florestal	24,37		
		AS	Área social	1,61		
		RD	Rede Divisional	1,11		
		IA	Infraestrutura de apoio	1,06		
		RV	Rede Viária	0,91		
Superfícies Aquáticas	1	CH	Charca	10,56		

De acordo com a análise do Quadro 28, constata-se claramente que a componente florestal é a dominante na ZIF, representando (54%), sendo os povoamentos puros de Pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) os mais abundantes e distribuídos por toda a ZIF, seguidos dos povoamentos mistos de Pinheiro bravo e Sobreiro (*Pinus pinaster* x *Quercus suber*), puros de eucalipto (*Eucalyptus globulus*) e puros de Sobreiro (*Quercus suber*).

A área da ZIF apresenta uma forte componente de incultos (22%) onde estão incluídos os matos (Esteva - *Cistus ladanifer*; Giestas - *Cytisus* sp; Rosmaninho - *Lavandula stoechas*; Urze - *Erica arborea* e Carqueja - *Baccharis trimeria*).

A componente agrícola onde estão incluídos os olivais, as culturas arvenses de sequeiro, outras superfícies agrícolas, vinhas e pomares representam 20% da área total.

A restante área da ZIF está dividida pelas infra-estruturas, superfícies aquáticas e improdutivos (4%).

1.1.2 Compartimentação da propriedade, definição e delimitação das parcelas

A ZIF foi dividida em **18 talhões (A a M e A_PEGF a F_PEGF)** de acordo com a espécie, que por sua vez se compartimentaram diferentes parcelas em consonância com a tipologia de ocupação do espaço dos povoamentos existentes, a dispersão das áreas, a idade dos povoamentos, as potencialidades da estação, zonagem funcional, dimensão e considerando ainda os objetivos do ordenamento florestal.

O Quadro 29 representa os talhões e divisão parcelar e o Mapa 13 a sua distribuição geográfica na ZIF.

Quadro 29 - Compartimentação da UGF (Talhões e Parcelas).

Uso e Ocupação do Solo (Atual >> Futura)		Talhão	Área (ha)	Função
FL	Pinheiro bravo	A	321,49	Produção
	Pinheiro bravo e Sobreiro	B	282,14	
	Eucalipto	C	46,51	
	Sobreiro	D	26,03	
	Folhosas ripícolas	E	17,02	
	Freixo	F	0,88	
	Choupo	G	0,11	
	Pinheiro bravo e Sobreiro	A_PEGF	10,95	
	Sobreiro	B_PEGF	2,44	
	Sobreiro, medronheiro e carvalhos	C_PEGF	1,35	
IC	Choupo	D_PEGF	0,42	Proteção
	Matos	H	301,14	
AG	Pastagem natural espontânea	E_PEGF	0,65	Produção
	Culturas arvenses	I	8,09	
	Olival		137,14	
	Pomar		0,31	
	Vinha		61,60	
Outras superfícies agrícolas	63,65			
IE	Área social	J	1,62	Produção
	Infraestruturas de apoio		1,06	
	Rede divisional		1,11	
	Rede viária		0,91	
	Rede viária florestal		24,30	
HH		F_PEGF	0,07	Produção
	Charca	L	10,56	
IP	Improdutivos	M	1,16	Produção

1.1.3 Componente florestal

1.1.3.1 Caracterização das espécies florestais, habitats e povoamentos

Tal como referido no Ponto 1.1.1 e Quadro 28, a componente florestal representa cerca de **54% da área total da ZIF**, sendo a Regeneração natural de P. bravo, a Regeneração Natural de P. bravo e Sobreiro, o Povoamento Puro de Eucalipto, a Regeneração Natural de Sobreiro, o Povoamento puro de P. bravo, o Freixo, o Povoamento puro de Sobreiro, o Cupressus, Choupo e Folhosas ripícolas, os **dominantes**.

É também importante efetuar uma síntese das principais características dos povoamentos à presente data, bem como as alterações que irão existir no futuro. O Quadro 30 representa a síntese das principais características dos povoamentos, atual e futura.

Quadro 30 - Características dos povoamentos da UGF (Atual e Futura).

Características dos povoamentos		Atual		Futura	
		Área (ha)	%	Área (ha)	%
Origem	Plantação	111,31	15,7	Sem alteração das características dos povoamentos	
	Regeneração Natural	598,68	84,3		
Estrutura	Regular	111,31	15,7	Sem alteração das características dos povoamentos	
	Irregular	598,68	84,3		
Regime	Alto Fuste	646,46	91,1	Sem alteração das características dos povoamentos	
	Talhadia	46,51	6,6		
	Alto Fuste/ Talhadia	17,02	2,4		
Composição	Puro	395,03	55,6	Sem alteração das características dos povoamentos	
	Misto	314,96	44,4		

1.1.3.2 Caracterização dos povoamentos (descrição parcelar - dp)

Quadro 31 - Caracterização parcelar dos povoamentos da UGF.

Talhão	Parcelas	Área (ha)	Ocupação (Atual >> Futura)	Sub-Coberto	Rotação	Idade média	Origem	Estrutura	Regime	Composição	Compasso	Densidade	DG (cm)	HM (m)	Ano da Cortiça	Função	MS
A	A1	0,46	Pinheiro bravo	Urze, carqueja		0	RN	I	AF	P		500-800	<7,5	<0,5		Produção	PB
	A2	0,13		Esteva, urze, carqueja		8	PL	R	AF	P		4x4 m	<7,5	1-3			
	A3	5,75										4x2 m		2-5			
	A4	1,60															
	A5	2,26															
	A6	4,11															
	A7	1,31															
	A8	33,63															
	A9	0,86															
	A10	0,97															
	A11	1,97												Esteva, carqueja, urze			
	A12	2,42		s/mato		15-20	RN	I	AF	P		800-1500	10-15	2-7			
	A13	0,93		Esteva, urze, carqueja, rosmaninho		20-25	RN	I	AF	P		800-1500	15-20	8-12			
	A14	3,23										1500-3000		7-9			
	A15	4,35															
	A16	5,08															
	A17	0,13															
	A18	2,08		Carqueja, urze, esteva		25-30	RN	I	AF	P		500-800	15-20	6-9			
	A19	0,92		800-1000		10-14											
	A20	0,60		Urze, carqueja		25-35	RN	I	AF	P		800-1600	15-20	10-14			
	A21	0,94															
	A22	0,82															
	A23	0,76															
	A24	2,20															
	A25	1,88															
	A26	0,33															
	A27	0,91															
	A28	0,72															
	A29	0,22															
	A30	0,10															
	A31	1,37		Urze, esteva		30-35	RN	I	AF	P		900-1800	15-25	12-16			
	A32	4,38															
	A33	1,12															
	A34	0,15															
	A35	0,36															
	A36	0,21															
	A37	2,70															
	A38	3,14															
	A39	3,37															
	A40	0,15															
	A41	0,47															

RN (Regeneração natural), PL (Plantação), I (Irregular), R (regular), AF (Alto fuste), T (Talhada), P (Puro), M (Misto)

Quadro 32 - Caracterização parcelar dos povoamentos da UGF.

Talhão	Parcelas	Área (ha)	Ocupação (Atual >> Futura)	Sub-Coberto	Rotação	Idade média	Origem	Estrutura	Regime	Composição	Compasso	Densidade	DG (cm)	HM (m)	Ano da Cortiça	Função	MS	
A	A42	0,16	Pinheiro bravo	Urze, esteva		30-35	RN	I	AF	P		900-1800	15-25	12-16		Produção	PB	
	A43	0,17										8-12						
	A44	2,15		Esteva, carqueja		35-40	RN	I	AF	P		800-1500	15-25	12-14				12-16
	A45	0,56																
	A46	6,90		Esteva, urze, carqueja		20-25	RN	I	AF	P		800-1500	15-25	12-14				12-16
	A47	2,51																
	A48	0,42																
	A49	0,46																
	A50	0,47																
	A51	9,13																
	A52	4,30																
	A53	4,11																
	A54	8,16																
	A55	4,09																
	A56	24,48																
	A57	1,50																
	A58	0,04																
	A59	4,01																
	A60	2,81																
	A61	7,64																
A62	4,13																	
A63	2,74																	
A64	1,29																	
A65	0,75																	
A66	1,49																	
A67	0,74																	
A68	0,53																	
A69	1,54	Esteva, urze, carqueja, rosmaninho	10-50	RN	I	AF	M	1500-3000	15-20	7-9	Virgem	Produção	PB					
A_PEGF	A1_PEGF	2,52	Pinheiro bravo e Sobreiro	Esteva, rosmaninho, carqueja		10-50	RN	I	AF	M		500		1-5	Virgem	Produção	PB.SB	
	A2_PEGF	1,00																
	A3_PEGF	4,74																
	A4_PEGF	2,79																
B	B1	0,04	Pinheiro bravo e Sobreiro	Esteva, carqueja, giestas		Pb (30-35) Sb (45-85)	RN	I	AF	M		1000-1500	Pb (20-25) Sb (75-85)	Pb (10-14) Sb (3-6)	2012	Produção	SB.PB	
	B2	0,25																
	B3	5,09																
	B4	1,27																
	B5	0,50																
	B6	0,53																
	B7	4,47																
	B8	1,82																
	B9	3,39																
	B10	0,89																
	B11	2,39																
	B12	0,54																
	B13	1,54																
	B14	1,77																
	B15	0,03																

RN (Regeneração natural), PL (Plantação), I (Irregular), R (regular), AF (Alto fuste), T (Talhada), P (Puro), M (Misto)

Quadro 33 - Caracterização parcelar dos povoamentos da UGF.

Talhão	Parcelas	Área (ha)	Ocupação (Atual >> Futura)	Sub-Coberto	Rotação	Idade média	Origem	Estrutura	Regime	Composição	Compasso	Densidade	DG (cm)	HM (m)	Ano da Cortiça	Função	MS							
B	B16	1,65	Pinheiro bravo e Sobreiro	Esteva, carqueja, giestas		Pb (30-35) Sb (45-85)	RN	I	AF	M		1000-1500	Pb (20-25) Sb (75-85)	Pb (10-14) Sb (3-6)	2012	Produção	SB.PB							
	B17	3,27																						
	B18	2,45																						
	B19	1,76																						
	B20	3,40																						
	B21	35,06																						
	B22	21,92																						
	B23	7,38																						
B24	13,44																							
B_PEGF	B1_PEGF	1,75	Sobreiro	Esteva, rosmaninho, carqueja		10-50				P		120-150		1-4	Virgem		SB1							
C	C1	4,96	Eucalipto	Esteva, carqueja	1ª	5-6	PL	R	T	P	4x2 m		10-15	6-8	Virgem	Produção	EC1							
	C2	7,60		6-7		8-10																		
	C3	0,46		9-10		15-20							12-14											
	C4	0,35		10		1-2																		
	C5	0,40		Urze, carqueja	2ª	14	PL	R	T	P	4x2 m			3-5										
	C6	0,05		S/mato		1								15-20				12-14						
	C7	0,07		Esteva		3								5-10				5-7						
	C8	0,46		Esteva, rosmaninho	3ª	10-12	PL	R	T	P	4x2 m							10-15	6-8					
	C9	0,14				3-4																		
	C10	0,50				6-7																		
	C11	0,42																						
C_PEGF	C1_PEGF	0,22	Sobreiro, Medronheiro e Carvalho	Esteva, rosmaninho, carqueja		10-40	RN	I		M		500-555		1-4	Virgem		SB.MD.CV							
C2_PEGF	0,87																							
C3_PEGF	0,25																							
D	D1	0,35	Sobreiro	Rosmaninho, urze, carqueja	PL	R			AF		4x4 m		<70	1-2	Virgem	Produção	SB1							
	D2	0,20		Urze, esteva, rosmaninho														6	9					
	D3	0,14		S/mato																				
	D4	0,36		Rosmaninho	RN	I			P		15-20	60-70	100-150	80-100				3-5	2012					
	D5	12,71																						
	D6	6,50																		65-85	200-300	75-85	4-6	2013
	D7	0,38																						
D_PEGF	D1_PEGF	0,42	Choupo	Esteva, rosmaninho, carqueja		10-15	PL	R	T	P	3x2	1500		1,5-2,5		CHP								
E	E1	0,05	Folhosas ripícolas				RN	I	AF/T	M						Proteção	F.RIP							
	E2	0,52																						
	E3	0,15																						
	E4	0,09																						
	E5	0,25																						
	E6	0,41																						
	E7	0,02																						
	E8	0,15																						
	E9	2,82																						
	E10	0,23																						
	E11	0,20																						
	E12	0,05																						
	E13	0,04																						
	E14	0,12																						
	E15	0,02																						
	E16	0,03																						
	E17	0,07																						
	E18	0,04																						
	E19	0,06																						
	E20	0,01																						
	E21	0,35																						

RN (Regeneração natural), PL (Plantação), I (Irregular), R (regular), AF (Alto fuste), T (Talhada), P (Puro), M (Misto)

Quadro 34 - Caracterização parcelar dos povoamentos da UGF.

Talhão	Parcelas	Área (ha)	Ocupação (Atual >> Futura)	Sub-Coberto	Rotação	Idade média	Origem	Estrutura	Regime	Composição	Compasso	Densidade	DG (cm)	HM (m)	Ano da Cortiça	Função	MS	
E	E22	0,16	Folhosas ripícolas			RN	I	AF/T	M							Proteção	F.RIP	
	E23	0,16																
	E24	0,18																
	E25	0,07																
	E26	0,03																
	E27	0,03																
	E28	0,12																
	E29	0,01																
	E30	0,04																
	E31	0,12																
	E32	0,05																
	E33	0,11																
	E34	0,04																
	E35	0,09																
	E36	0,05																
	E37	1,28																
E38	0,30																	
E39	0,11																	
E_PEGF	E1_PEGF	0,65	Pastagem natural espontânea															
F	F1	0,64	Freixo	Carqueja, esteva		8	PL	R	AF	P	4x4 m		<7,5	1-3		Produção	FR	
	F2	0,24																
F_PEGF	F1_PEGF	0,1	Rede Viária Florestal															
H	H1	1,31	Matos	Esteva, Urze, Carqueja												Proteção		
	H2	4,15																
	H3	6,93																
	H4	0,97																
	H5	2,13																
	H6	1,57																
	H7	0,62																
	H8	0,21																
	H9	0,24																
	H10	0,70																
	H11	12,70																
	H12	7,36																
	H13	2,79																
	H14	0,40																
	H15	1,72																
	H16	2,44																
	H17	2,39																
	H18	0,61																
	H19	4,16																
	H20	0,82																
H21	1,35																	
H22	0,35																	
H23	9,59																	
H24	1,58																	
H25	1,70																	
H26	1,47																	
H27	1,87																	
H28	1,24																	
H29	0,28																	
H30	1,16																	
H31	1,15																	

RN (Regeneração natural), PL (Plantação), I (Irregular), R (regular), AF (Alto fuste), T (Talhada), P (Puro), M (Misto)

Quadro 35 - Caracterização parcelar dos povoamentos da UGF.

Talhão	Parcelas	Área (ha)	Ocupação (Atual >> Futura)	Sub-Coberto	Rotação	Idade média	Origem	Estrutura	Regime	Composição	Compasso	Densidade	DG (cm)	HM (m)	Ano da Cortiça	Função	MS
	H32	0,46	Matos	Esteva, Urze, Carqueja												Proteção	
	H33	0,52															
	H34	0,81															
	H35	0,55															
	H36	0,33															
	H37	0,16															
	H38	1,23															
	H39	0,57															
	H40	0,45															
	H41	0,23															
	H42	0,23															
	H43	0,99															
	H44	1,46															
	H45	4,99															
	H46	25,56															
	H47	0,71															
	H48	1,99															
	H49	2,93															
	H50	3,48															
	H51	3,19															
	H52	8,10															
	H53	0,80															
	H54	0,49															
	H55	12,19															
	H56	0,05															
	H57	0,29															
	H58	1,46															
	H59	2,08															
	H60	0,35															
	H61	0,96															
	H62	1,55															
	H63	0,12															
	H64	0,24															
	H65	0,17															
	H66	1,40															
	H67	1,27															
	H68	4,98															
	H69	2,48															
	H70	1,42															
	H71	1,58															
	H72	1,63															
	H73	0,17															
	H74	0,64															
	H75	0,36															
	H76	0,78															
	H77	0,38															
	H78	1,73															
	H79	0,08															
	H80	2,40															
	H81	0,17															
	H82	0,90															
	H83	2,04															
	H84	0,28															
	H85	0,14															

RN (Regeneração natural), PL (Plantação), I (Irregular), R (regular), AF (Alto fuste), T (Talhada), P (Puro), M (Misto)



1.1.4 Componente silvopastoril

A componente silvopastoril da ZIF tem alguma representatividade, desenvolvendo-se essencialmente no sub-coberto dos povoamentos de pinheiro bravo, zonas de incultos e áreas agrícolas (olival) dispersas por toda área de estudo. Basicamente esta atividade é efetuada através do pastoreio de caprinos (e eventualmente de ovinos) para produção de carne e leite, sendo os produtos na sua maioria para consumo próprio dos proprietários. O pastoreio é também de extrema importância ao nível da gestão de combustível, diminuindo assim o risco de incêndio. Futuramente prevê-se que esta atividade venha perdendo importância podendo mesmo ocorrer a sua extinção, devido ao abandono do meio rural e ao envelhecimento da população.

1.1.5 Componente cinegética, aquícola e apícola

No que respeita à componente cinegética a ZIF encontra-se integrada em 1 zona de caça, (ver ponto 3.4). Sendo assim, tudo o que respeite ao fomento cinegético, espécies, alimentação e refúgio deve ser consultado no Plano de Ordenamento e Exploração Cinegética (POEC) das respetivas zonas de caça.

A componente aquícola e apícola não são exploradas na UGF.

1.1.6 Componente de recursos geológicos e energéticos

Apresentando a área da ZIF uma componente florestal acentuada, a possibilidade de exploração de biomassa florestal poderá representar uma obtenção de receitas, logo será um recurso sempre a considerar.

Relativamente aos recursos geológicos com expressão como sejam pedreiras, minas ou saibreiras não se verifica a presença na UGF.

1.1.7 Componente do património arqueológico

O património arqueológico integra depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitetónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza.

No que respeita à componente de património arqueológico, não se verifica a presença na UGF.

1.2 Definição dos objetivos de exploração

A política de gestão florestal para a ZIF identifica os objetivos estratégicos a prosseguir, tendo em consideração as orientações transpostas nas diretrizes dos instrumentos de ordenamento do território e de planeamento florestal.

Além disso, considera as necessidades de mercado e as funções de proteção do solo, a minimização de impactes ambientais, bem como os interesses e expectativas da Entidade Gestora.

Um dos grandes objetivos é **garantir uma gestão florestal sustentável**, por forma a permitir a **distribuição regular das receitas e custos**, garantindo a vigência da produção para o futuro **nunca explorando acima da capacidade natural de reposição**.

Outro grande objetivo passa por **explorar o potencial produtivo dos povoamentos** existentes, ao nível da **produção de madeira e cortiça** essencialmente, para transformação em produtos de maior **valor acrescentado** através da condução dos mesmos consoante a espécie em causa.

A política de gestão florestal da UGF assenta nos seguintes princípios:

- Distribuição regular das receitas e custos, garantindo a vigência da produção para o futuro nunca explorando acima do acréscimo médio anual (AMA);
- Explorar o potencial produtivo dos povoamentos existentes, ao nível dos produtos florestais lenhosos e não lenhosos, com qualidade para transformação em produtos de maior valor acrescentado através da condução dos mesmos consoante a espécie em causa;
- Promover as boas práticas silvícolas na gestão florestal, através da utilização de técnicas que conduzam a uma gestão florestal sustentável e responsável;
- Minimizar o risco de incêndio através de planeamento adequado da gestão de combustíveis;
- Reduzir a continuidade horizontal da vegetação para minimizar a suscetibilidade à propagação dos incêndios;
- Garantir a compatibilização da gestão dos recursos cinegéticos com a gestão dos espaços florestais;
- Priorizar arborizações coma utilização de espécies florestais adequadas às condições edafo-climáticas que caracterizam a ZIF;
- Efetuar o aproveitamento da regeneração natural de quercíneas nas áreas de maior potencialidade;
- Gerir os espaços florestais de forma a promover a diversidade faunística e florística;
- Potenciar as atividades lúdicas e de recreio compatibilizadas com a Natureza;
- Utilizar técnicas e equipamentos que permitam reduzir ou evitar impactes ambientais adversos, dedicando especial atenção aos relacionados com a proteção do solo;
- Preservar as áreas definidas como proteção/conservação aplicando apenas operações silvícolas mínimas; e
- Cumprir a legislação aplicável à atividade florestal.

2. Adequação ao PROF

Para além dos princípios orientadores definidos para a ZIF, deverão ainda ser tidos em conta os objetivos específicos do PROF para as várias sub-regiões homogéneas. Os Quadros 36 e 37 apresentam os objetivos do PROF sobre os quais a gestão da ZIF vai contribuir de forma direta no decorrer das ações a implementar ao longo do período de vigência do PGF.

Quadro 36 - Objetivos específicos das sub-regiões homogéneas aplicados à UGF

UGF	PROF	Sub-região homogénea	Objetivos específicos
ZIF Sarzedas - Estacal	PROF CI	Floresta do Interior	<ul style="list-style-type: none"> • Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e, em igualdade de outros fatores, menos suscetíveis ao fogo; • Selecionar espécies com boa aptidão produtiva adaptáveis a sistemas de produção conjuntos com caça e silvopastorícia; • Aumentar a fração dos sistemas e espécies florestais com menos suscetibilidade ao fogo; • Ajustar o regime cinegético e silvopastoril à função de gestão de combustível; • Aplicar ao ordenamento orientações provenientes da resposta Nacional aos incêndios de 2017; • Aplicação sistemática das normas de conservação do solo e da água na instalação e gestão de povoamentos e na gestão dos sistemas florestais; • Promover a diversificação de habitats no contexto dos sistemas e espécies a privilegiar.

Para além dos princípios orientadores definidos para a ZIF, deverão ainda ser tidos em conta os objetivos específicos do PROF para a sub-região homogénea na qual está inserida.

Quadro 37 - Quadro resumo da contribuição para as metas do PROF.

UGF	Contribuição para as metas PROF	Vigência do PGF	
		Início	Fim
ZIF Sarzedas - Estacal	% de espaços florestais (floresta e matos)	77 %	
	% de arborização	15,7 %	
	% de áreas com aproveitamento de regeneração natural	84,3 %	
	% de composição florestal	55,6 % Povoamentos puro 44,4 % Povoamentos mistos	
	Pinheiro bravo	321,49 ha	
	Pinheiro bravo e Sobreiro	293,08 ha	
	Sobreiro	28,48 ha	
	Eucalipto	46,51 ha	
	Freixo	17,02 ha	
	Cupressus	0,11 ha	
	Choupo	0,42 ha	

3. Programas operacionais

De acordo com o Decreto-Lei nº 16/2009 de 14 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 11/2019 de 21 de janeiro que regulamenta o PGF, foram seguidas as orientações dadas pelo PROF que abrange a ZIF. No quadro seguinte estão identificados os modelos de silvicultura e gestão florestal sustentável, segundo as espécies presentes na ZIF.

Quadro 38 - Modelos de silvicultura e gestão florestal sustentável, segundo a legislação do PROF Centro Interior.

Povoamento	Composição do povoamento e objetivo	Código
Pinheiro bravo (<i>Pinus pinaster</i>)	Puro de pinheiro-bravo, para produção de lenho	PB
Eucalipto (<i>Eucalyptus globulua</i>)	Puro de eucalipto em talhadia, para produção de lenho para trituração	EC1
Sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	Puro de Sobreiro, para produção de cortiça e lenho como produto secundário	SB1
Freixo (<i>Fraxinus angustifolia</i>)	Puro de Freixo para proteção e lenho como produto secundário	FR
Cipreste (<i>Cupressus sp.</i>)	Puro de cipreste comum, para produção de lenho	CP
Choupo (<i>Populus spp.</i>)	Puro de choupo, para produção de lenho	CH

No que respeita aos modelos de silvicultura afetos aos diferentes **Programas Operacionais de Gestão**, foram efetuadas as adaptações necessárias impostas pela estação aos modelos silvicultura do PROF-CI.

Quadro 39 - Modelos de silvicultura e gestão florestal sustentável, adaptados às tipologias específicas da UGF.

Povoamento	Composição do povoamento e objetivo	Código
Folhosas ripícolas (Amieiro, salgueiro e freixo)	Folhosas ripícolas (Áreas de Proteção)	F.RIP

Cada Programa Operacional de Gestão faz referência aos modelos de silvicultura das ocupações dominantes e mais representativas na ZIF.

O Talhão - Parcelas E1 a E39 são constituídas por Folhosas Ripícolas (amieiro, salgueiro e freixo) e espécies arbustivas típicas das linhas de água e zonas húmidas (juncos e silvas), são classificados no presente PGF como áreas de proteção. O PROF-CI não contempla nenhum modelo de silvicultura específico para estas áreas, pelo que serão alvo operações silvícolas mínimas (OSM), sempre que se justifique.

3.1 Programa de gestão de biodiversidade

Tendo em consideração o enquadramento elaborado no ponto 2.4 (Fauna, Flora e Habitats) surgem, algumas orientações que devem ser tidas em consideração, uma vez que na ZIF existem espécies indicadoras de habitats, nas áreas designadas por galerias ripícolas (folhosas ripícolas como o amieiro, salgueiro e freixo) e nas áreas de uso pastoril tradicional (montados) poderão vir, em certa forma, a se tornar um habitat.

Habitat 6310 - Montados de *Quercus spp.* de folha perene

1. Efetuar a manutenção do sistema de montado correspondente ao uso pastoril tradicional;
2. Separação espacial dos usos;
3. Reordenamento da área de montado.

Habitat 92A0 - Florestas-galerias de *Salix alba* e *Populus alba*, Subtipo 92A0pt4 Salgueirais arbustivos de *Salix salvifolia* subsp. *Salviifolia*;

1. É um habitat muito resistente à perturbação e só ocasionalmente necessita de gestão;
2. Condicionamento ao corte de árvores;
3. Interdição à limpeza mecânica das linhas de água com máquinas pesadas;
4. Limpeza manual de silvados e extração de árvores mortas.

3.2 Programa de gestão da produção lenhosa

Os modelos de silvicultura adotados para identificar a sequência das operações silvícolas necessárias para a **gestão dos povoamentos dedicados à produção lenhosa**, encontram-se listados de seguida. No decorrer da calendarização das operações na gestão florestal preconizada adiante descritas, em alguns casos foi necessário efetuar adaptações das operações à estação.

- **PB - Povoamento puro de Pinheiro bravo, para produção de lenho.**

Quadro 40 - Modelo de Silvicultura para o Pinheiro bravo (PB) - novas instalações e condução de povoamentos já instalados.

Momento de Intervenção (Anos)	Intervenção	Descrição da intervenção
2-3	Aproveitamento da Reg. Natural	É um método bastante usado em povoamentos de pinheiro bravo, no entanto, o sucesso do mesmo depende em muito das características da estação e do povoamento a regenerar.
0	Plantação	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Dispensa a limpeza intraespecífica precoce. Permite a utilização de plantas selecionadas, ou mesmo melhoradas. É o método mais usado em Portugal, em linhas, entre outubro e novembro. Densidade inicial: entre 1200 e 1700 plantas por hectare. Estão contempladas neste momento de intervenção as operações de preparação do terreno e fertilização das plantas.
1	Retanchar	Consiste na reposição das árvores mortas.

Entre 1-10	Limpeza de Mato	Realizar com o objetivo de reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais e reduzir o risco de incêndio. Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência direta com as plantas jovens, executar manualmente nas linhas de plantação e mecânica ou manual nas entrelinhas.
	Limpeza do Povoamento	Realizada com o objetivo de reduzir a densidade do povoamento, assegurando uma distribuição mais equilibrada das árvores do povoamento.
Aos 15 e 20	Desramação	Tem como objetivo melhorar a qualidade da madeira, através do aumento da proporção de lenho limpo, sem nós. Desramação das árvores selecionadas previamente como árvores de futuro, feita até aos 3-4 m de altura. Realizar em 2 a 3 intervenções.
Aos 20, 30 e 40	Desbaste	Permite a obtenção de receitas intermédias e seleção das árvores que chegarão a corte final. Realizar a operação quando houver contacto entre as copas das árvores. Remover as árvores mortas, doentes e de pior qualidade (com forma deficiente, com ramos muito grossos ou sem dominância apical).
47	Corte Final	Corresponde ao termo de explorabilidade e á obtenção da receita principal do povoamento.

- **EC1 - Povoamento puro de Eucalipto, em talhadia, cujo objetivo principal é a produção de lenho para trituração.**

Quadro 41 - Modelo de Silvicultura para o Eucalipto (EC1) - novas instalações e condução de povoamentos já instalados.

Momento de Intervenção (Anos)	Intervenção	Descrição da intervenção
0	Arranque/ Destruição de Cepos	Operação realizada em rearborezações e reconversões de povoamentos em subprodução após corte. Para a realização da operação pode recorrer-se à utilização de uma Enchó (ou Enxó), que permite arrancar e destroçar parcialmente raízes de árvores de médio e grande porte (cepos e toijas).
0	Plantação	Quando realizada a partir de meados de fevereiro, a plantação é mais homogénea e com menores custos, mas o sistema radicular pode não estar totalmente desenvolvido no verão. No início do outono, permitindo um bom desenvolvimento radicular, mas expondo a geadas e encharcamentos. Densidade inicial: 1100 a 1400 árvores/ha. Estão contempladas neste momento de intervenção as operações de preparação do terreno e fertilização das plantas
1	Retanchar	Consiste na reposição das árvores mortas
Entre 1-10	Limpeza de Mato	Realizar no fim da primavera, caso o grau de infestação justifique economicamente o seu controlo, com o objetivo de reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. Mobilizar superficialmente o terreno entre as linhas de plantação, completar com mondas à volta das árvores mais pequenas.
Aos 14 e 26	Adubação de Manutenção	Fazer ao longo da vida do povoamento e também consoante as carências existentes na estação em causa. Geralmente é efetuada aquando a seleção de varas.
Aos 14 e 26	Seleção de Varas (2ª e 3ª rotação)	Escolher, cerca de dois anos após o corte, as varas que deverão ficar até ao fim da revolução. Conveniente deixar 1 a 3 varas por toija, escolhidas de entre as mais vigorosas, para compensar eventuais perdas. A época de corte recomendável é o período de repouso vegetativo, pois minimiza a mortalidade das toijas. Devem sobretudo ser evitadas as épocas húmidas e quentes, pelo risco de surgirem fungos.
Aos 12, 24 e 36	Corte Final	Corresponde à obtenção da receita principal do povoamento.

- **CP - Povoamento puro de Cipreste comum, cujo objetivo principal é a produção de lenho.**

Quadro 42 - Modelo de Silvicultura para o Cipreste comum (CP) - novas instalações e condução de povoamentos já instalados

Momento de Intervenção (Anos)	Intervenção	Descrição da intervenção
0	Plantação	A realizar durante o período de repouso vegetativo. Densidade inicial: 1100 a 1600 árvores por hectare. Estão contempladas neste momento de intervenção as operações de preparação do terreno e fertilização das plantas
1	Retanchar	Consiste na reposição das árvores mortas
Entre 1-10	Limpeza de Mato	Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as plantas jovens. Realizada mecânica ou manualmente, nas entrelinhas e manualmente nas linhas de plantação.
Entre os 6 e 10	Limpeza do Povoamento	Realizada com o objetivo de reduzir a densidade do povoamento, assegurando uma distribuição mais equilibrada das árvores deste e privilegiando a eliminação de árvores mortas, doentes e mal conformadas.
Aos 10, 16 e 22	Desramação	Tem como finalidade melhorar a qualidade da madeira através do aumento da proporção de lenho limpo, sem nós. Não ultrapassar 1/3 da altura total da árvore.
25	Desbaste	A realizar pelo baixo, numa só operação, entre os 20 e os 30 anos, retirando 30 a 40% das árvores, para que a densidade final seja de 600 a 800 árvores por hectare.
65	Corte Final	Corresponde ao termo de explorabilidade e à obtenção da receita principal do povoamento

- **FR - Puro de Freixo para produção de lenho**

Quadro 43 - Modelo de Silvicultura para povoamentos puro de freixo de regeneração natural.

Momento de Intervenção (Anos)	Intervenção	Descrição da intervenção
Ao longo da vida do povoamento	Limpeza de Mato	<p>Numa fase inicial tem como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas. Inicialmente controlar apenas em redor das mesmas, pelo efeito protetor da vegetação acompanhante.</p> <p>Numa fase de maturidade do povoamento essencialmente com o objetivo de controlar a carga combustível e a competição com a regeneração natural que vai surgindo.</p>
15	Poda de Formação	Realizada com objetivo de garantir árvores com fuste direito e sem bifurcação. A realizar nas melhores árvores (vigorosas e bem conformadas), no máximo de 400 por hectare, bem distribuídas no terreno.
Aos 18 e 22	Desramação	Suprimem-se os ramos de baixo para cima. A altura a desramar nunca deverá ser superior a 1/3 a 1/2 da altura total; na primeira passagem desrama-se até 2 a 3 m.
30	Desbaste	Deverá ser efetuado um desbaste pelo baixo, retirando cerca de 25% das árvores existentes no povoamento.
60	Corte Final	Corresponde ao termo de explorabilidade e à obtenção da receita principal do povoamento.

- CH - Puro de Choupo para produção de lenho

Quadro 44 - Modelo de Silvicultura para povoamentos puro de choupo de regeneração natural.

Momento de Intervenção (Anos)	Intervenção	Descrição da intervenção
Instalação por plantação	Plantação	Usam-se plantas clonais, instaladas a compasso definitivo com a densidade de 200 a 400 árvores por hectare. A realizar no período de repouso vegetativo.
Ao longo da vida do povoamento	Limpeza de Mato	Tem como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência direta com as jovens plantas Indispensáveis durante os primeiros anos, até ao fecho do copado.
5 e 10	Adubação	Pode ser necessário adubar, sendo necessário ter em conta o tipo de solo e a presença ou não de culturas intercalares.
2 e 4-5	Poda de Formação	Efetua-se um ou dois anos após a plantação, eliminando os ramos demasiadamente grossos ou que compitam com o eixo principal da árvore, repetindo-se até aos 4-5 anos de idade.
10 e 15	Desramação	Tem como objetivo melhorar a qualidade da madeira, através do aumento da proporção de lenho limpo, sem nós. O choupo desrama naturalmente mal, sendo necessária a desramação artificial até 8 m de altura, não excedendo 1/2 da altura da copa. Preconiza-se em termos gerais a realização de 2 a 3 desramas.
12-20	Corte Final	A idade de corte depende do clone utilizado, da qualidade da estação e da densidade. Em Portugal as revoluções variam entre 12 e 20 anos. A exploração em revolução curta está condicionada por disposições legais.

3.2.1 Programa de cortes e desbastes

Segundo os modelos de silvicultura e que tiveram na base da calendarização das operações, verifica-se que durante o período de vigência do PGF, algumas parcelas serão alvo da operação de desbaste (DB) e corte (C). O quadro 45 sintetiza as áreas e respetivos anos de intervenção.

Quadro 45 - Quantificação da área de corte durante o período de vigência do PGF.

Espécie	Talhão/Parcela	Área (ha)	2022	2023	2024	2025	2026	2º Quinq.	3º Quinq.	4º Quinq.
Eucalipto	C5	0,40	C							
	C8	0,46								
	C4	0,35		C						
	C3	0,46				C				
	C2	7,60					C			
	C10 e C11	0,92								
	C1	4,96						C		
	C9	0,14								C
Pinheiro bravo	A17	0,13	DB							
	A19 a A31	11,77								
	A47 a A53	21,39		DB						
	A55 a A60	36,94								
	A62 a A67	11,14								
	A18	2,08								
	A54	8,16			DB					
	A61	7,64								
	A68	0,53								
	B1 a B24	114,84					C			
	A32 a A46	26,00							DB	
A11	1,97								DB	
Choupo	D1_PEGF	0,42						DB	DB	DB

3.3 Programa de Gestão do Aproveitamento de Recursos Não Lenhosos e Outros Serviços Associados

Os modelos de silvicultura adotados para identificar a sequência das operações silvícolas necessárias para a gestão dos povoamentos dedicados à produção não lenhosa e outros serviços associados, encontram-se descritos de seguida.

- **SB1 - Povoamento puro de Sobreiro, cujo objetivo principal é a produção de cortiça e lenho como produto secundário.**

Quadro 46 - Modelo de Silvicultura para o Sobreiro (SB1) - novas instalações e condução de povoamentos já instalados.

Momento de Intervenção (Anos)	Intervenção	Descrição da intervenção
0	Plantação	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Dispensa a limpeza intraespecífica precoce. Realizar no período de repouso vegetativo. Densidade inicial entre 200 a 400 árvores por ha.
	Regeneração Natural	
	Sementeira	
1	Retanchar	Consiste na reposição das árvores mortas.
Ao longo da vida do povoamento	Limpeza de Mato	<p>Numa fase inicial tem como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas. Inicialmente controlar apenas em redor das mesmas, pelo efeito protetor da vegetação acompanhante.</p> <p>Numa fase de maturidade do povoamento essencialmente com o objetivo de controlar a carga combustível e a competição com a regeneração natural que vai surgindo.</p>
7	Desramação	Tem como finalidade melhorar a qualidade da madeira através do aumento da proporção de lenho limpo, sem nós. A efetuar nas plantas com tendência para ramificar junto ao solo. Não ultrapassar 1/3 da altura total da árvore.
Aos 14 e 36	Poda de Formação	Remover todos os ramos laterais até uma altura de 3 m, não retirando mais de 30 % da copa viva, com o objetivo de promover o crescimento dum fuste mais direito e contribuir para uma copa mais equilibrada. Em sobreiros adultos, restringir à supressão de ramos.
Ao longo da vida do povoamento caso se justifique	Desbaste/Correção de Densidades	O objetivo consiste em proporcionar condições de desfogo necessárias às árvores de futuro. Deve retirar-se as árvores defeituosas, doentes, debilitadas e as que estiverem em concorrência com as mais bem conformadas e com as melhores produtoras de cortiça. Grau de coberto das copas após desbaste: 40 % a 50%.
30	Desbóia	O PAP (perímetro do tronco a 1,3 m do solo) mínimo é de 70 cm e a altura máxima a descorticação não pode exceder o dobro do PAP. Respeitar as alturas máximas de descorticação e a idade mínima de criação de cortiça fixadas pela legislação em vigor.
A partir dos 40	Descorticações	Respeitar as alturas máximas de descorticação e a idade mínima de criação de cortiça fixadas pela legislação em vigor. O intervalo mínimo entre descorticações é de 9 anos.
	Poda de Manutenção	Efetua-se com objetivos sanitários, removendo-se os ramos secos e enfraquecidos, ou para melhorar a iluminação interna da copa. efetuar sempre que necessário e nunca nos 2- 3 anos imediatamente anteriores ou posteriores ao descorticação.
A definir	Instalação de pastagem	De aveia ou outra, com gradagem no Inverno, para limpeza e enterramento da vegetação espontânea, e adubação (NP) na Primavera, seguida da sementeira da aveia e uma gradagem para enterrar a semente. Fazem-se várias instalações com alguns anos de diferença. Pode optar-se por instalação de pastagem permanente.

3.3.1 Programa de gestão subericola

Com a entrada em vigor do Decreto de lei n.º 155/2004 de 30 de junho, que regulamenta as medidas de proteção dos sobreiros e das azinheiras, ficou estabelecido que a partir do ano de 2030 não será permitida a exploração de sobreiros em meças.

Isto significa que se, em 2030, um sobreiro ainda se encontrar explorado em meças, o subericultor terá de aguardar que a totalidade da cortiça de reprodução que a árvore está a formar atinja, pelo menos, 9 anos de criação (ou, excecionalmente, 8, mediante autorização especial do ICNF), para poder descortiçar.

Se o Subericultor deixar para depois de 2030 o acerto das meças, tal poder-lhe-á trazer prejuízos graves. Isto porque:

- pode então ter de aguardar bastantes anos até lhe ser permitido voltar a descortiçar (e, assim, voltar a obter rendimento da cortiça); e
- Se for necessária uma espera prolongada, no fim, parte da cortiça encontrar-se-á, muito provavelmente, com uma idade de criação avançada (13 ou mais anos), o que é geralmente motivo de desvalorização.

Relativamente à execução do descortiçamento existe um conjunto de indicadores que nos permitem avaliar se o descortiçamento está a ser bem executado, nomeadamente:

- Só desboiar sobreiros com PAP (Perímetro Altura do Peito) medido sobre a cortiça ≥ 70 cm;
- Só extrair cortiça secundeira ou amadia com 9 ou mais anos de idade de criação, exceto se devidamente autorizado;
- Não exceder os limites definidos na legislação, relativo à altura de descortiçamento e para o perímetro, medido sobre a cortiça, no limite superior do descortiçamento (≥ 70 cm);
- Não descortiçar “em meças” árvores habitualmente exploradas em “pau batido”, nem árvores exploradas pela primeira vez, visto que, a partir de 2030 não será permitida a exploração de sobreiros em “meças”;
- Não provocar danos no entrecasco;
- Evitar que os golpes do machado, ao efetuar as incisões, provoquem feridas no entrecasco, que, apesar de cicatrizarem muito bem, originam irregularidades que aparecem na futura prancha, efetuando esta ação por trabalhadores experientes ou recorrendo às ferramentas mecânicas recentemente aparecidas no mercado;
- Após o descortiçamento, inscrever, com tinta branca indelével e de forma visível sobre a superfície explorada dos sobreiros, o algarismo das unidades do ano da tiragem da cortiça. No caso

de a extração ocorrer em manchas ou folhas, apenas é obrigatória a inscrição nos sobreiros que as delimitam;

- Em anos de seca e no caso de árvores enfraquecidas (que apresentem desfolha elevada) recomenda-se o adiamento do descortiçamento para a campanha seguinte;
- Os calços (cortiça formada na base da árvore junto ao solo) devem ser retirados como medida de precaução sanitária;
- Após descortiar uma árvore doente, desinfetar as ferramentas com produtos não proibidos pelo Código Internacional de Práticas Rolheiras (CIPR), devendo também evitar-se o seu contacto com o solo;
- A pilha de cortiça não deve estar em contacto com o solo, deve ser garantido não só o seu arejamento, orientando-a perpendicularmente aos ventos dominantes, mas também que sob ela não se acumula água da chuva; e
- Devem ser cumpridas todas as normas de Segurança e Higiene no Trabalho.

Um outro aspeto de extrema importância prende-se com o preenchimento do *Manifesto de Produção Suberícola* por parte do produtor, sendo obrigatório o preenchimento da declaração da cortiça virgem, secundeira ou amadia extraída. O conhecimento da quantidade de cortiça extraída no País é fundamental para a definição de políticas, para a tomada de decisões pelos subericultores e para a programação da atividade de transformação industrial. Só o preenchimento correto do *Manifesto de Produção Suberícola* e o seu reenvio ao ICNF vão permitir obter esse conhecimento. Os dados contidos no formulário são recolhidos para fins exclusivamente estatísticos.

Os talhões onde existem tiragem de cortiça são **Talhão B - Parcelas 1 a 24**, **Talhão D - Parcelas 4 a 7**, **Talhão A_PEGF - Parcelas 1 a 4**, **Talhão B_PEGF - Parcela 1** e **Talhão C_PEGF - Parcelas 1 a 3**. O quadro seguinte faz a síntese das áreas de descortiçamento e respetivos talhões durante o período de vigência do PGF.

Quadro 47 - Tiragem de cortiça durante o período de vigência do PGF.

Talhão	Parcela	Área (ha)	Tipo Cortiça Ano da Última Tiragem de Cortiça	Ano das Próximas Tiragens
B	1 a 16	26,15	2021	2030 + 4ºQuinquénio (2039)
	17 a 24	88,69	2014	3ºQuinquénio (2033)
D	4	0,36	2021	2030 + 4ºQuinquénio (2039)
	5 a 7	19,56	2013	2022 + 2ºQuinquénio (2031)
A_PEGF	A1_PEGF	2,52	2016	2025 + 3ºQuinquénio (2034)
	A2_PEGF	1,00		
	A3_PEGF	4,74		
	A4_PEGF	2,79		
B_PEGF	B1_PEGF	1,75	2021	3ºQuinquénio (2030)
C_PEGF	C1_PEGF	0,22		
	C2_PEGF	0,87		
	C3_PEGF	0,25		

3.3.2 Programa de gestão cinegética

Como já foi referido anteriormente (ver ponto 3.4) a ZIF está incluída em 1 Zona de Caça apresentando assim um elevado potencial cinegético tanto para caça maior como caça menor. O sucesso da gestão cinegética, residirá numa implementação cuidada de medidas de ordenamento, de forma garantir a compatibilização desta atividade com as atividades agroflorestais presentes.

As ações a implementar deverão basear-se em larga medida na melhoria do *habitat*, de modo a aproximá-lo dos requerimentos ecológicos das espécies presentes. A atuação específica em cada caso depende das carências detetadas, mas fundamentalmente deverá ir no sentido de melhorar as áreas de refúgio, reprodução e alimentação, reduzindo o efeito dos principais fatores limitantes a considerar: excesso de gado, predação, carência de água e alimento e coberto adequado.

Apresenta-se de seguida algumas medidas de fomento desta atividade:

- Sempre que possível, devem ser mantidos bosquetes de mato que têm como principal objetivo funcionar como refúgios para proteção contra os predadores ou condições adversas e assim, proporcionando sombra e abrigo contra o frio, a chuva, ou o vento;
- Preconiza-se a manutenção e limpeza de nascentes para um melhor acesso ao recurso por parte das espécies cinegéticas; e
- Sempre que se efetue podas ou desbastes seria interessante deixar alguns resíduos destas intervenções que seriam estrategicamente colocados no terreno de modo a proporcionarem coberto de refúgio ou mesmo de reprodução.

Um aspeto que não deve ser esquecido, é o facto de a caça ter um forte impacto na regeneração natural, que deve ser tido em conta, de forma a garantir o seu desenvolvimento, podendo passar pela utilização de técnicas de proteção.

3.3 Programa de infraestruturas

O programa de infraestruturas contempla intervenções para a área da ZIF, existindo intervenções inteiramente da responsabilidade do proprietário e outras cuja responsabilidade é de terceiros.

O Quadro 48 apresenta a síntese e calendarização das intervenções previstas na UGF para os próximos quinquénios, no entanto proceder-se-á à manutenção constante de todas as infraestruturas DFCl e à construção de outras mediante as necessidades.

A calendarização das intervenções ao nível das infraestruturas DFCl tem de ser encarada como um aspeto dinâmico de forma a promover uma gestão fácil, objetiva e com elevado grau de eficiência durante o período de vigência do PGF.

Quadro 48 - Calendarização das intervenções nas infraestruturas para o período de vigência do PGF.

UGF	Tipo de intervenção	Anos / Área de Intervenção						
		2022	2023	2024	2025	2026	2ºQuinq	3ºQuinq
ZIF Sarzedas - Estacal	Rede Viária Florestal	<u>Manutenção Gradual</u> : 2022, 2023, 2025, 2ºQ, 3ºQ e 4ºQ = 86,39 km						
	Beneficiação de Pontos de Água	<u>Manutenção Gradual</u> : 2023, 2026, 2ºQ, 3ºQ e 4ºQ						
	FGC às edificações em espaços rurais (50m)	29,99 ha (replicar de 2 em 2 anos)						
	FGC aos aglomerados populacionais (100 m)	14,73 ha						
	FGC à rede viária florestal (20m)	13,06 ha (replicar de 2 em 2 anos)						
	FGC à rede primária (125m)	25,18 ha						
	FGC às linhas elétricas de média tensão (7 m)	(Faixa da responsabilidade da EDP. Definido no PMDFCl) 2,95 ha						
	FGC aos pontos de Água (30m)	26,03 ha						

No que respeita as **Faixas de Gestão de Combustível**, seguem os requisitos que constam no Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro que revoga o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, com as devidas exceções (artº 80º do Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro).

De uma forma geral as intervenções a executar ao nível das FGC são:

- Limpeza de mato (manual e/ou mecânica);
- Podas;
- Desramas;
- Desbaste;
- Corte; e
- Eliminação de Resíduos.

Na implementação deste tipo de faixas (**Faixa de Redução de Combustível**) deve-se ter em consideração a **necessidade de manutenção futura**, pelo que deverão ser construídas/beneficiadas de modo a promover uma gestão fácil, objetiva e com elevado grau de eficiência.

Ao nível da **rede viária florestal**, tendo em conta que o seu estado de conservação é razoável, prevê-se apenas a **regularização do piso, limpeza de valetas e abertura se necessário** por forma a permitir a deslocação de meios terrestres de forma rápida e eficaz.

3.4 Programa de Operações Silvícolas Mínimas

O programa de operações silvícolas mínimas (OSM) pretende elencar:

- Operações legalmente obrigatórias quanto à defesa da floresta contra incêndios, à defesa contra agente bióticos e à proteção dos recursos naturais, água e solo, tendo em consideração o **Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro que revoga o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, com as devidas exceções (artº 80º do Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro).**

As OSM incluem operações como Limpeza de mato (manual e/ou mecânica), podas, desramas, desbaste, corte e eliminação de Resíduos (OSM - LM+PD+DR+DB+C+ER). As áreas da ZIF onde se realizam OSM são:

- Todos os **Talhões-Parcelas que intersectam com FGC** à Rede Primária, Rede Viária Florestal, Linhas Elétricas, Pontos de Água, Edificações e Aglomerados populacionais;
- O **Talhão-Parcela E1 a E39**, é constituída por **Folhosas Ripícolas (freixo, amieiro e choupo)** e **espécies arbustivas típicas das linhas de água e zonas húmidas (juncos e silvas)**. São classificados no presente PGF como zonas de proteção e sempre que se justifique serão alvo operações silvícolas mínimas (OSM), no âmbito das operações de beneficiação de galerias ripícolas (BGR).

3.5 Gestão florestal preconizada (Calendarização das Intervenções)

Um dos objetivos do PGF é a identificação temporal das várias ações preconizadas para a ZIF, nomeadamente, a elaboração de um **PIO (Plano de Intervenção Operacional)** entre outros Programas.

Na distribuição anual das intervenções foram consideradas algumas premissas que facilitaram a calendarização das operações e permitirão garantir a sustentabilidade da gestão, nomeadamente:

- As podas nos Sobreiros devem ser efetuadas 2-3 anos antes ou após o descortiçamento;
- Efetuar a Gestão de Combustível regular e concertada com o PMDFCI;
- No caso das áreas de Eucalipto e de acordo com o desenvolvimento dos rebentos, efetuar a seleção de varas 3-4 anos após o corte;
- O corte de áreas de Eucalipto é realizado em rotações de 12 em 12 anos; e
- No decorrer da manutenção dos povoamentos, evitar gradagens contínuas nas áreas florestais com problemas de erosão, utilizando preferencialmente o corta-mato em detrimento da grade.

No período vigência do presente PGF é importante acautelar várias situações que podem ocorrer, fazemos referência a algumas delas, nomeadamente:

- Nas áreas definidas como de produção, tendo em vista otimizar a produção e a qualidade do material obtido, seguir-se-á uma silvicultura mais intensiva. **No caso das áreas cuja prioridade não é a produção, os modelos são menos intensivos e mais flexíveis;**
- Em todas as áreas a intervencionar deve-se **preservar a regeneração natural das espécies autóctones**, dando-se prioridade à seleção de espécies folhosas em detrimento das resinosas;
- Nas áreas com **objetivos de proteção, deve-se intervir o menos possível**, ou seja, evitar mobilizações e aproveitar sempre que possível a regeneração natural, uma vez que pressupõe menores custos e menores impactes ambientais;
- **Aquando da realização de podas (podas de formação ou manutenção) e desramações**, tendo por finalidade a melhoria da qualidade do material lenhoso, **recomenda-se a aplicação de intervenções pouco intensas**, bem como a limitação apenas às árvores com probabilidade de integrarem o povoamento de futuro. Na realização destas operações deve-se ter especial atenção ao intervir em árvores que apresentem sintomas de doenças, devendo proceder-se a desinfeção dos instrumentos de poda, evitando assim o contacto com árvores sãs;

- **Aquando da realização de podas nas áreas de Sobreiro (podas de formação)**, tendo por finalidade a melhoria da qualidade do material lenhoso, e no mesmo ano exista **desbóia e/ou tiragem de cortiça**, as operações não incidem nas mesmas árvores; e
- **No caso de flutuações de mercado**, a ocorrência de riscos naturais (incêndios, pragas, doenças) e até do desenvolvimento propriamente ditos das espécies florestais, pode ser necessário reestruturar a calendarização das operações, garantindo a sustentabilidade.

Prevê se no futuro e com recurso a apoios comunitários vir a efetuar candidaturas que apoiem a gestão da ZIF, ao nível:

- **Florestações/reflorestações e adensamentos;**
- **Instalação de sistemas agroflorestais;**
- **Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos;**
- **Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos;**
- **Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas; e**
- **Melhoria do valor económico das florestas.**

No que diz respeito a possíveis Florestações/Reflorestações, sejam elas por sementeira, plantação ou aproveitamento da regeneração natural, deve apresentar como densidades mínimas previstas:

- **Sobreiro e/ou azinheira - 60 a 120 N;**
- **Pinheiro manso - 60 a 120 N;**
- **Outras folhosas - 150 a 200 N; e**
- **Outras resinosas - 400 a 500 N.**

As ações contempladas ao nível das florestações/reflorestações são: preparação do terreno, plantação, sementeira e/ou adensamento, retanchar, sacha e amontoa, instalação de culturas melhoradoras do solo e proteções individuais de plantas.

Todas as ações referidas nos Planos de Intervenção Operacional (PIO) serão sempre que possíveis, enquadradas nos quadros comunitários de apoio.

Os quadros da calendarização das intervenções apresentam a seguinte informação:

- **Ocupação Solo;**
- **Talhão / Parcela;**
- **Área de intervenção;**
- **Tipo de intervenção (ver nomenclatura Quadro 49); e**
- **Ano de intervenção.**

Quadro 49 - Nomenclatura da calendarização das intervenções.

Sigla	Descrição da Operação	Sigla	Descrição da Operação
AB	Abate de árvores	GRD	Gradagem
AD	Adubação	GC	Gestão de combustível
ADM	Adensamento	IC	Instalação de cultura
AF	Abertura de Faixas	ICM	Instalação de cultura melhorada
AP	Apanha de pinha	LL	Limpeza de leito
ARN	Aproveitamento da Regeneração Natural	LM	Limpeza de matos (manual e/ou mecânica)
BGR	Beneficiação de galeria ripícola	MC	Manutenção de cultura
C	Corte raso	MCE	Manutenção de cerca
CD	Correção de densidades	OSM	Operações silvícolas mínimas
CP	Colocação de protetores	PD	Podas
CV	Colocação de vedação	PF	Podas de formação
CS	Corte sanitário	PM	Podas de manutenção
CVE	Controlo de vegetação espontânea (manual e/ou mecânica)	PL	Plantação
CIL	Controlo de invasoras lenhosas	PT	Preparação do terreno
D	Desbóia	R	RetanCHA
DB	Desbaste	SA	Sacha e amontoa
DR	Desrama	SV	Seleção de varas
DT	Destruição de touças	TC	Tiragem de cortiça
ER	Eliminação de resíduos	TS	Tratamento de solo

Detalhes das Operações

- No que respeita à operação de **Beneficiação de Galeria Ripícola (BGR) - Talhão-Parcela (E1 a E39)**, o mesmo inclui as seguintes intervenções: **limpeza de leito, corte de ramos pendentes, gestão seletiva de matos heliófilos, preservação da regeneração natural, eliminação de resíduos e consolidação de margens com ripícolas autóctones;**
- De uma forma geral as intervenções a executar ao nível das **Faixas de Gestão de Combustível, FGC Rede Secundária (FGC RS) e dos Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível (MOSAICOS PGC)** são: **Limpeza de mato (manual e/ou mecânica), podas, desramas e eliminação de resíduos;**
- A operação de **Gradagem (GRD)** nas áreas de eucalipto inclui a operação de **eliminação do mato e incorporação dos resíduos resultantes da operação de seleção de varas;**
- Podem existir nos **PIO** operações que se replicam dois anos consecutivos, este aspeto é justificado pelo facto de incluírem duas épocas de intervenção, na medida em que pode não ser possível a sua conclusão no ano em que têm início; e
- Podem existir nos **PIO**, nas áreas de sobreiro, operações de poda (poda de formação), **desbóia e/ou tiragem de cortiça no mesmo ano.** Aquando da realização de podas, tendo por finalidade a melhoria da qualidade do material lenhoso, e no mesmo ano exista **desbóia e/ou tiragem de cortiça**, é de referir que a **desbóia e/ou tiragem de cortiça é realizada nas árvores que não são alvo de podas;**

- Quando estão previstas **operações de manutenção** num determinado ano, é importante salvaguardar que estas operações podem ter início no ano anterior ao previsto ou serem concluídas no ano seguinte ao previsto (está salvaguardada a legislação de proteção do Sobreiro e Azinheira);
- **Operações de tratamento do solo (Adubação e Calagem)** serão realizadas sempre que se justifique, não têm uma calendarização definida, estão dependentes das carências identificadas.

Todas as ações referidas nos PIOS (Quadros 50 a 58) serão sempre que possíveis enquadradas nos **Quadros Comunitários de Apoio**. Os Mapas 14 a 21 representam a sua distribuição geográfica.



Quadro 50 - Calendarização das intervenções.

Ocupação Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Ano de Intervenção													
			2022	2023	2024	2025	2026	2027 - 2031	2032 - 2036	2037 - 2039						
Pinheiro bravo	A1	0,46		LMman/LMmec	ARN+LP+LMman					LP+LMman						
	A2	0,13			LMman/LMmec+DR					LMman/LMmec+DR						
	A3	5,75			DR+LMman/LMmec+AD+ER					DR+LMman/LMmec+AD+ER	LMman/LMmec+DR					
	A4	1,60			DR+LMman/LMmec+AD+ER					DR+LMman/LMmec+AD+ER	LMman/LMmec+DR					
	A5	2,26			DR+LMman/LMmec+AD+ER					DR+LMman/LMmec+AD+ER	LMman/LMmec+DR					
	A6	4,11			DR+LMman/LMmec+AD+ER					DR+LMman/LMmec+AD+ER	LMman/LMmec+DR					
	A7	1,31			DR+LMman/LMmec+AD+ER					DR+LMman/LMmec+AD+ER	LMman/LMmec+DR					
	A8	33,63			DR+LMman/LMmec+AD+ER					DR+LMman/LMmec+AD+ER	LMman/LMmec+DR					
	A9	0,86			DR+LMman/LMmec+AD+ER					DR+LMman/LMmec+AD+ER	LMman/LMmec+DR					
	A10	0,97			DR+LMman/LMmec+AD+ER					DR+LMman/LMmec+AD+ER	LMman/LMmec+DR					
	A11	1,97			LMman+LMmec+DR+DB					LMman/LMmec+DR						LMman/LMmec+DR+DB
	A12	2,42	DR+CD+LMman/LMmec+AD+ER	DR+CD+LMman/LMmec+AD+ER		LMman/LMmec										
	A13	0,93	DR+CD+LMman/LMmec+AD+ER	DR+CD+LMman/LMmec+AD+ER		LMman/LMmec										
	A14	3,23	DR+CD+LMman/LMmec+AD+ER	DR+CD+LMman/LMmec+AD+ER		LMman/LMmec										
	A15	4,35	DR+CD+LMman/LMmec+AD+ER	DR+CD+LMman/LMmec+AD+ER		LMman/LMmec										
	A16	5,08	DR+CD+LMman/LMmec+AD+ER	DR+CD+LMman/LMmec+AD+ER		LMman/LMmec										
	A17	0,13		LMman/LMmec+DB												LMman/LMmec
	A18	2,08		LMman/LMmec+DB												LMman/LMmec
	A19	0,92		LMman/LMmec+DB												LMman/LMmec
	A20	0,60		LMman/LMmec+DB												LMman/LMmec
	A21	0,94		LMman/LMmec+DB												LMman/LMmec
	A22	0,82		LMman/LMmec+DB	LMman/LMmec											
	A23	0,76		LMman/LMmec+DB	LMman/LMmec											
	A24	2,20		LMman/LMmec+DB	LMman/LMmec											
	A25	1,88		LMman/LMmec+DB	LMman/LMmec											
	A26	0,33		LMman/LMmec+DB	LMman/LMmec											
	A27	0,91		LMman/LMmec+DB	LMman/LMmec											
	A28	0,72	LMman/LMmec+DB	LMman/LMmec												
	A29	0,22	LMman/LMmec+DB	LMman/LMmec												
	A30	0,10	LMman/LMmec+DB	LMman/LMmec												
	A31	1,37	LMman/LMmec+DB	LMman/LMmec												
	A32	4,38	LMman/LMmec	LMman/LMmec						DB						
	A33	1,12		LMman/LMmec						DB						

Quadro 51 - Calendarização das intervenções.

Ocupação Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Ano de Intervenção									
			2022	2023	2024	2025	2026	2027 - 2031	2032 - 2036	2037 - 2039		
Pinheiro bravo	A35	0,36	LMman/LMmec							DB		
	A36	0,21								LMman/LMmec		DB
	A37	2,70	LMman/LMmec							DB		
	A38	3,14	LMman/LMmec							DB		
	A39	3,37	LMman/LMmec							DB		
	A40	0,15	LMman/LMmec							DB		
	A41	0,47	LMman/LMmec							DB		
	A42	0,16	LMman/LMmec							DB		
	A43	0,17	LMman/LMmec							DB		
	A44	2,15	LMman/LMmec							DB		
	A45	0,56	LMman/LMmec							DB		
	A46	6,90								LMman/LMmec		DB
	A47	2,51								LMman/LMmec+DB		
	A48	0,42								LMman/LMmec+DB		
	A49	0,46		LMman/LMmec+DB								
	A50	0,47		LMman/LMmec+DB								
	A51	9,13		LMman/LMmec+DB								
	A52	4,30		LMman/LMmec+DB								
	A53	4,11		LMman/LMmec+DB								
	A54	8,16		LMman/LMmec+DB								
	A55	4,09		LMman/LMmec+DB								
	A56	24,48		LMman/LMmec+DB								
	A57	1,50		LMman/LMmec+DB								
	A58	0,04		LMman/LMmec+DB								
	A59	4,01		LMman/LMmec+DB								
	A60	2,81		LMman/LMmec+DB								
	A61	7,64		LMman/LMmec+DB								
	A62	4,13		LMman/LMmec+DB								
	A63	2,74		LMman/LMmec+DB								

Quadro 52 - Calendarização das intervenções.

Ocupação Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Ano de Intervenção									
			2022	2023	2024	2025	2026	2027 - 2031	2032 - 2036	2037 - 2039		
P. bravo	A64	1,29		LMman/LMmec+DB								
	A65	0,75		LMman/LMmec+DB								
	A66	1,49		LMman/LMmec+DB								
	A67	0,74		LMman/LMmec+DB								
	A68	0,53		LMman/LMmec+DB								
	A69	1,54		DR+CD+LMman/LMmec+AD+ER							DR+CD+LMman/LMmec+AD+ER	LMman/LMmec
P. bravo e Sobreiro	A1_PEGF	2,52	PF+PM+DR+ER+LM	PF+PM+DR+ER+LM		TC	PF+DR+ER+LM	PF+PM+DR+ER+LM	PF+PM+DR+ER+LM+TC	PF+DR+ER+LM		
	A2_PEGF	1,00	PF+PM+DR+ER+LM	PF+PM+DR+ER+LM		TC	PF+DR+ER+LM	PF+PM+DR+ER+LM	PF+PM+DR+ER+LM+TC	PF+DR+ER+LM		
	A3_PEGF	4,74	PF+PM+DR+ER+LM	PF+PM+DR+ER+LM		TC	PF+DR+ER+LM	PF+PM+DR+ER+LM	PF+PM+DR+ER+LM+TC	PF+DR+ER+LM		
	A4_PEGF	2,79	PF+PM+DR+ER+LM	PF+PM+DR+ER+LM		TC	PF+DR+ER+LM	PF+PM+DR+ER+LM	PF+PM+DR+ER+LM+TC	PF+DR+ER+LM		
P. bravo e Sobreiro	B1	0,04		LMman/LMmec/PM(Sb)				C(Pb)	TC		TC	
	B2	0,25		LMman/LMmec/PM(Sb)				C(Pb)	TC		TC	
	B3	5,09		LMman/LMmec/PM(Sb)				C(Pb)	TC		TC	
	B4	1,27		LMman/LMmec/PM(Sb)				C(Pb)	TC		TC	
	B5	0,50		LMman/LMmec/PM(Sb)				C(Pb)	TC		TC	
	B6	0,53		LMman/LMmec/PM(Sb)				C(Pb)	TC		TC	
	B7	4,47		LMman/LMmec/PM(Sb)				C(Pb)	TC		TC	
	B8	1,82		LMman/LMmec/PM(Sb)				C(Pb)	TC		TC	
	B9	3,39		LMman/LMmec/PM(Sb)				C(Pb)	TC		TC	
	B10	0,89		LMman/LMmec/PM(Sb)				C(Pb)	TC		TC	
	B11	2,39		LMman/LMmec/PM(Sb)				C(Pb)	TC		TC	
	B12	0,54		LMman/LMmec/PM(Sb)				C(Pb)	TC		TC	
	B13	1,54		LMman/LMmec/PM(Sb)				C(Pb)	TC		TC	
	B14	1,77		LMman/LMmec/PM(Sb)				C(Pb)	TC		TC	
	B15	0,03		LMman/LMmec/PM(Sb)				C(Pb)	TC		TC	
	B16	1,65		LMman/LMmec/PM(Sb)				C(Pb)	TC		TC	
	B17	3,27		LMman/LMmec/PM(Sb)				C(Pb)	TC		LMman/LMmec+TC	LMman/LMmec
	B18	2,45		LMman/LMmec/PM(Sb)				C(Pb)	TC		LMman/LMmec	
	B19	1,76		LMman/LMmec/PM(Sb)				C(Pb)	TC		LMman/LMmec+TC	

Quadro 53 - Calendarização das intervenções.

Ocupação Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Ano de Intervenção																
			2022	2023	2024	2025	2026	2027 - 2031	2032 - 2036	2037 - 2039									
P. bravo e Sobreiro	B20	3,40		LMman/LMmec/PM(Sb)				C(Pb)		LMman/LMmec+TC									
	B21	35,06		LMman/LMmec/PM(Sb)				C(Pb)		LMman/LMmec+TC									
	B22	21,92		LMman/LMmec/PM(Sb)				C(Pb)		LMman/LMmec+TC									
	B23	7,38						LMman/LMmec/PM(Sb)		C(Pb)		TC	LMman/LMmec						
	B24	13,44						LMman/LMmec/PM(Sb)		C(Pb)		TC	LMman/LMmec						
Sobreiro	B1_PEGF	1,75	PF+PM+ER+LM	PF+PM+ER+LM				PF+ER+LM	PF+PM+ER+LM+TC	PF+PM+ER+LM	PF+PM+ER+LM								
Eucalipto	C1	4,96		GRD															
	C2	7,60		GRD											SV+GRD+ADM				
	C3	0,46		GRD												C	SV+GRD+ADM		
	C4	0,35													C				
	C5	0,40		C												SV+GRD+ADM			
	C6	0,05													SV+GRD+ADM				
	C7	0,07		GRD+ADM													GRD	GRD	
	C8	0,46		C												SV+GRD+ADM			
	C9	0,14													GRD				C
	C10	0,50														GRD			SV+GRD+ADM
	C11	0,42			GRD											SV+GRD+ADM			
Sobreiro, Medronheiro e Carvalho	C1_PEGF	0,22	PF+DR+ER+LM	PF+DR+ER+LM				PF+DR+ER+LM	PF+PM+DR+ER+LM+TC	PF+PM+DR+ER+LM	PF+PM+DR+ER+LM								
	C2_PEGF	0,87	PF+DR+ER+LM	PF+DR+ER+LM				PF+DR+ER+LM	PF+PM+DR+ER+LM+TC	PF+PM+DR+ER+LM	PF+PM+DR+ER+LM								
	C3_PEGF	0,25	PF+DR+ER+LM	PF+DR+ER+LM				PF+DR+ER+LM	PF+PM+DR+ER+LM+TC	PF+PM+DR+ER+LM	PF+PM+DR+ER+LM								
Sobreiro	D1	0,35	LMman/LMmec/DR							LMman/LMmec/PF									
	D2	0,20								LMman/LMmec/PF									
	D3	0,14								LMman+LMmec+PF		LMman/LMmec							
	D4	0,36										LMman/LMmec/PM	TC	TC					
	D5	12,68	TC									LMman/LMmec/PM	TC	TC					
	D6	6,50	TC									LMman/LMmec/PM	TC	TC					
	D7	0,38	TC									LMman/LMmec/PM	TC	TC					

Quadro 54 - Calendarização das intervenções.

Ocupação Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Ano de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027 - 2031	2032 - 2036	2037 - 2039
Choupo	D1_PEGF	0,42	CD+ER+LM	CD+ER+LM			LM	DB+ER+LM	DB+ER+LM	DB+ER+LM
Folhosas ripícolas	E1	0,05			BGR					BGR
	E2	0,52			BGR					BGR
	E3	0,15			BGR					BGR
	E4	0,09			BGR					BGR
	E5	0,25			BGR					BGR
	E6	0,41			BGR					BGR
	E7	0,02			BGR					BGR
	E8	0,15			BGR					BGR
	E9	2,82			BGR					BGR
	E10	0,23			BGR					BGR
	E11	0,20			BGR					BGR
	E12	0,05			BGR					BGR
	E13	0,04			BGR					BGR
	E14	0,12			BGR					BGR
	E15	0,02			BGR					BGR
	E16	0,03			BGR					BGR
	E17	0,07			BGR					BGR
	E18	0,04			BGR					BGR
	E19	0,06			BGR					BGR
	E20	0,01			BGR					BGR
	E21	0,35		BGR					BGR	
	E22	0,16		BGR					BGR	
	E23	0,16		BGR					BGR	
	E24	0,18		BGR					BGR	
	E25	0,07		BGR					BGR	
	E26	0,03		BGR					BGR	
	E27	0,03		BGR					BGR	
	E28	0,12		BGR					BGR	

Quadro 55 - Calendarização das intervenções.

Ocupação Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Ano de Intervenção								
			2022	2023	2024	2025	2026	2027 - 2031	2032 - 2036	2037 - 2039	
Folhosas ripícolas	E29	0,01		BGR						BGR	
	E30	0,04		BGR						BGR	
	E31	0,12		BGR						BGR	
	E32	0,05		BGR						BGR	
	E33	0,11		BGR						BGR	
	E34	0,04		BGR						BGR	
	E35	0,09		BGR						BGR	
	E36	0,05		BGR						BGR	
	E37	1,28		BGR						BGR	
	E38	0,30		BGR						BGR	
E39	0,11	BGR	BGR								
Pastagem nat. espontânea	E1_PEGF	0,65		LM			LM	LM	LM	LM	LM
Freixo	F1	0,64		LMman/LMmec					LMman/LMmec/PF		
	F2	0,24		LMman/LMmec					LMman/LMmec/PF		
Rede Viária Florestal	F1_PEGF	0,07	Programa de Infraestruturas								
Matos	H1	1,31			GC						GC
	H2	4,15		GC						GC	
	H3	6,93		GC						GC	
	H4	0,97			GC						GC
	H5	2,13			GC						GC
	H6	1,57			GC						GC
	H7	0,62			GC						GC
	H8	0,21		GC						GC	
	H9	0,24			GC						GC
	H10	0,70			GC						GC
	H11	12,70		GC						GC	

Quadro 56 - Calendarização das intervenções.

Ocupação Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Ano de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027 - 2031	2032 - 2036	2037 - 2039
Matos	H12	7,36			GC					GC
	H13	2,79			GC					GC
	H14	0,40			GC					GC
	H15	1,72			GC					GC
	H16	2,44			GC					GC
	H17	2,39			GC					GC
	H18	0,61			GC					GC
	H19	4,16		GC					GC	
	H20	0,82		GC					GC	
	H21	1,35		GC					GC	
	H22	0,35		GC					GC	
	H23	9,59			GC					GC
	H24	1,58			GC					GC
	H25	1,70		GC					GC	
	H26	1,47			GC					GC
	H27	1,87		GC					GC	
	H28	1,24			GC					GC
	H29	0,28			GC					GC
	H30	1,16		GC					GC	
	H31	1,15		GC					GC	
	H32	0,46			GC					GC
	H33	0,52			GC					GC
	H34	0,81			GC					GC
	H35	0,55		GC					GC	
	H36	0,33		GC					GC	
	H37	0,16			GC					GC
	H38	1,23			GC					GC
	H39	0,57		GC					GC	

Quadro 57 - Calendarização das intervenções.

Ocupação Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Ano de Intervenção								
			2022	2023	2024	2025	2026	2027 - 2031	2032 - 2036	2037 - 2039	
Matos	H40	0,45		GC						GC	
	H41	0,23			GC						GC
	H42	0,23			GC						GC
	H43	0,99			GC						GC
	H44	1,46			GC						GC
	H45	4,99			GC						GC
	H46	25,56				GC					
	H47	0,71		GC						GC	
	H48	1,99				GC					
	H49	2,93				GC					
	H50	3,48			GC						GC
	H51	3,19		GC						GC	
	H52	8,10		GC						GC	
	H53	0,80			GC						GC
	H54	0,49			GC						GC
	H55	12,19			GC						GC
	H56	0,05		GC						GC	
	H57	0,29		GC						GC	
	H58	1,46			GC						GC
	H59	2,08		GC						GC	
	H60	0,35			GC						GC
	H61	0,96		GC						GC	
	H62	1,55		GC						GC	
	H63	0,12			GC						GC
	H64	0,24			GC						GC
	H65	0,17		GC						GC	
	H66	1,40		GC						GC	
	H67	1,27		GC						GC	
H68	4,98		GC						GC		

Quadro 58 - Calendarização das intervenções.

Ocupação Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Ano de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027 - 2031	2032 - 2036	2037 - 2039
Matos	H69	2,48		GC					GC	
	H70	1,42			GC					GC
	H71	1,58			GC					GC
	H72	1,63			GC					GC
	H73	0,17		GC					GC	
	H74	0,64			GC					GC
	H75	0,36			GC					GC
	H76	0,78		GC					GC	
	H77	0,38		GC					GC	
	H78	1,73		GC					GC	
	H79	0,08			GC					GC
	H80	2,40			GC					GC
	H81	0,17			GC					GC
	H82	0,90			GC					GC
	H83	2,04		GC					GC	
	H84	0,28			GC					GC
	H85	0,14			GC					GC

4. Bibliografia

Albuquerque, J. P. M. 1954. Carta Ecológica de Portugal. DGSA, Lisboa, Portugal.

Aliança Florestal, Celbi, Direcção-Geral dos Recursos Florestais, Instituto Superior de Agronomia, Silvicultura, Unimadeiras. 2007. Planeamento Operacional e Boas Práticas de Exploração Florestal. Projecto AGRO 667. Setúbal, Portugal.

AFN. 2002. Manual de Silvicultura para a Prevenção de Incêndios. Direcção Geral das Florestas, Lisboa, Portugal.

AFN. 2007. Manual de Procedimentos para a Elaboração de Planos de Gestão Florestal em Matas Nacionais e Perímetros Florestais. Lisboa, Portugal.

AFN. 2009. Estratégia Nacional para as Florestas. <http://www.dgrf.min-agricultura.pt/portal/politica-e-planeamento-florestal/enf/estrategia-nacional-para-as-florestas/?searchterm=Estratégia%20Nacional%20para%20as%20Florestas>

ICNF. 2019. NORMAS TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE GESTÃO FLORESTAL. <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/gf/pgf/norm-tecn>

ICNF. 2012. Guia Técnico para elaboração do PMDFCI. <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/dfci/Resource/doc/Guia-Tecnico-PMDFCI-AFN-Abril2012-v1.pdf/view>

ICNF. 2019. Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI). <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/profs/prof-em-vigor>

Alves, A. A., 1988. Técnicas de Produção Florestal, 2ª Edição. Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, Portugal. 331 pp.

CAP, Confederação dos Agricultores de Portugal, 2004. Código de Boas Práticas para uma Gestão Florestal Sustentável, Lisboa, 42 pp.

Diário da República. 2021. Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro que revoga o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, com as devidas exceções (artº 80º do Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro) - Estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Diário da República. 2008. Decreto - Lei n.º 166/2008 - Estabelece o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional. DR nº 162 Série I de 22/08/2008.

Diário da República. 2009. Decreto - Lei n.º 73/2009 - Aprova o Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional. DR nº 63 Série I de 31/03/2009.

Federação dos Produtores Florestais de Portugal (2001b) Manual de Procedimentos para Aplicação de Indicadores de Gestão Florestal Sustentável. Federação dos Produtores Florestais de Portugal, Lisboa.

FPPF, Federação de Produtores Florestais de Portugal. Manual de Instruções para o Trabalho de Campo, Lisboa, 40 pp.

http://www.fppf.pt/downloads/docs/Manual_Campo.pdf (Data de Consulta 04/07/2007).

GTF. 2020-2029. Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho de Castelo Branco.

IGP. 2008. Carta Administrativa Oficial de Portugal.

<http://www.igeo.pt/produtos/cadastro/caop/inicial.htm>

http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/carta_administrativa_oficial_de_portugal_caop/

IPMA. 2012. Instituto Português do Mar e da Atmosfera.

<http://www.ipma.pt/resources.www/light/index.html>

Instituto do Ambiente - Atlas Digital do Ambiente, 2003. Carta Ecológica.

http://www.iambiente.pt/atlas/dl/download.jsp?zona=continente&grupo=&tema=c_cecologica.

Instituto do Ambiente - Atlas Digital do Ambiente, 2003. Carta Litológica.
http://www.iambiente.pt/atlas/dl/download.jsp?zona=continente&grupo=&tema=c_clitologica.

Instituto do Ambiente - Atlas Digital do Ambiente, 2003. Humidade média anual do ar.
http://www.iambiente.pt/atlas/est/index.jsp?zona=continente&grupo=&tema=c_humrelativa.

Instituto do Ambiente - Atlas Digital do Ambiente. 2003. Precipitação média anual.
http://www.iambiente.pt/atlas/est/index.jsp?zona=continente&grupo=&tema=c_preceptota

Instituto do Ambiente - Atlas Digital do Ambiente. 2003. Temperatura média anual do ar.
http://www.iambiente.pt/atlas/est/index.jsp?zona=continente&grupo=&tema=c_temperatura

Público. 2007. Comunicação Social, S.A. Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. Árvores e Florestas de Portugal - Proteger a Floresta “Incêndios, pragas e doenças”. Volume 8. Lisboa, Portugal.



ANEXO I - NORMAS DE CARTOGRAFIA DE OCUPAÇÃO DO SOLO



CARTOGRAFIA DE OCUPAÇÃO DO USO DO SOLO

A cartografia de ocupação do solo ao nível da unidade de gestão, é uma ferramenta base que orienta as decisões relativas às intervenções florestais, quer ao nível mais geral do ordenamento do uso do solo, quer ao nível mais concreto do planeamento das intervenções culturais a efectuar. Desta forma a estratificação será baseada em diversos critérios hierarquicamente relacionados ao nível da composição, estrutura, e que esteja sujeita ao mesmo conjunto de práticas de gestão, de aplicação uniforme na respectiva área. Será digitalizada sobre a última cobertura aerofotográfica ortorectificada disponível e complementada com levantamentos efectuados com recuso a GPS (Global Positioning System).

- Nível 1 - Natureza da utilização do solo
- Nível 2 - Ocupação principal e secundária
- Nível 3 - Caracterização adicional das ocupações quando necessário

Será delimitada e classificada qualquer porção de terreno de área igual ou superior a 2500 m² e de largura média igual ou superior a 15 metros. Serão considerados os seguintes estratos:

QUANTO À NATUREZA DA UTILIZAÇÃO DO SOLO (NÍVEL 1)

Agrícola (AG)

Quando a parcela é constituída por terras aráveis, culturas permanentes, prados e pastagens permanentes.

Florestal (FL)

Quando na parcela se apresentem formações arbóreas constituídas por essências florestais, ou formações não arbóreas com a presença dessas espécies atingindo um grau de coberto igual ou superior a 10%. Entende-se por grau de coberto, a razão entre a área da projecção horizontal da copa e a área total da parcela. As áreas de plantações, sementeiras recentes, queimadas e as sujeitas a corte raso, serão igualmente incluídas nesta utilização, independentemente do grau do coberto.

Agro-Florestal (AGFL)

Quando a parcela tem simultaneamente uma utilização agrícola, através da instalação de culturas temporárias ou permanentes e uma utilização florestal. Nestas áreas normalmente desenvolvem-se atividades de pastorícia, sob-coberto, como é o caso do montado.

Incultos (IC)

Terrenos com cobertura vegetal com porte arbustivo, lenhosos ou herbáceas, de origem natural, onde não se verifique uma actividade agrícola ou florestal, podendo resultar de um pousio agrícola, constituir uma pastagem espontânea ou terreno pura e simplesmente abandonado. Incluem-se ainda os terrenos que estando mobilizados para arborização, não estejam ainda semeados ou plantados.

Improdutivos (IP)

Parcelas constituídas por terrenos praticamente estéreis do ponto de vista da produção vegetal

Infra-estruturas (IE)

Nesta classificação englobam-se, rede divisional e rede viária com largura superior a 6 m, pavilhões, área social e outro tipo de infra-estruturas. Em relação a esta utilização do solo não é considerada a dimensão mínima.

Águas (HH)

Cursos de água permanentes com largura média superior a 10 m, barragens e charcas. Em relação a esta utilização do solo não é considerada a dimensão mínima.

QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO (NÍVEL 2)

O atributo ocupação do solo é definido pela caracterização das ocupações principal e secundária, que se repetirão no caso de uma ocupação única.

Ocupação do solo de natureza agrícola (AG):

- Culturas de sequeiro (CA)
- Culturas de regadio (RG)
- Cultura temporárias (CT)
- Olival (OL)
- Vinha (VI)
- Pomar (PO)
- Prados ou pastagens (PP)
- Horta (HO)
- Outras Superfícies Agrícolas (OSA)

Ocupação do solo de natureza floresta (FL):

- Pinheiro Bravo (PB)
- Pinheiro Manso (PM)
- Sobreiro (SB)
- Carvalhos (CV)
- Carvalho americano (CVA)
- Carvalho negral (CN)
- Azinheira (AZ)
- Eucalipto (EC)
- Medronheiro (MD)
- Acácia (AC)

- Freixo (FRX)
- Salgueiros (SALG)
- Choupo (CHP)
- Bétula (BT)
- Cerejeira (CRJ)
- Pseudotsugas (PSD)
- Cupressus (CP)
- Pinheiro larício (PL)
- Castanheiro (CST)
- Folhosas ripícolas (FR)
- Outras Folhosas (OF)
- Outras Resinosas (OR)
- Outras quercíneas (OQ)
- Misto de Resinosas e Folhosas (MRF)
- Misto de Folhosas (MF)
- Zambujal / Azinhal (ZB/AZ)
- Liquidâmbar (LQ)
- Pinheiro radiata (PR)

Ocupação do solo de natureza agro-florestal (AGFL):

- Montado de Sobro (MSB)
- Montado de Azinho (MAZ)
- Montado Misto (MAZSB)
- Espaço agro-florestal não arborizado (AFNA)
- Espaço agro-florestal c/ árvores dispersas (AFAD)

Em relação aos povoamentos florestais de porte arbóreo consideram-se duas situações distintas:

- **Povoamentos puros**, quando uma só espécie é responsável por mais de 75% do coberto, neste caso a única espécie presente será quer a ocupação principal quer a ocupação secundária;
- **Povoamentos mistos**, quando, havendo várias espécies em presença, nenhuma atinge os 75% do coberto; neste caso considerar-se-á a espécie dominante responsável pela maior parte do coberto - como a ocupação principal e a espécie dominada como a ocupação secundária.

Ocupação do solo com Infra-estruturas (IE):

- Rede Viária Florestal (RVF)
- Rede Divisional (RD)
- Faixa de Gestão de Combustível (FGC)
- Faixa de Protecção à Linha Água (FPLA)
- Área Social (AS)
- Infra-estruturas de Apoio (IA)
- Infra-estrutura degradada (ID)
- Infra-estrutura de recreio (IR)
- Outras Infra-estruturas (OI)
- Rede Ferroviária (RF)
- Reservatório de água - DFCI (RS)
- Tanque (TQ)
- Gasoduto (GD)
- Poço (PC)
- Nora (NO)

Ocupação do solo de natureza inculto (IC):

Terreno com cobertura vegetal com porte arbustivo, lenhoso ou herbáceas, de origem natural, onde não se verifique actividade agrícola ou florestal, podendo resultar de um pousio agrícola, constituir uma pastagem espontânea ou terreno simplesmente abandonado.

- Arbustivo baixo ou subarbustivo (MA)
- Pastagens naturais espontâneas (PNAT)
- Área agrícola abandonada (AA)
- Zonas Húmidas (ZH)
- Canas (CAN)

Ocupação do solo com superfícies aquáticas (HH):

- Barragem (BR)
- Charca (CH)
- Linha de Água (LA)

CARACTERIZAÇÃO ADICIONAL (NÍVEL 3)

Utilização agrícola e incultos

No caso das utilizações agrícola e incultos, a existência de arvoredo disperso será indicada pelo código da espécie respetiva.

Utilização improdutivos (IP)

- Afloramentos rochosos (AFLR)
- Improdutivos (IP)
- Cascalheiras (CASC)
- Areias Fluviais (ARE)
- Áreas de Escavação (AE)

Utilização florestal

No caso da utilização florestal, será necessário classificar os estratos de acordo com o nível de coberto do solo:

Quanto ao grau de coberto:

- Floresta dispersa, 10-30% (20)
- Floresta densa, 30-50% (40)
- Floresta muito densa, >50% (75)
- Sementeiras ou plantações jovens (Jv)
- Fogos (últimos 2 anos) (Fg)
- Regeneração natural (Rn)
- Cortes rasos (Cr)

Nos cortes rasos em povoamentos explorados em talhadia utilizar-se-á o código equivalente a um grau de cobertura equivalente ao povoamento adulto.

Codificação dos estratos

O número de estratos considerado nesta área depende das combinações dos vários níveis de classificação que se encontrarem na prática. Um estrato, constituído por todas as manchas que tenham a mesma classificação, ficará completamente definido por 3 códigos, correspondentes a 8 caracteres alfanuméricos, de modo a ser possível codificar os diversos critérios de classificação acima expostos. Assim:

- Código para a natureza da utilização do solo -2 caracteres
- Código para a ocupação do solo - 4 caracteres (2 para a ocupação principal e 2 para a ocupação secundária)
- Código para a caracterização adicional dos povoamentos florestais -2 caracteres

REDE VIÁRIA

Para além de constituir um elemento básico da estratégia de defesa da floresta contra os incêndios, permite a circulação para o aproveitamento dos recursos naturais existentes.

Será representada por linhas e classificada por categorias, conforme o seu objectivo e assim:

- **Rede Viária Florestal (RVF)** - constituem vias principais e podem ser transitáveis por todo o tipo de viaturas, deveram ter uma largura da faixa de rodagem de pelo menos 3,5 m e as valetas 0,5 m.
- **Estradões (E)** - constituem vias secundárias, entroncam nos caminhos florestais. São normalmente transitáveis durante todo o ano por veículos todo-o-terreno e em parte do ano por outros veículos

HIDROGRAFIA

Digitalização directa das linhas de água a partir da cartografia militar 1:25.000

LINHAS DE ALTA E MÉDIA TENSÃO

Digitalização directa das linhas de a partir do ortofoto ou carta militar, caso não seja possível faz-se levantamento com GPS.

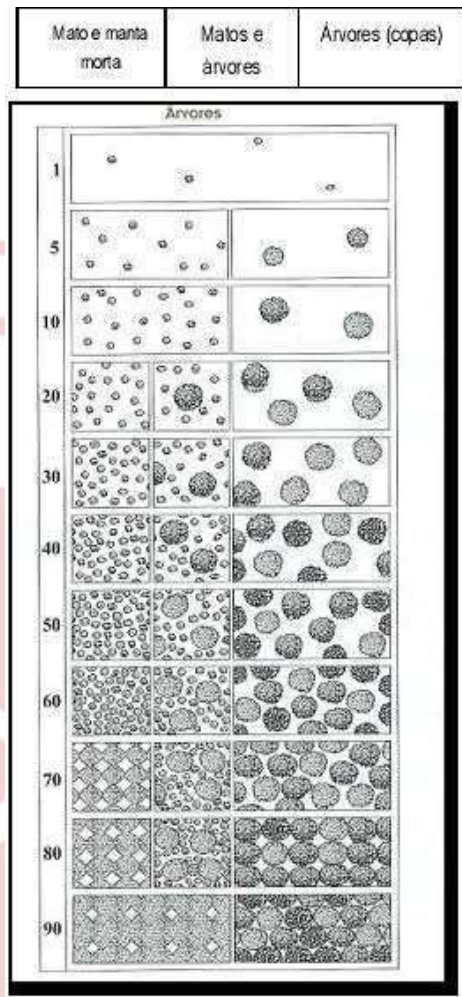
PONTOS DE COTA

Digitalização a partir da cartografia militar 1:25.000, com a respectiva cota e identificação no caso de vértices geodésicos.

OUTROS PONTOS DE INTERESSE

Devido á sua menor dimensão, estes serão representados por pontos (ex. casas isoladas).

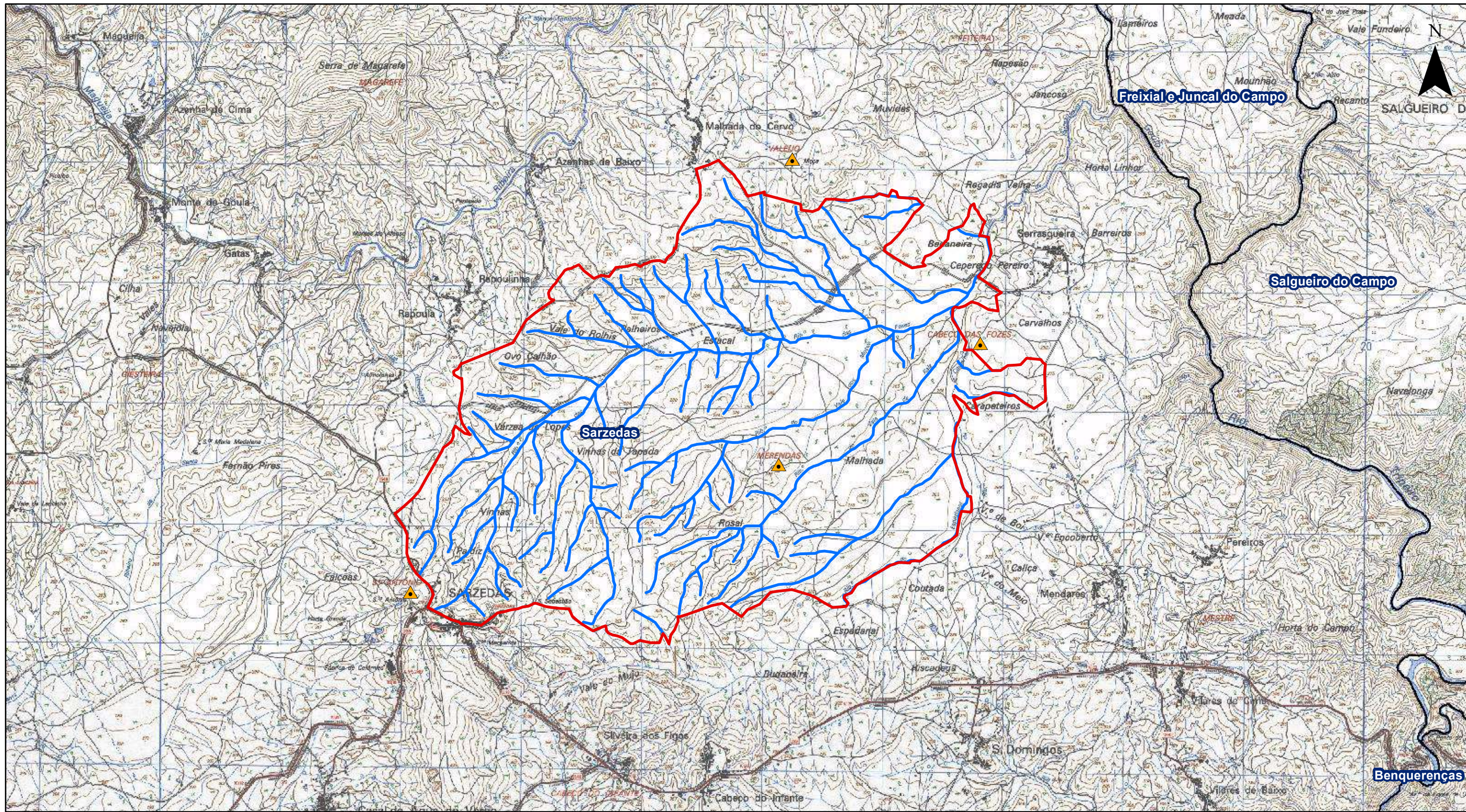
PERCENTAGENS DE COBERTO



Percentagens de cobertura, adaptado de Direcção-Geral das Florestas (1999).

ANEXO II - CARTOGRAFIA DE PORMENOR





Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- Domínio Hidrico
- Vertices Geodésicos

Limite da Área de Intervenção :

- ZIF de Sarzedas - Estacal = 1322,71 ha

**MAPA DE ENQUADRAMENTO
GEOGRÁFICO
ZIF DE SARZEDAS-ESTACAL**

1:30 000

Mapa n.º 1

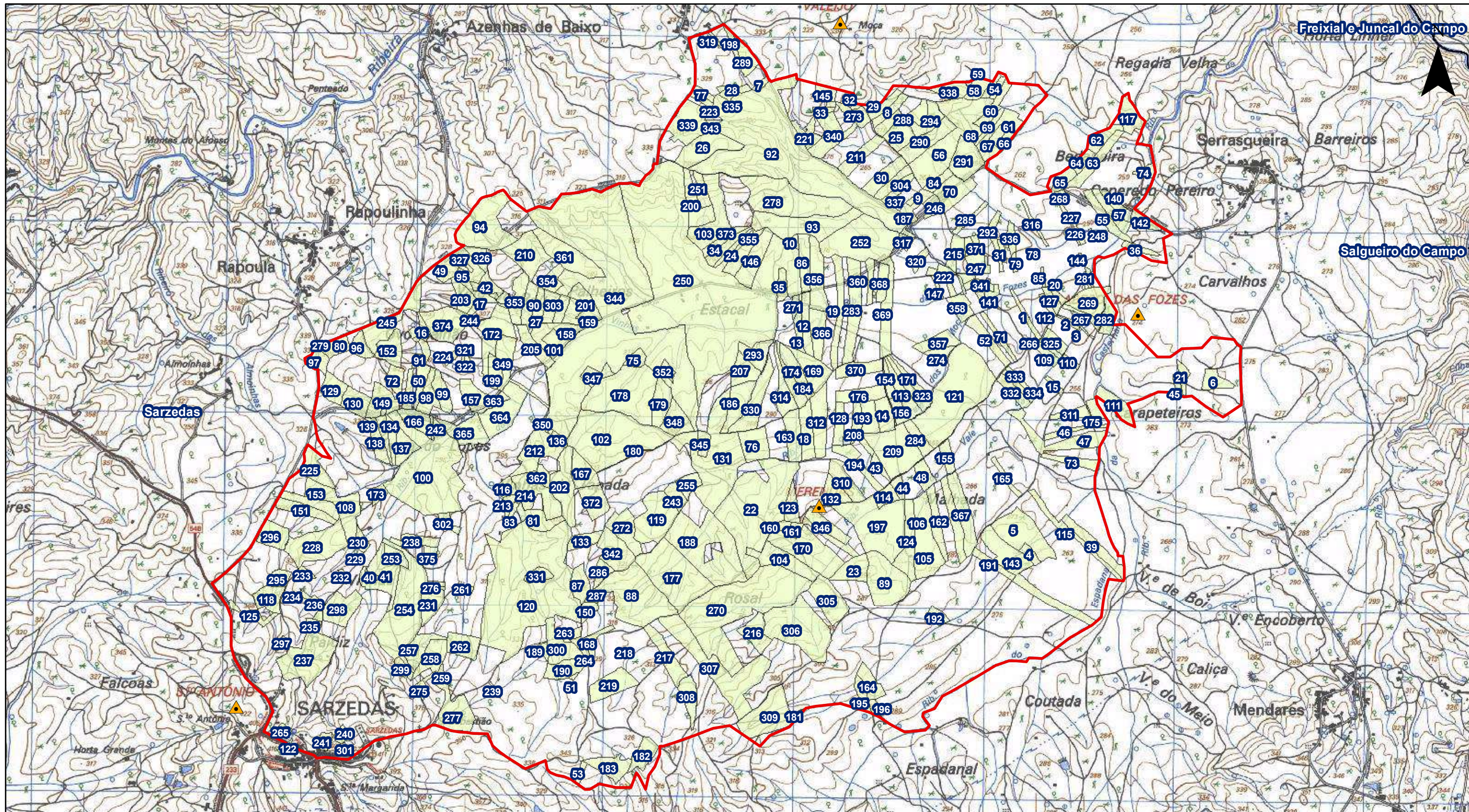
Sistema de Coordenadas Hayford - Gauss
Datum Lisboa

Fonte(s) : DGT (2016)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- Vertices Geodésicos

Limite da Área de Intervenção :

- ZIF de Sarzedas - Estacal = 1322,71 ha
- Área Aderente - Prédios Rústicos = 750,31 ha

**MAPA DA ÁREA ADERENTE
PRÉDIOS RÚSTICOS
ZIF DE SARZEDAS-ESTACAL**

1:19 000	Mapa n.º 2
----------	------------

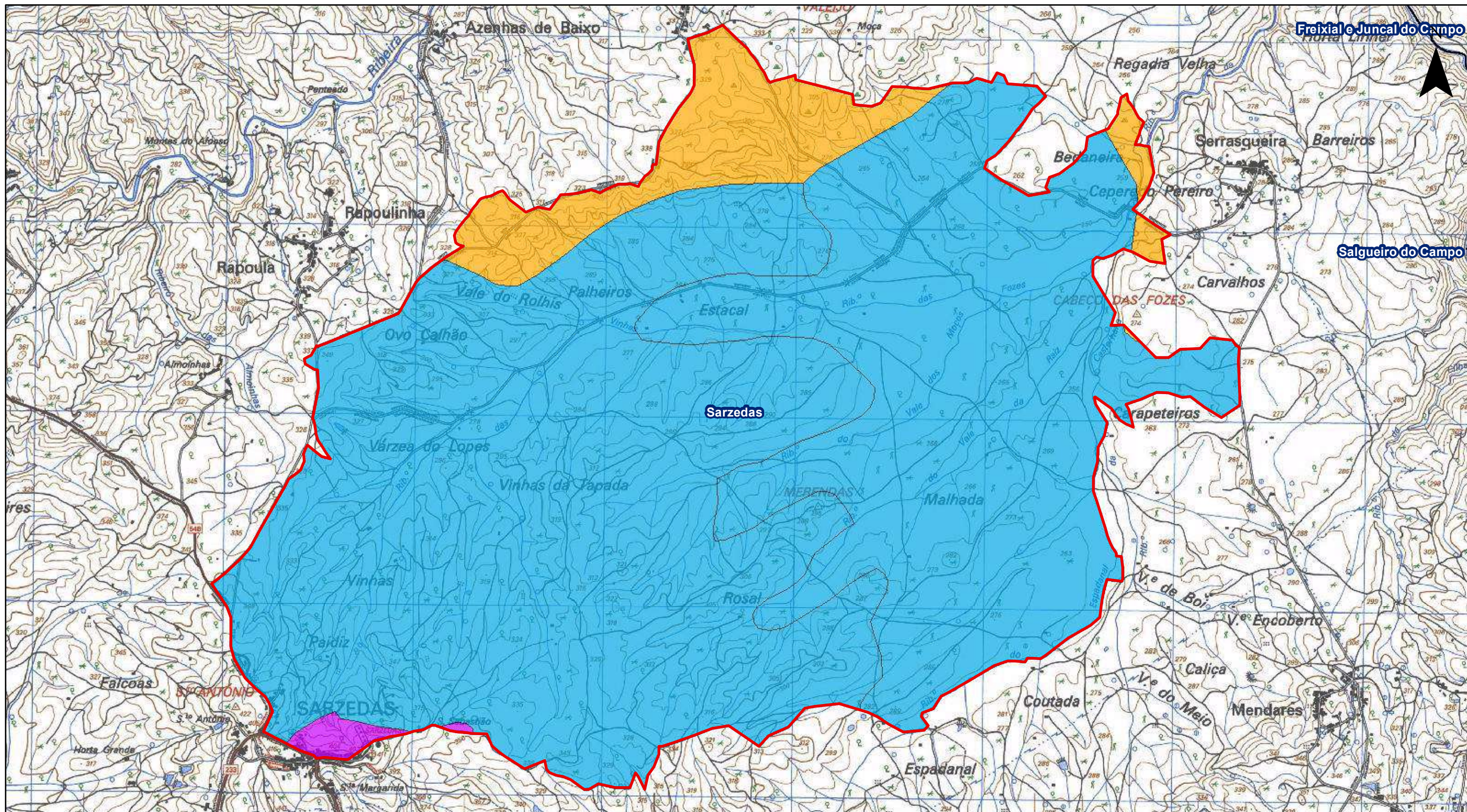
Sistema de Coordenadas Hayford - Gauss
Datum Lisboa

Fonte(s) : DGT (2016)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022

Associação de
Prédios Rústicos
de Castelo Branco



- Enquadramento :**
- Espanha
 - Limites Administrativos - Freguesias
 - ZIF de Sarzedas - Estacal = 1322,71 ha
- Tipos de solos :**
- Luviossolos
 - Regossolos
 - Área Social

MAPA DE TIPOS DE SOLOS
DE SOLOS
ZIF DE SARZEDAS-ESTACAL


1:19 000 Mapa n.º 3

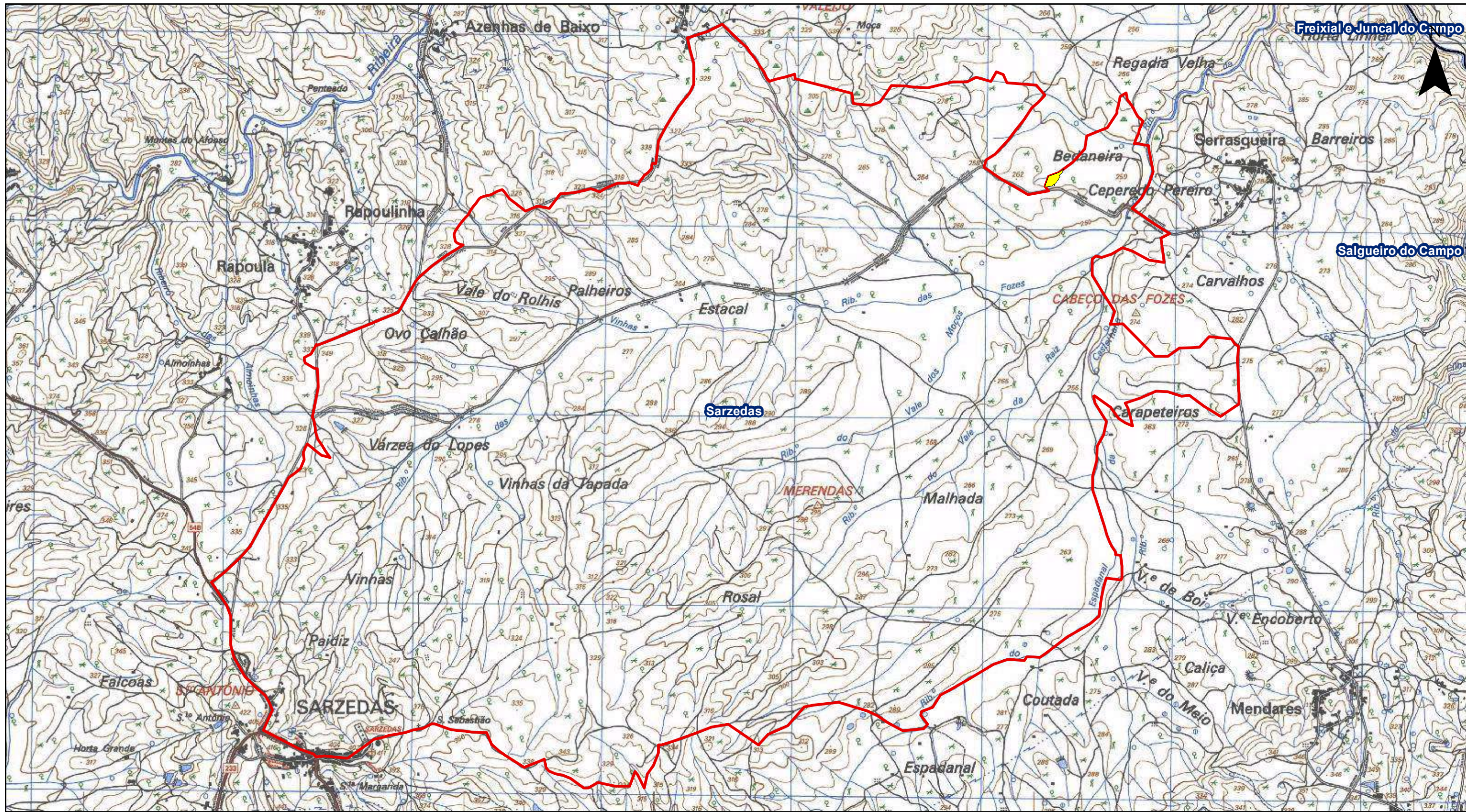
Sistema de Coordenadas Hayford - Gauss
Datum Lisboa

Fonte(s) : DGT (2016)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Sarzedas - Estacal = 1322,71 ha

Área ardida :

- Ano de 2013

**MAPA DE ÁREAS ARDIDAS
ZIF DE SARZEDAS-ESTACAL**

1:19 000	Mapa n.º 4
----------	------------

Sistema de Coordenadas Hayford - Gauss
Datum Lisboa

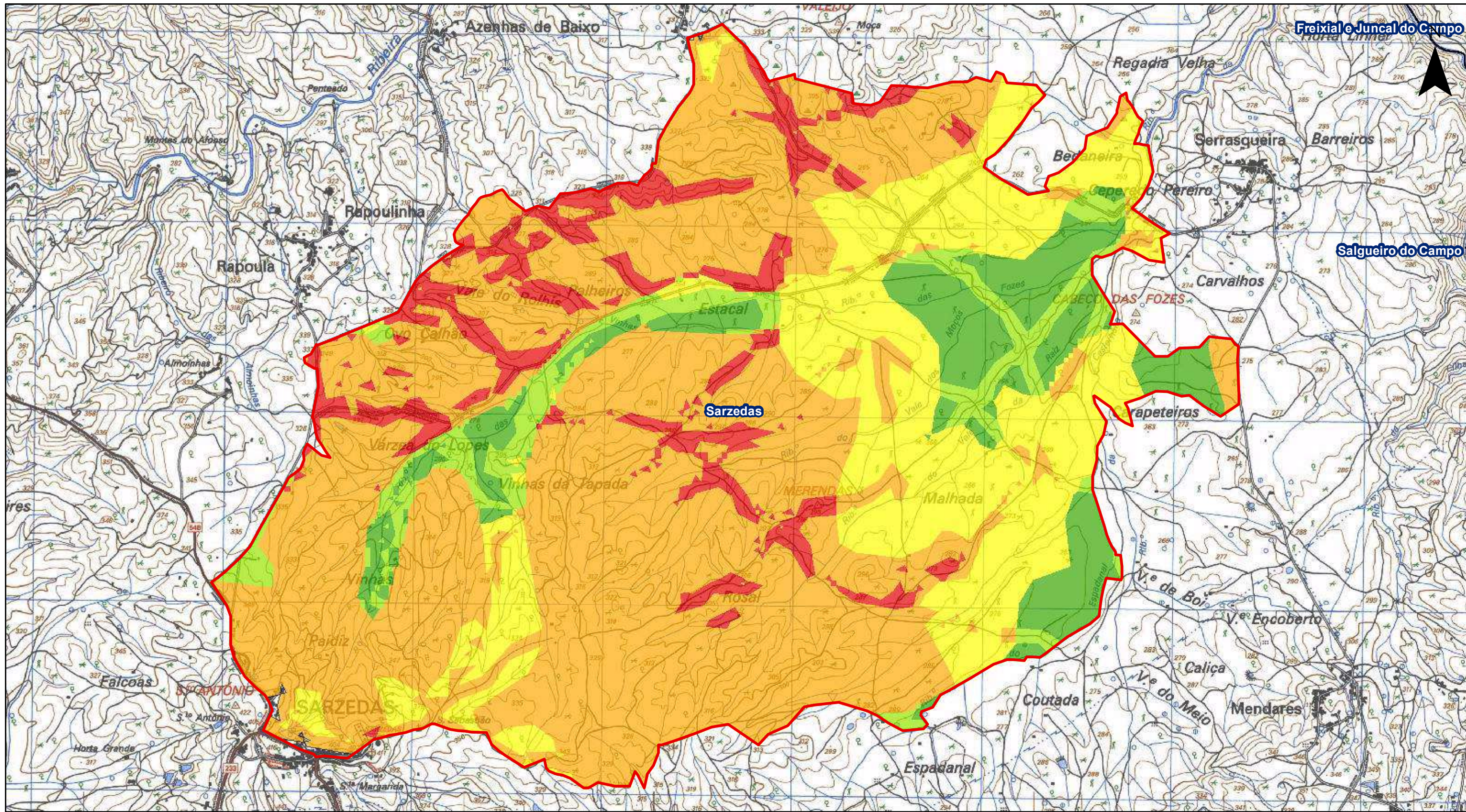
Fonte(s) : DGT (2016)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022



Associação de
Proteção
Florestal
do Alto Alentejo



Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Sarzedas - Estacal = 1322,71 ha

Classes de Perigosidade de Incêndio Florestal :

 Nula	 Média
 Muito baixa	 Alta
 Baixa	 Muito alta

**MAPA DE PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL
ZIF DE SARZEDAS-ESTACAL**

1:19 000	Mapa n.º 5
-----------------	-------------------

Sistema de Coordenadas Hayford - Gauss
Datum Lisboa

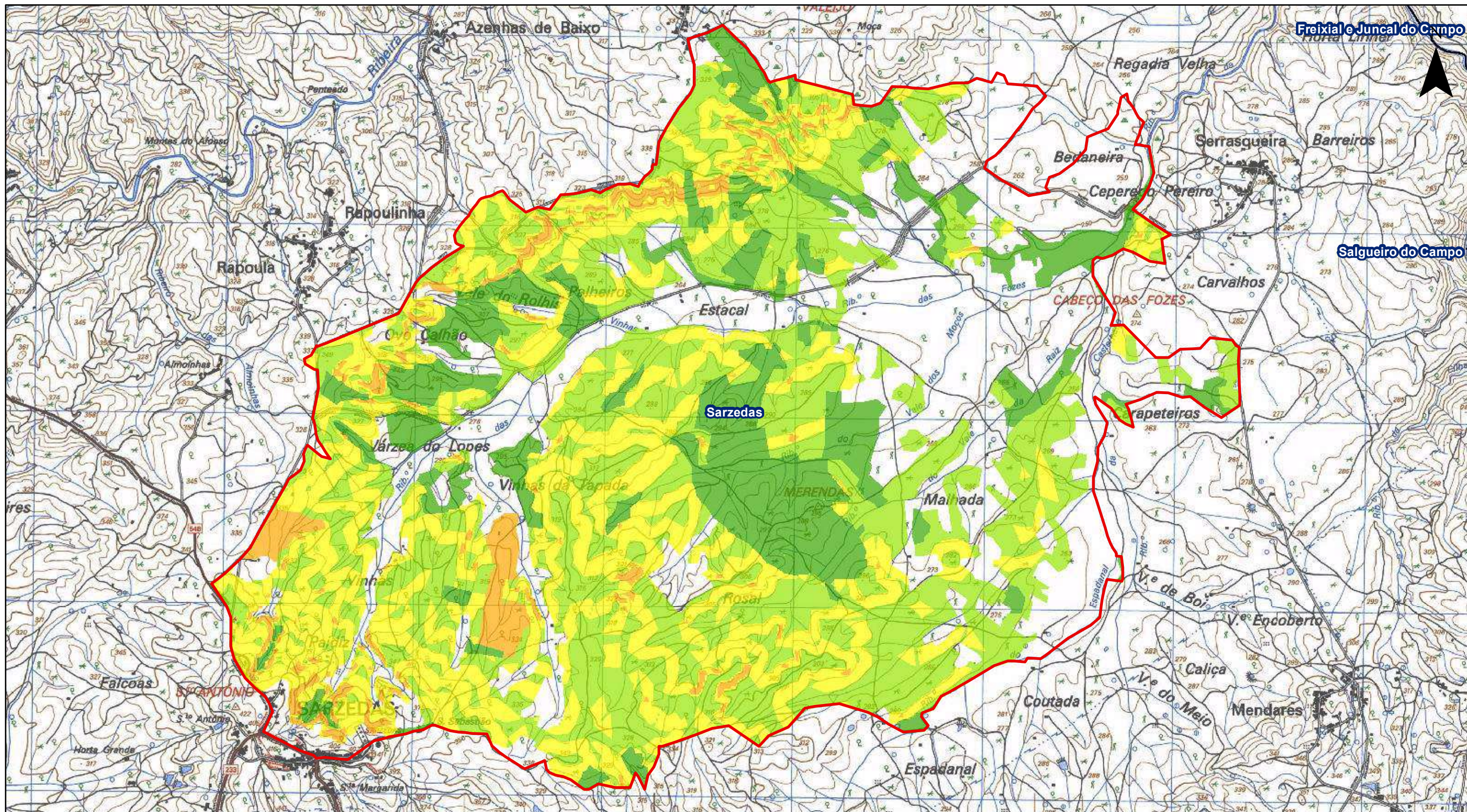
Fonte(s) : DGT (2016)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022



Associação de
Proteção de
Florestas
de Castelo Branco



Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Sarzedas - Estacal = 1322,71 ha

Classes de Risco de Incêndio Florestal :

 Nulo	 Médio
 Muito baixo	 Alto
 Baixo	 Muito alto

MAPA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL
ZIF DE SARZEDAS-ESTACAL

1:19 000	Mapa n.º 6
----------	------------

Sistema de Coordenadas Hayford - Gauss
Datum Lisboa

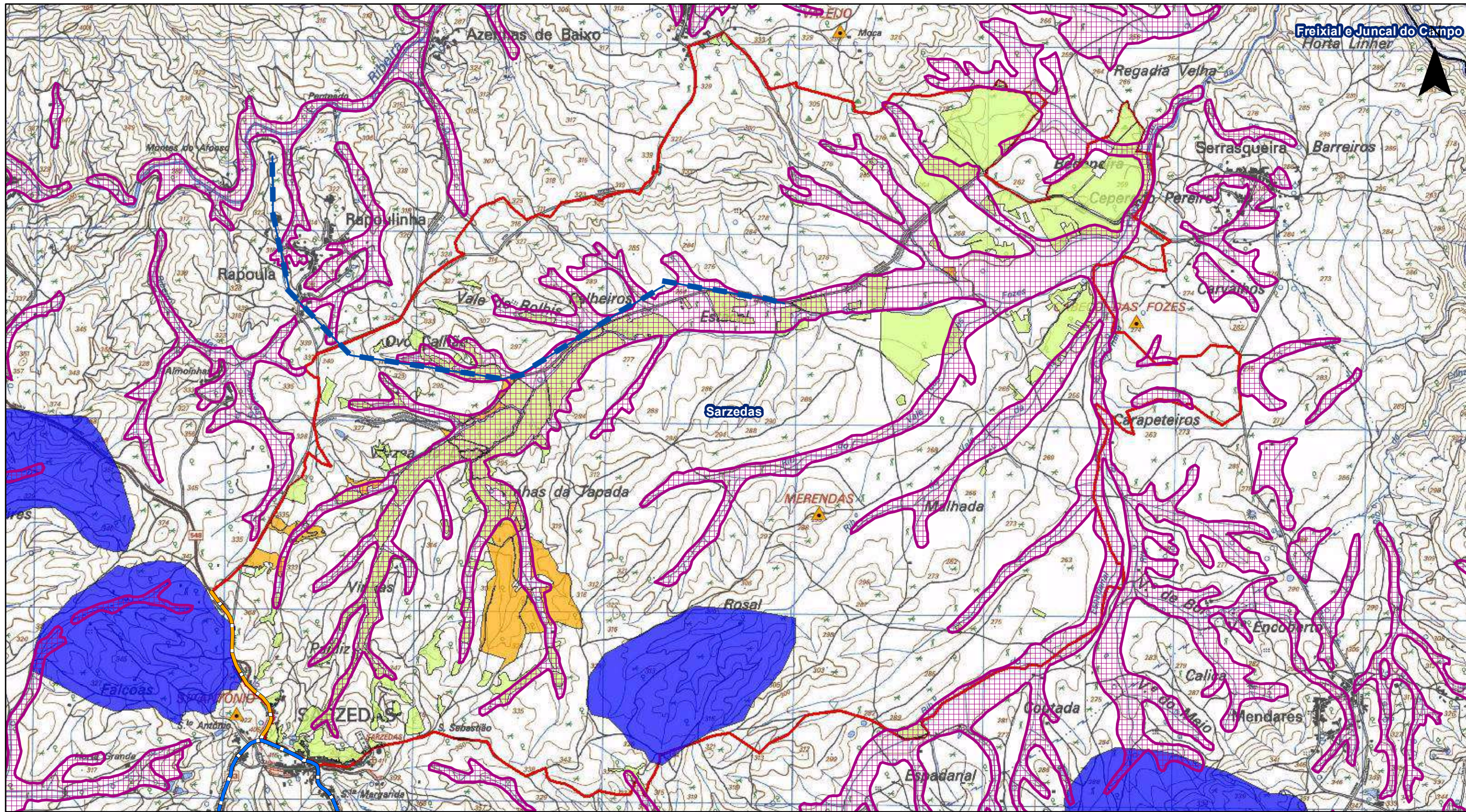
Fonte(s) : DGT (2016)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022



Associação de
Profissionais
Florestais
de Castelo Branco



Freixial e Juncal do Campo



Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Sarzedas - Estacal = 1322,71 ha

Servidões e Restrições de Útilidade Pública :

Rede Viária

- EN233
- EN548
- Linha Elétrica
- Vértices Geodésicos
- Área de Quercíneas
- Área de Olival
- RAN
- REN

MAPA DE SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE ÚTILIDADE PÚBLICA ZIF DE SARZEDAS-ESTACAL

1:19 000

Mapa n.º 7

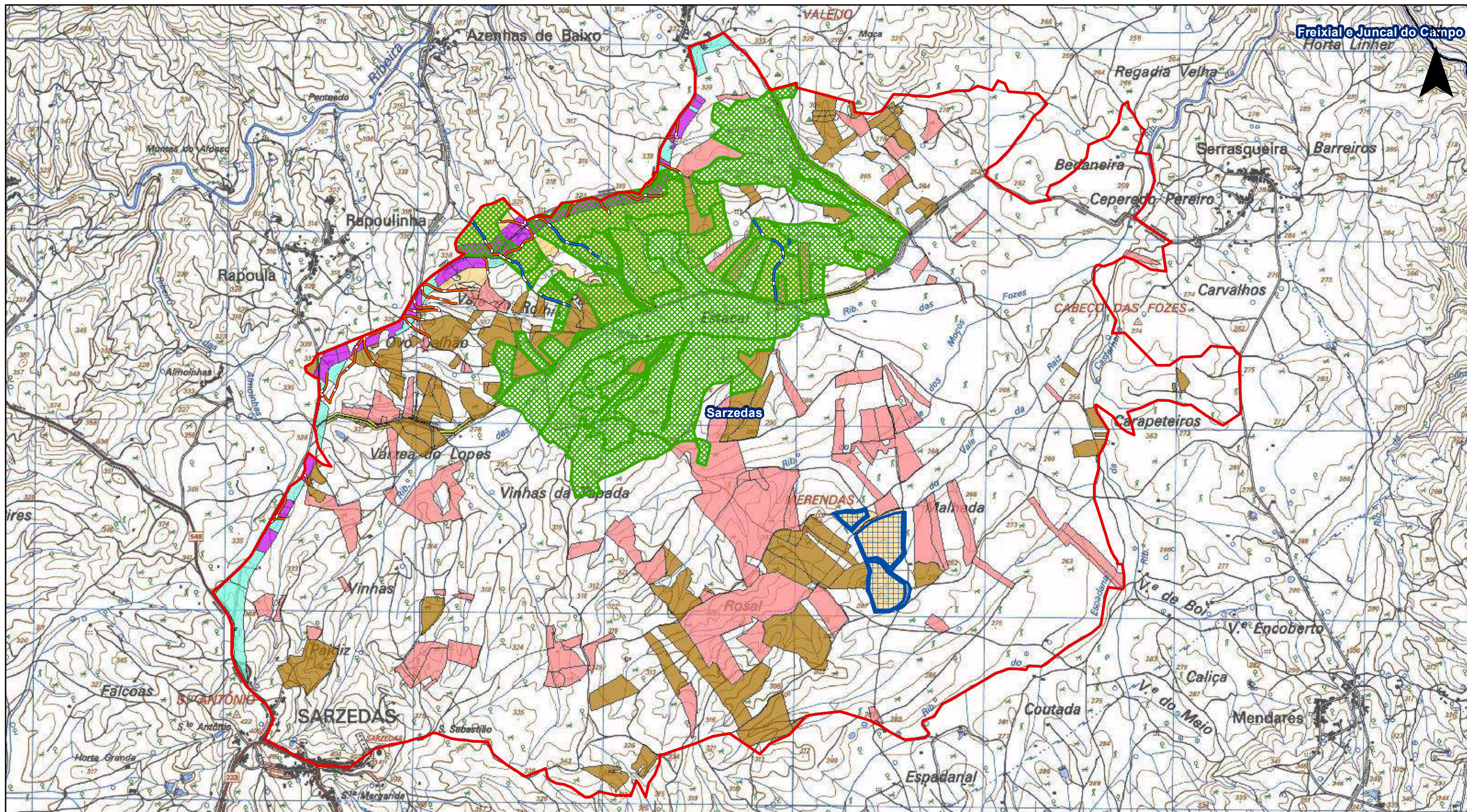
Sistema de Coordenadas Hayford - Gauss Datum Lisboa

Fonte(s) : DGT (2016)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





- Enquadramento :**
- Espanha
 - Limites Administrativos - Freguesias
 - ZIF de Sarzedas - Estacal = 1322,71 ha
- Ónus relevantes para a gestão :**
- AGRO - 2003.410025831
 - AGRO - 2004.410020814
 - PRODER - Sub-ção 2.3.1.1, PA7956, Rede Viária Florestal
 - PDR2020 - OP 8.1.5, PA016915, Rede Viária Florestal
 - PDR2020 - OP 8.1.3, PA25986, Mosaicos de Parcelas de G. de Combustível
 - PDR2020 - OP 8.1.3, PA25986, Rede Primária
 - PDR2020 - OP 8.1.3, PA25986, Rede Secundária
 - PDR2020 - OP 8.1.5, PA016915, Mosaicos de Parcelas de G. de Combustível
 - PRODER - Sub-ção 2.3.1.1, PA7956, Mosaicos de Parcelas de G. de Combustível
 - PRODER - Sub-ção 2.3.1.1, PA7956, Rede Primária

MAPA DE ÓNUS RELEVANTES PARA A GESTÃO ZIF DE SARZEDAS-ESTACAL

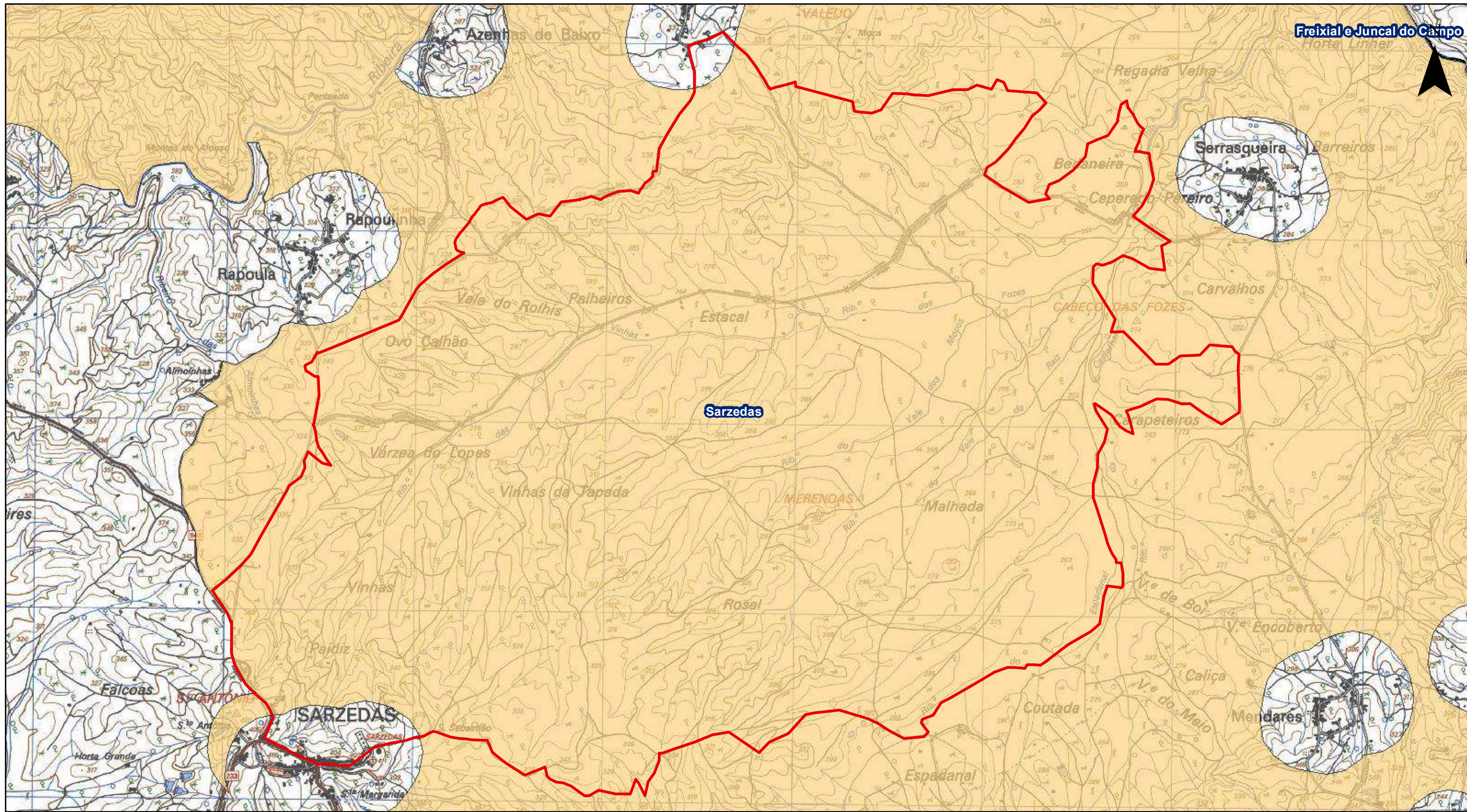
1:19 000 Mapa n.º 8

Sistema de Coordenadas Hayford - Gauss
Datum Lisboa

Fonte(s) : DGT (2016)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022



Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Sarzedas - Estacal = 1322,71 ha

Ónus relevantes para a gestão :

- ZCM da Malhada do Cervo (Proc. n.º 3062 - ICNF)

**MAPA DE ÓNUS RELEVANTES
PARA A GESTÃO
ZIF DE SARZEDAS-ESTACAL**

1:19 000

Mapa n.º 9

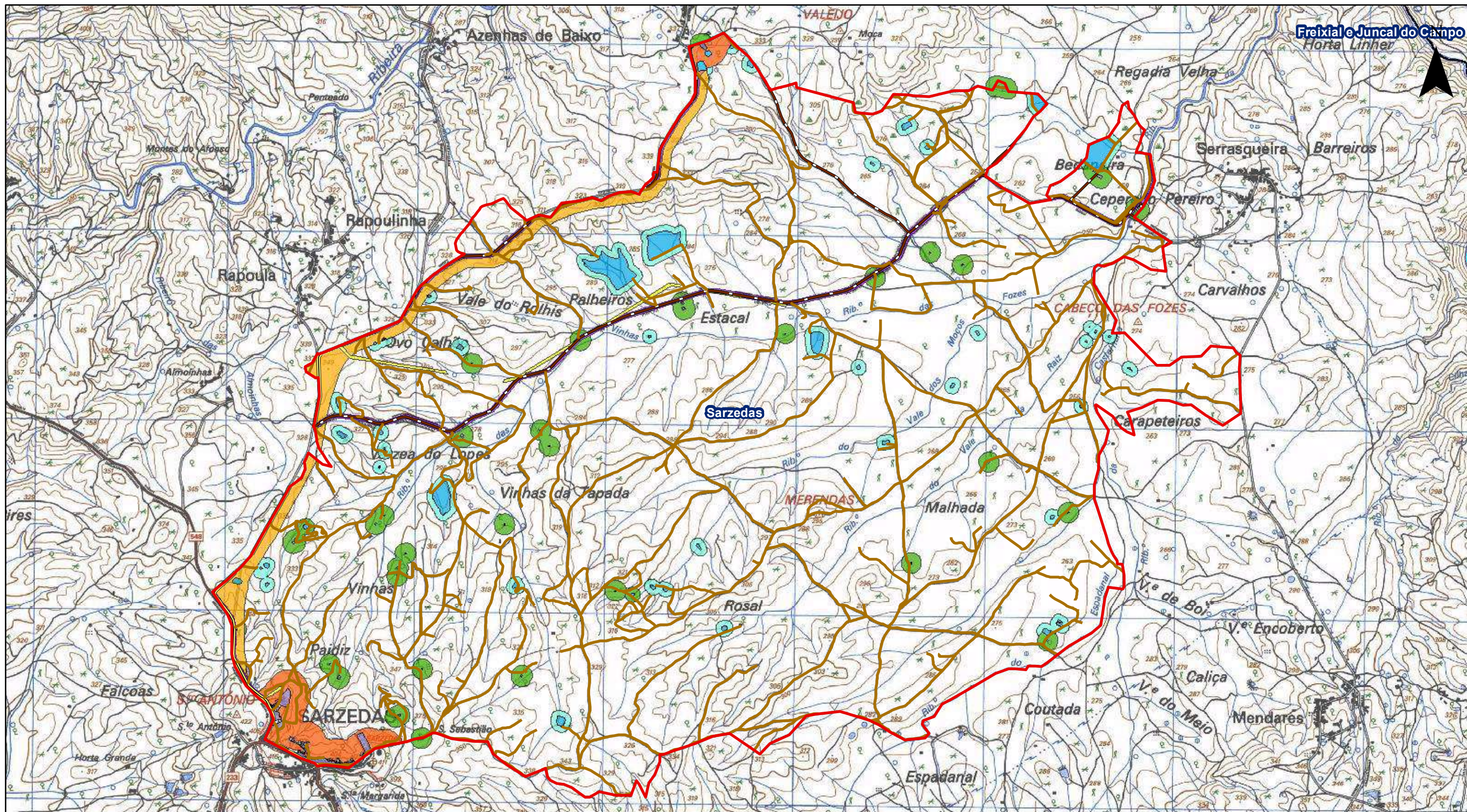
Sistema de Coordenadas Hayford - Gauss
Datum Lisboa

Fonte(s) : DGT (2016)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Freixial e Juncal do Campo



Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Sarzedas - Estacal = 1322,71 ha

Infraestruturas DFCI e outras :

Rede Viária Florestal

- 1ª Ordem
- 2ª Ordem
- Complementar
- Superfícies Aquáticas
- Edificações

Faixas de Gestão de Combustível

- FGC aos aglomerados populacionais (100 m)
- FGC aos pontos de água (30 m)
- FGC à rede primária (125m)
- FGC à rede viária florestal (10 m)
- FGC às edificações em espaços rurais (50 m)
- FGC às linhas elétricas de média tensão (7 m)

MAPA DE INFRAESTRUTURAS DFCI E OUTRAS ZIF DE SARZEDAS-ESTACAL

1:19 000 Mapa n.º 9

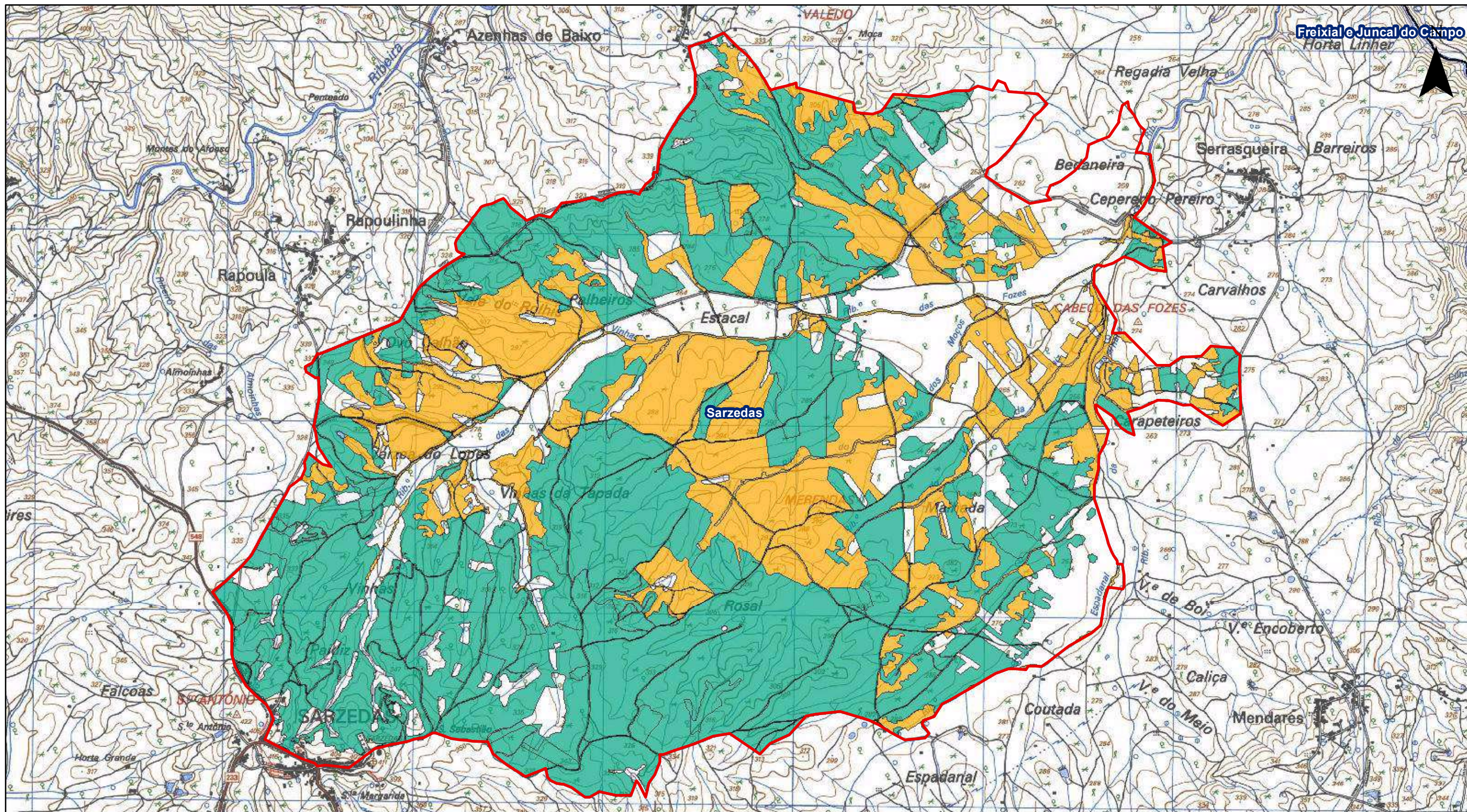
Sistema de Coordenadas Hayford - Gauss
Datum Lisboa

Fonte(s) : DGT (2016)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Sarzedas - Estacal = 1322,71 ha

Zonamento Funcional :

- Produção
- Proteção

**MAPA DE ZONAMENTO
FUNCIONAL
ZIF DE SARZEDAS-ESTACAL**

1:19 000	Mapa n.º 11
----------	-------------

Sistema de Coordenadas Hayford - Gauss
Datum Lisboa

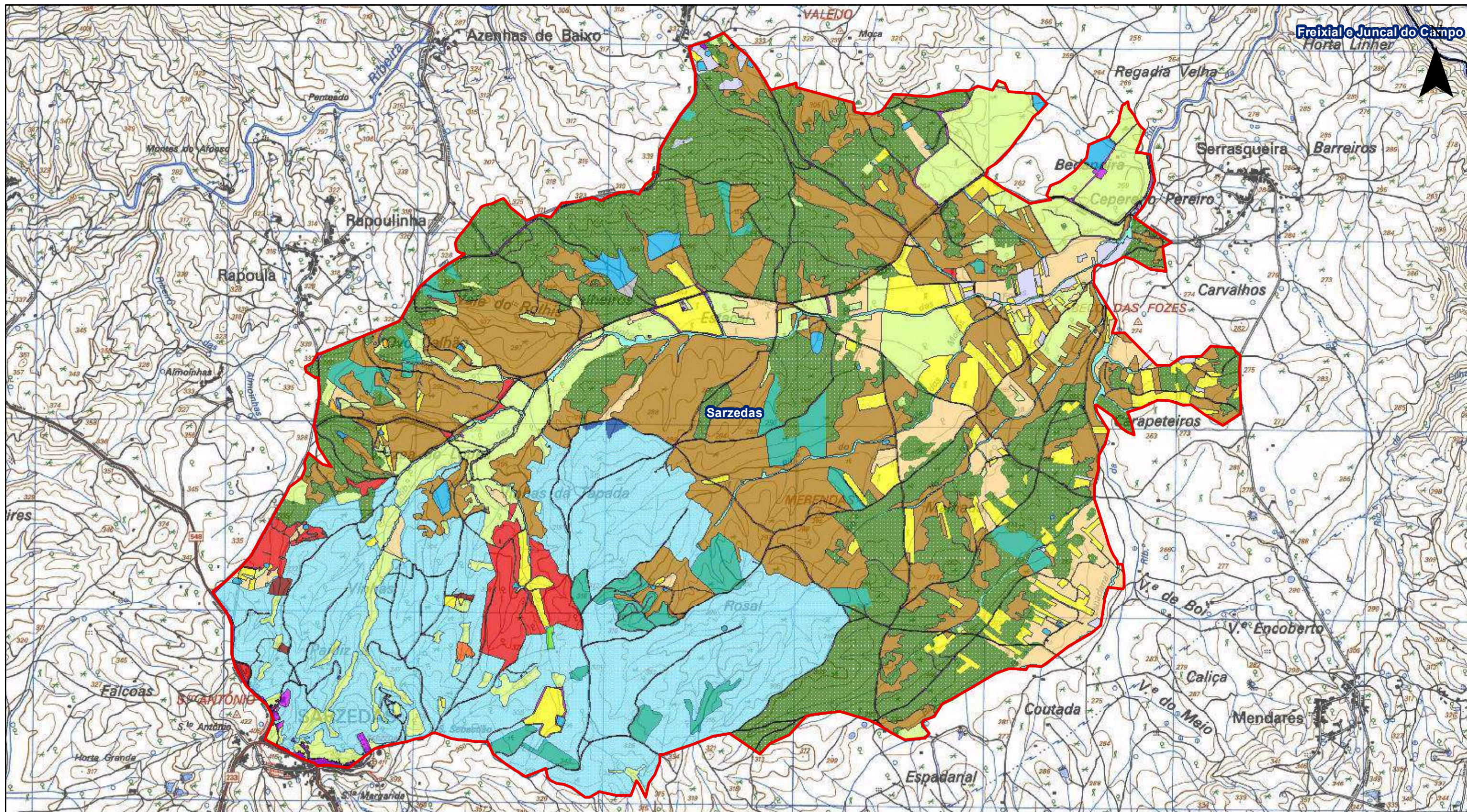
Fonte(s) : DGT (2016)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022



Associação de
Profissionais
Florestais
do Alto Alentejo



Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Sarzedas - Estacal = 1322,71 ha

Ocupação do solo :

 Choupo	 Folhosas ripícolas	 Matos	 Pinheiro bravo	 Sobreiro, Medronheiro e Carvalhos
 Culturas arvenses	 Freixo	 Olival	 Pinheiro bravo e Sobreiro	 Superfícies aquáticas
 Cupressus	 Improdutivos	 Outras superfícies agrícolas	 Pomar	 Vinha
 Eucalipto	 Infraestruturas	 Pastagem natural espontânea	 Sobreiro	

MAPA DE OCUPAÇÃO DO SOLO
ZIF DE SARZEDAS-ESTACAL

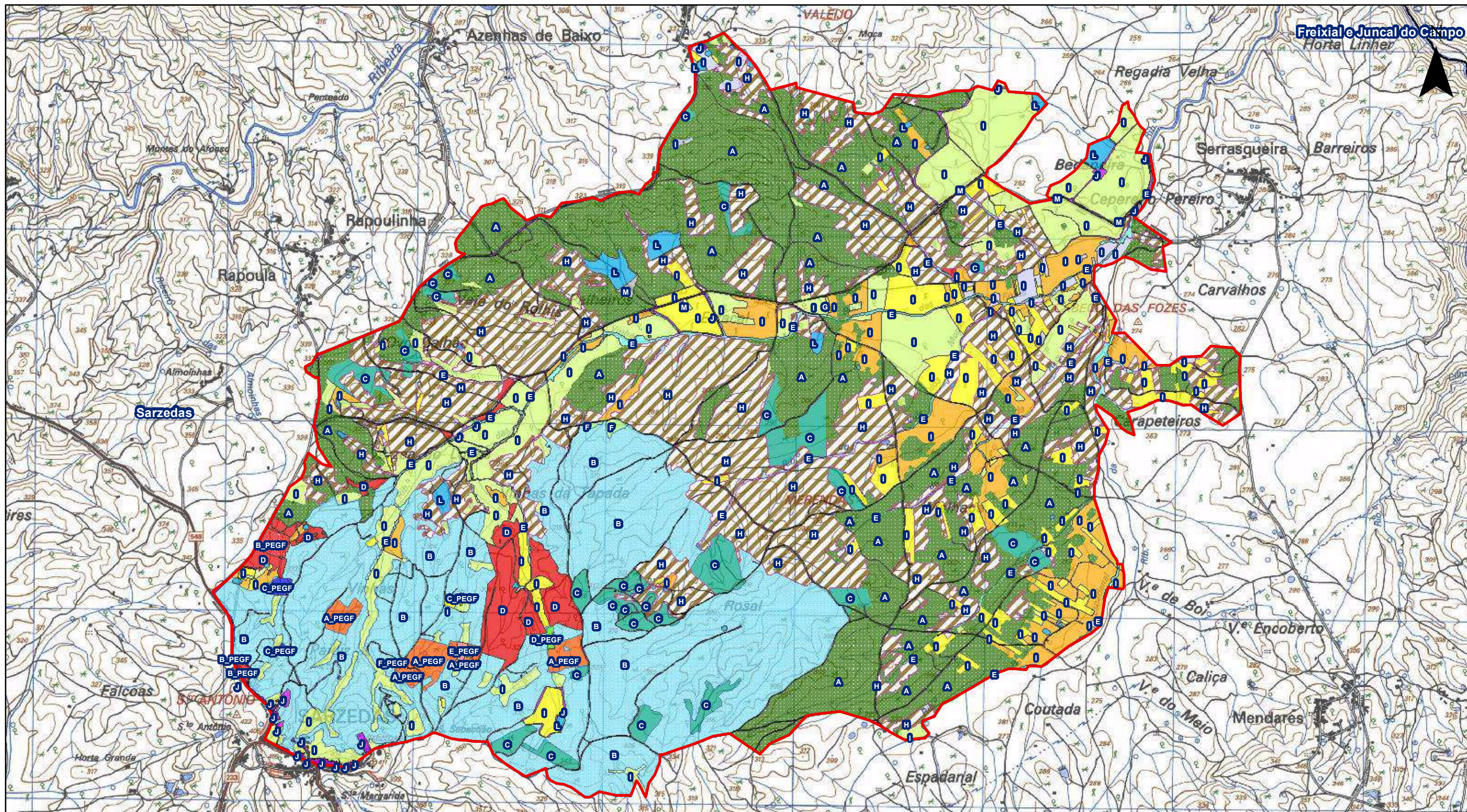
1:19 000 Mapa n.º 12

Sistema de Coordenadas Hayford - Gauss
Datum Lisboa

Fonte(s) : DGT (2016)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022



Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Sarzedas - Estacal = 1322,71 ha

Compartimentação (Talhões) :

- | | | | |
|--|--|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> Talhão A - Pinheiro bravo Talhão A_PEGF - Pinheiro bravo e Sobreiro Talhão B - Pinheiro bravo e Sobreiro Talhão B_PEGF - Sobreiro Talhão C - Eucalipto Talhão C_PEGF - Sobreiro, Medronheiro e Carvalho | <ul style="list-style-type: none"> Talhão D - Sobreiro Talhão D_PEGF - Choupo Talhão E - Folhosas ripícolas Talhão E_PEGF - Pastagem nat. espontânea Talhão F - Freixo Talhão F_PEGF - Rede viária florestal | <ul style="list-style-type: none"> Talhão G - Cupressus Talhão H - Matos Talhão I - Culturas arvenses Talhão I - Olival Talhão I - Outras sup. agrícolas Talhão I - Pomar | <ul style="list-style-type: none"> Talhão I - Vinha Talhão J - Infraestruturas Talhão L - Superfícies aquáticas Talhão M - Improdutivos |
|--|--|--|---|

**MAPA DE COMPARTIMENTAÇÃO
(TALHÕES)
ZIF DE SARZEDAS-ESTACAL**


1:19 000 Mapa n.º 13

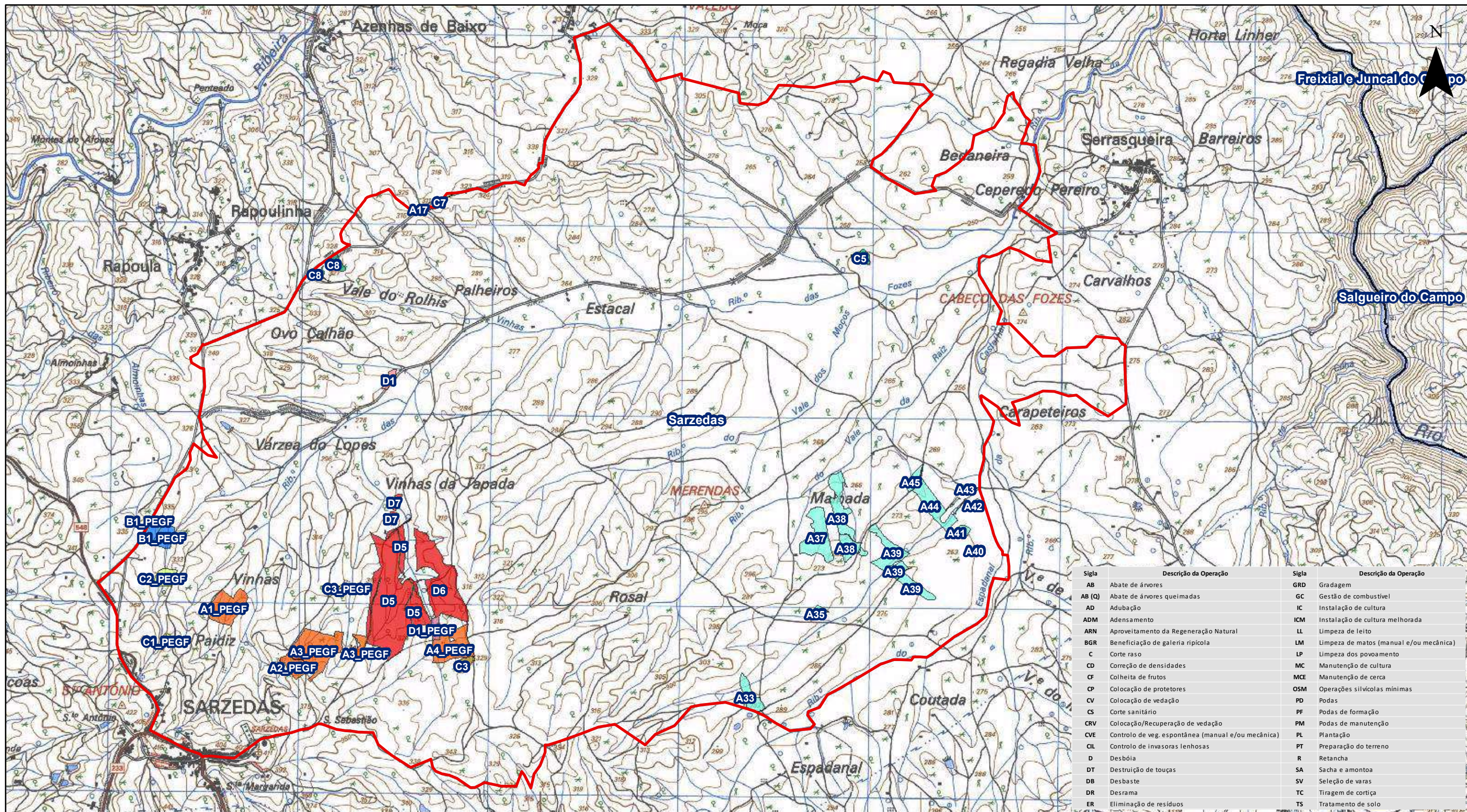
Sistema de Coordenadas Hayford - Gauss
Datum Lisboa

Fonte(s) : DGT (2016)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





- Enquadramento :**
- Espanha
 - Limites Administrativos - Freguesias
 - ZIF de Sarzedas - Estacal = 1322,71 ha
- Intervenções para 2022 :**
- C
 - LMman+LMmec+DR+DB
 - PF+PM+DR+ER+LM
 - CD+ER+LM
 - LMman/LMmec
 - PF+PM+ER+LM
 - GRD
 - LMman/LMmec/DR
 - TC
 - GRD+ADM
 - PF+DR+ER+LM

MAPA DO PLANO DE INTERVENÇÃO OPERACIONAL PARA 2022
ZIF DE SARZEDAS-ESTACAL

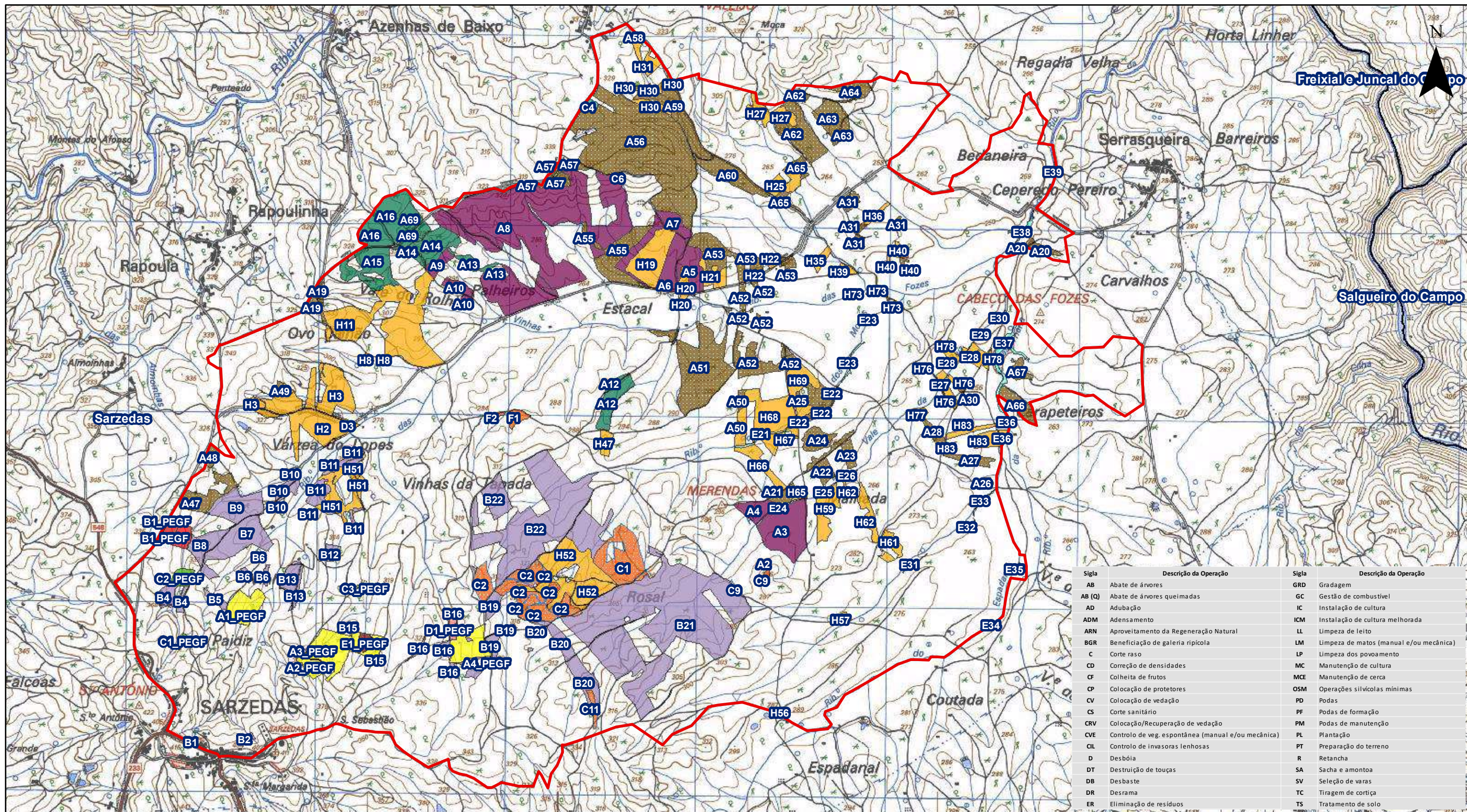
1:19 000 Mapa n.º 14

Sistema de Coordenadas Hayford - Gauss
Datum Lisboa

Fonte(s) : DGT (2016)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022



Sigla	Descrição da Operação	Sigla	Descrição da Operação
AB	Abate de árvores	GRD	Gradagem
AB (Q)	Abate de árvores queimadas	GC	Gestão de combustível
AD	Adubação	IC	Instalação de cultura
ADM	Adensamento	ICM	Instalação de cultura melhorada
ARN	Aproveitamento da Regeneração Natural	LL	Limpeza de leito
BGR	Beneficiação de galeria ripícola	LM	Limpeza de matos (manual e/ou mecânica)
C	Corte raso	LP	Limpeza dos povoamentos
CD	Correção de densidades	MC	Manutenção de cultura
CF	Colheita de frutos	MCE	Manutenção de cerca
CP	Colocação de protetores	OSM	Operações silvícolas mínimas
CV	Colocação de vedação	PD	Podas
CS	Corte sanitário	PF	Podas de formação
CRV	Colocação/Recuperação de vedação	PM	Podas de manutenção
CVE	Controlo de veg. espontânea (manual e/ou mecânica)	PL	Plantação
CIL	Controlo de invasoras lenhosas	PT	Preparação do terreno
D	Desbóia	R	Retanchar
DT	Destruição de touças	SA	Sacha e amontoa
DB	Desbaste	SV	Seleção de varas
DR	Desrama	TC	Tiragem de cortiça
ER	Eliminação de resíduos	TS	Tratamento de solo



Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Sarzedas - Estacal = 1322,71 ha

Intervenções para 2023 :

- | | | |
|--|---|---|
| BGR | GRD | PF+DR+ER+LM |
| C | LM | PF+PM+DR+ER+LM |
| CD+ER+LM | LMman+LMmec+PF | PF+PM+ER+LM |
| DR+CD+LMman/LMmec+AD+ER | LMman/LMmec | SV+GRD+ADM |
| DR+LMman/LMmec+AD+ER | LMman/LMmec+DB | |
| GC | LMman/LMmec/PM(Sb) | |

**MAPA DO PLANO DE INTERVENÇÃO OPERACIONAL PARA 2023
ZIF DE SARZEDAS-ESTACAL**

1:19 000

Mapa n.º 15

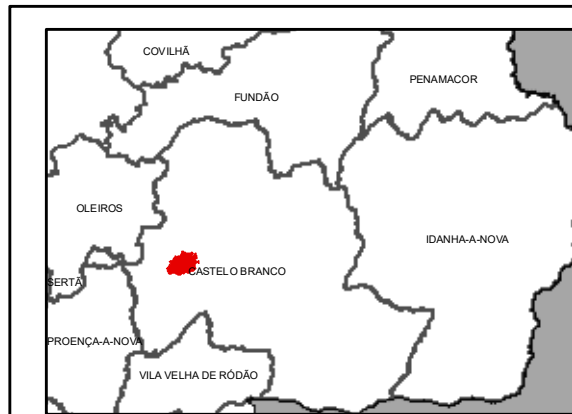
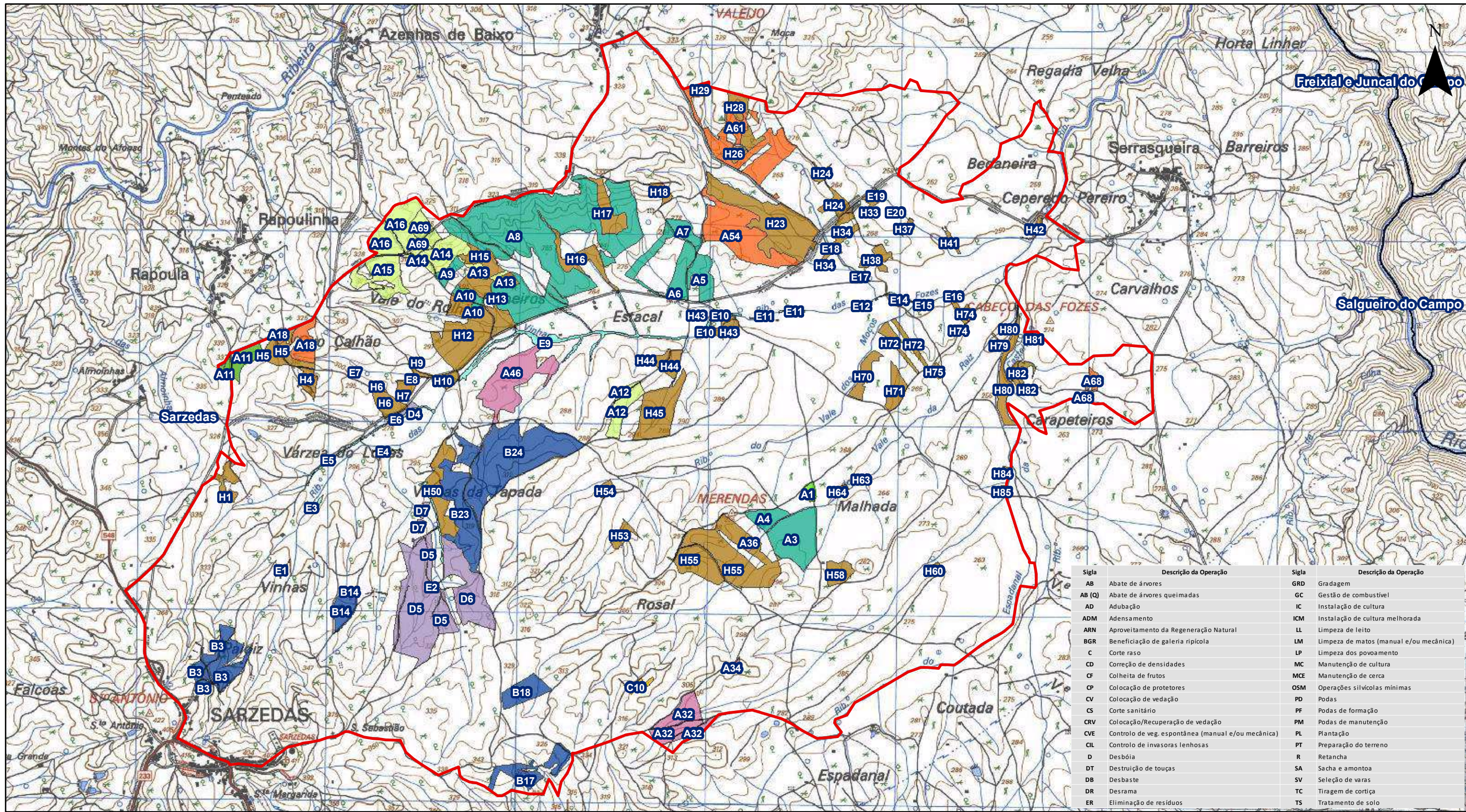
Sistema de Coordenadas Hayford - Gauss
Datum Lisboa

Fonte(s) : DGT (2016)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Sarzedas - Estacal = 1322,71 ha

Intervenções para 2024 :

- ARN+LP+LMman
- BGR
- DR+CD+LMman/LMmec+AD+ER
- DR+LMman/LMmec+AD+ER
- GC
- GRD
- LMman/LMmec
- LMman/LMmec+DB
- LMman/LMmec+DR
- LMman/LMmec/PM
- LMman/LMmec/PM(Sb)

**MAPA DO PLANO DE INTERVENÇÃO OPERACIONAL PARA 2024
ZIF DE SARZEDAS-ESTACAL**

1:19 000

Mapa n.º 16

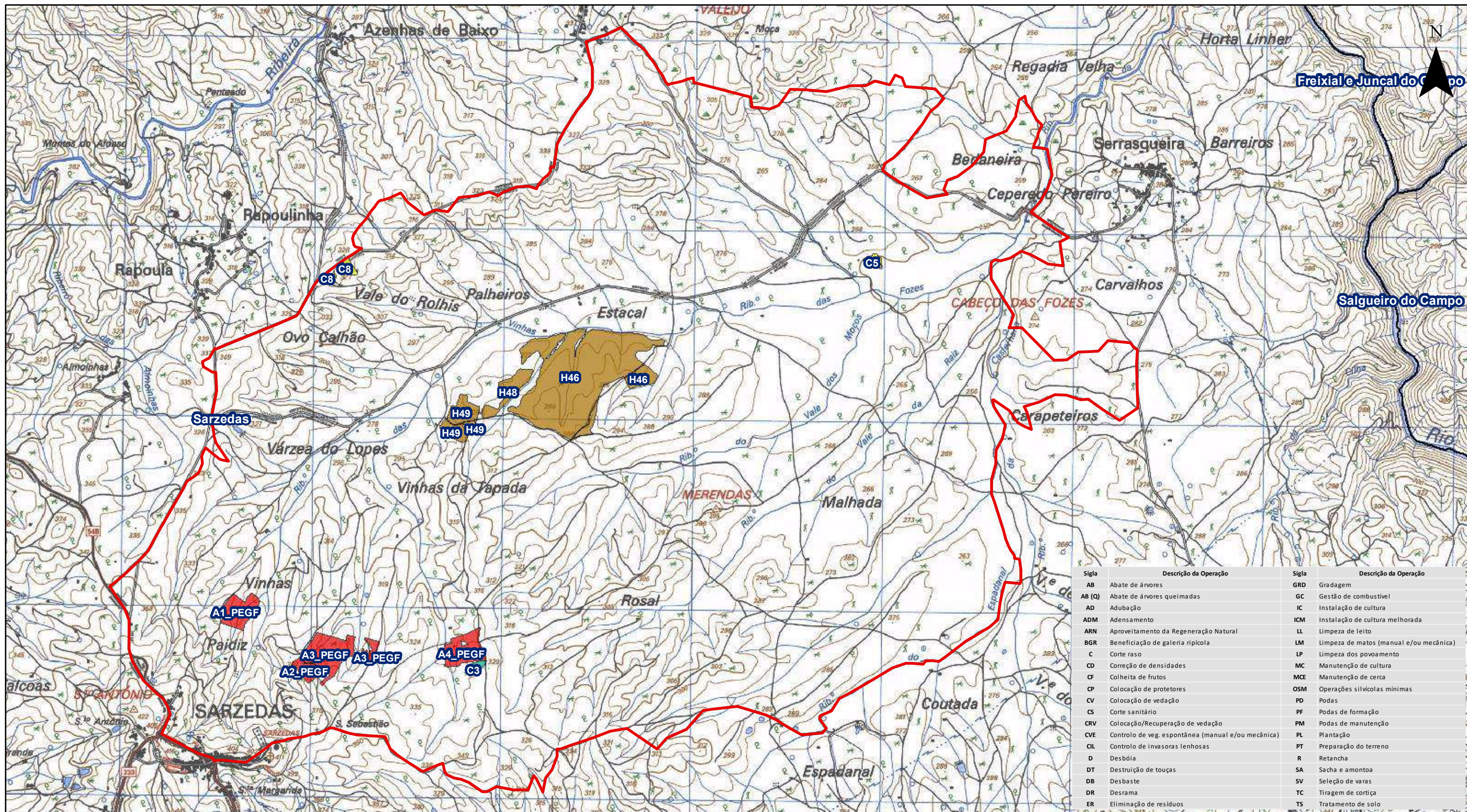
Sistema de Coordenadas Hayford - Gauss
Datum Lisboa

Fonte(s) : DGT (2016)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :
 Espanha
 Limites Administrativos - Freguesias
 ZIF de Sarzedas - Estacal = 1322,71 ha

Intervenções para 2025 :
 C
 GC
 SV+GRD+ADM
 TC

**MAPA DO PLANO DE INTERVENÇÃO OPERACIONAL PARA 2025
ZIF DE SARZEDAS-ESTACAL**


1:19 000 Mapa n.º 17

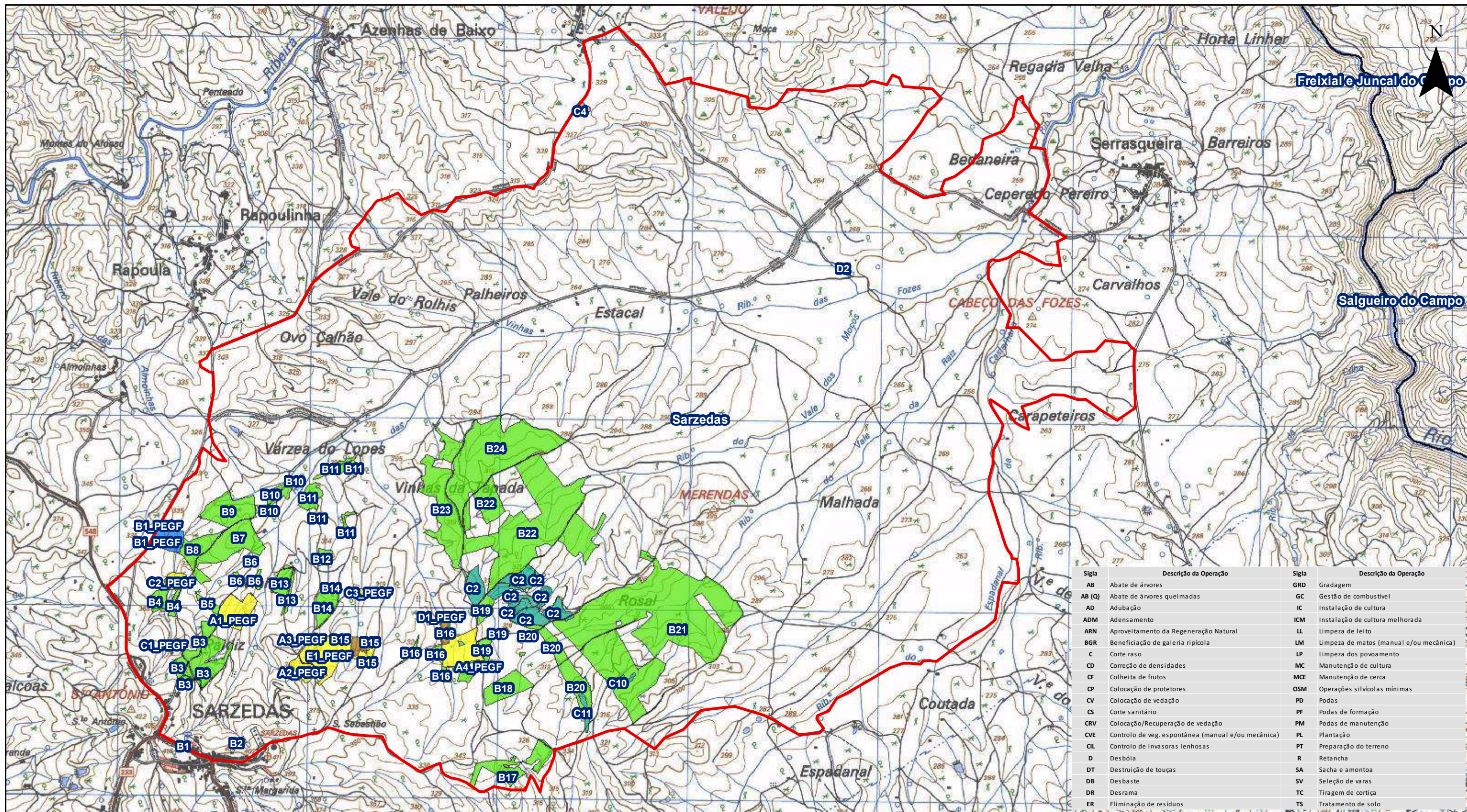
Sistema de Coordenadas Hayford - Gauss
Datum Lisboa

Fonte(s) : DGT (2016)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Sigla	Descrição da Operação	Sigla	Descrição da Operação
AB	Abate de árvores	GRD	Gradagem
AB (Q)	Abate de árvores queimadas	GC	Gestão de combustível
AD	Adubação	IC	Instalação de cultura
ADM	Adensamento	ICM	Instalação de cultura melhorada
ARN	Aproveitamento da Regeneração Natural	LL	Limpeza de leito
BGR	Beneficiação de galeria ripícola	LM	Limpeza de matos (manual e/ou mecânica)
C	Corte raso	LP	Limpeza dos povoamento
CD	Correção de densidades	MC	Manutenção de cultura
CF	Colheita de frutos	MCE	Manutenção de cerca
CP	Colocação de protetores	OSM	Operações silvícolas mínimas
CV	Colocação de vedação	PD	Podas
CS	Corte sanitário	PF	Podas de formação
CRV	Colocação/Recuperação de vedação	PM	Podas de manutenção
CVE	Controlo de veg. espontânea (manual e/ou mecânica)	PL	Plantação
CIL	Controlo de invasoras lenhosas	PT	Preparação do terreno
D	Desbóia	R	Retanchar
DT	Destruição de touças	SA	Sacha e amontoa
DB	Desbaste	SV	Seleção de varas
DR	Desrama	TC	Tiragem de cortiça
ER	Eliminação de resíduos	TS	Tratamento de solo



- Enquadramento :**
- Espanha
 - Limites Administrativos - Freguesias
 - ZIF de Sarzedas - Estacal = 1322,71 ha
- Intervenções para 2026 :**
- C
 - C(Pb)
 - LM
 - LMman/LMmec/PF
 - PF+DR+ER+LM
 - PF+ER+LM
 - SV+GRD+ADM

MAPA DO PLANO DE INTERVENÇÃO OPERACIONAL PARA 2026
ZIF DE SARZEDAS-ESTACAL

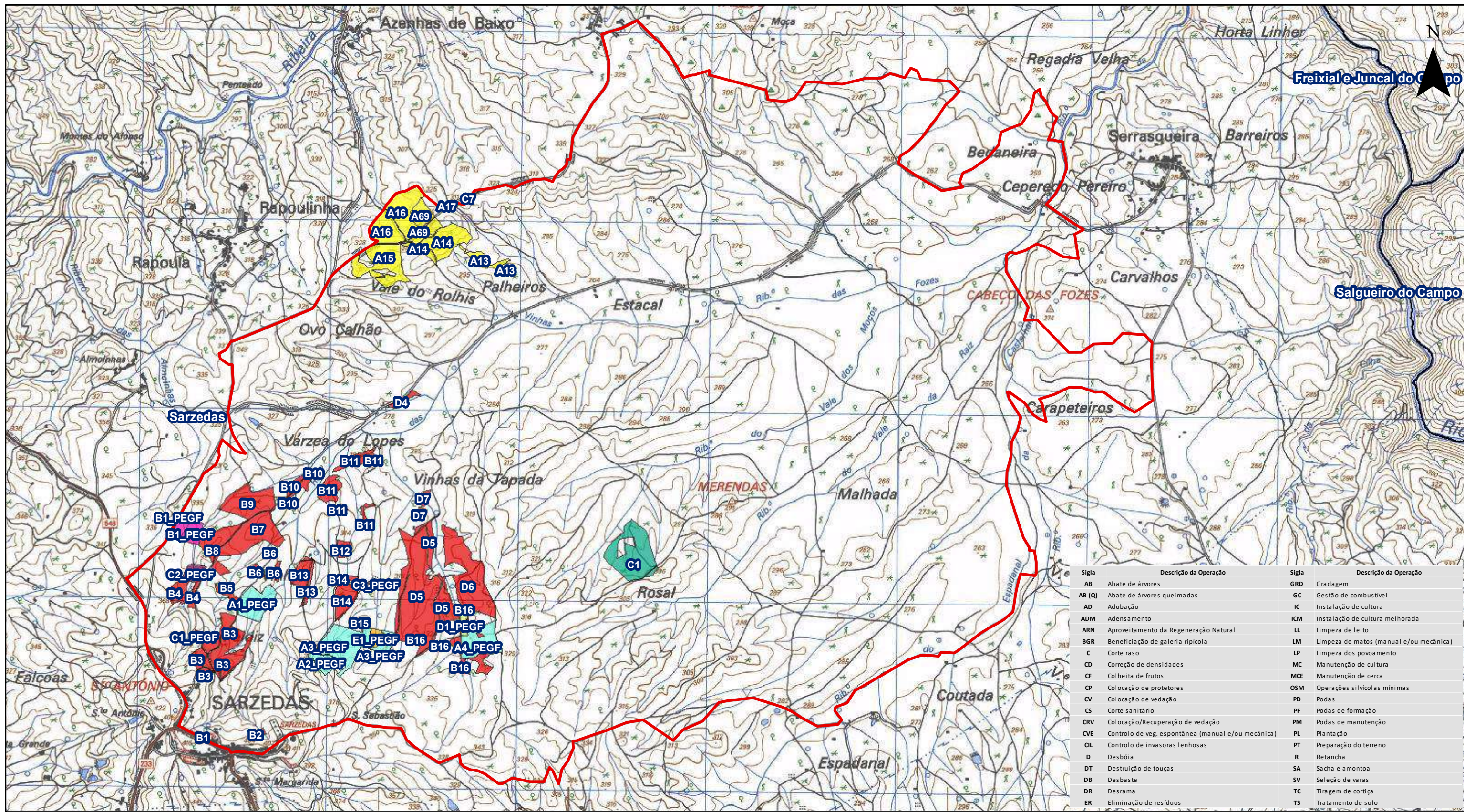
1:19 000 Mapa n.º 18

Sistema de Coordenadas Hayford - Gauss
Datum Lisboa

Fonte(s) : DGT (2016)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022



- Enquadramento :**
- Espanha
 - Limites Administrativos - Freguesias
 - ZIF de Sarzedas - Estacal = 1322,71 ha
- Intervenções para 2027 - 2031 :**
- C
 - DB+ER+LM
 - GRD
 - LM
 - LMman/LMmec
 - PF+PM+DR+ER+LM
 - PF+PM+DR+ER+LM+TC
 - PF+PM+ER+LM+TC
 - TC

MAPA DO PLANO DE INTERVENÇÃO OPERACIONAL PARA 2027 - 2031
ZIF DE SARZEDAS-ESTACAL


1:19 000 Mapa n.º 19

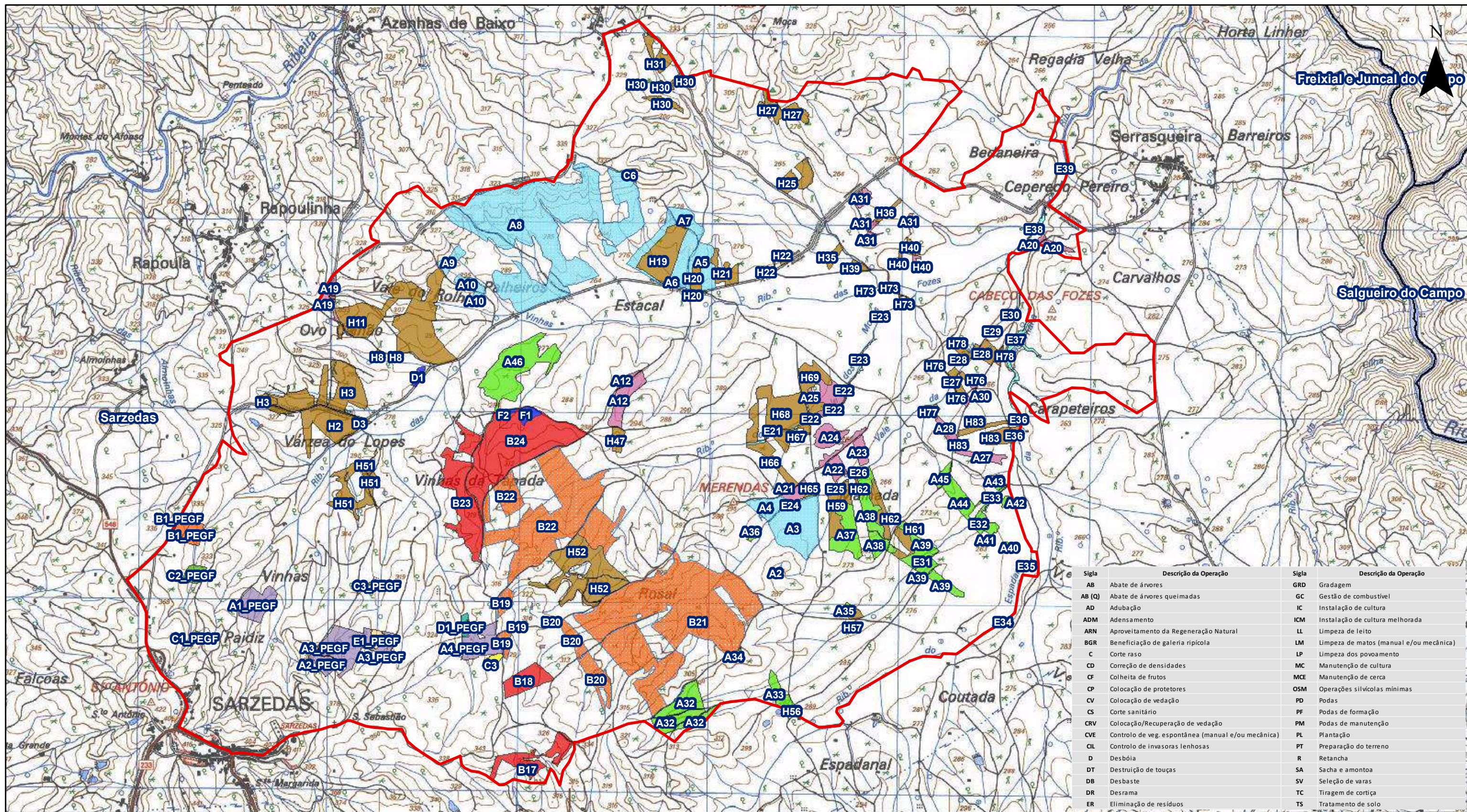
Sistema de Coordenadas Hayford - Gauss
 Datum Lisboa

Fonte(s) : DGT (2016)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Sigla	Descrição da Operação	Sigla	Descrição da Operação
AB	Abate de árvores	GRD	Gradagem
AB (Q)	Abate de árvores queimadas	GC	Gestão de combustível
AD	Adubação	IC	Instalação de cultura
ADM	Adensamento	ICM	Instalação de cultura melhorada
ARN	Aproveitamento da Regeneração Natural	LL	Limpeza de leito
BGR	Beneficiação de galeria ripícola	LM	Limpeza de matos (manual e/ou mecânica)
C	Corte raso	LP	Limpeza dos povoamentos
CD	Correção de densidades	MC	Manutenção de cultura
CF	Colheita de frutos	MCE	Manutenção de cerca
CP	Colocação de protetores	OSM	Operações silvícolas mínimas
CV	Colocação de vedação	PD	Podas
CS	Corte sanitário	PF	Podas de formação
CRV	Colocação/Recuperação de vedação	PM	Podas de manutenção
CVE	Controlo de veg. espontânea (manual e/ou mecânica)	PL	Plantação
CIL	Controlo de invasoras lenhosas	PT	Preparação do terreno
D	Desbóia	R	Retanchar
DT	Destruição de touças	SA	Sacha e amontoa
DB	Desbaste	SV	Seleção de varas
DR	Desrama	TC	Tiragem de cortiça
ER	Eliminação de resíduos	TS	Tratamento de solo



Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Sarzedas - Estacal = 1322,71 ha

Intervenções para 2032 - 2036 :

 BGR	 LM	 PF+PM+DR+ER+LM
 DB	 LMman/LMmec	 PF+PM+DR+ER+LM+TC
 DB+ER+LM	 LMman/LMmec+DR	 PF+PM+ER+LM
 GC	 LMman/LMmec+TC	 SV+GRD+ADM
 GRD	 LMman/LMmec/PF	 TC

MAPA DO PLANO DE INTERVENÇÃO OPERACIONAL PARA 2032 - 2036
ZIF DE SARZEDAS-ESTACAL

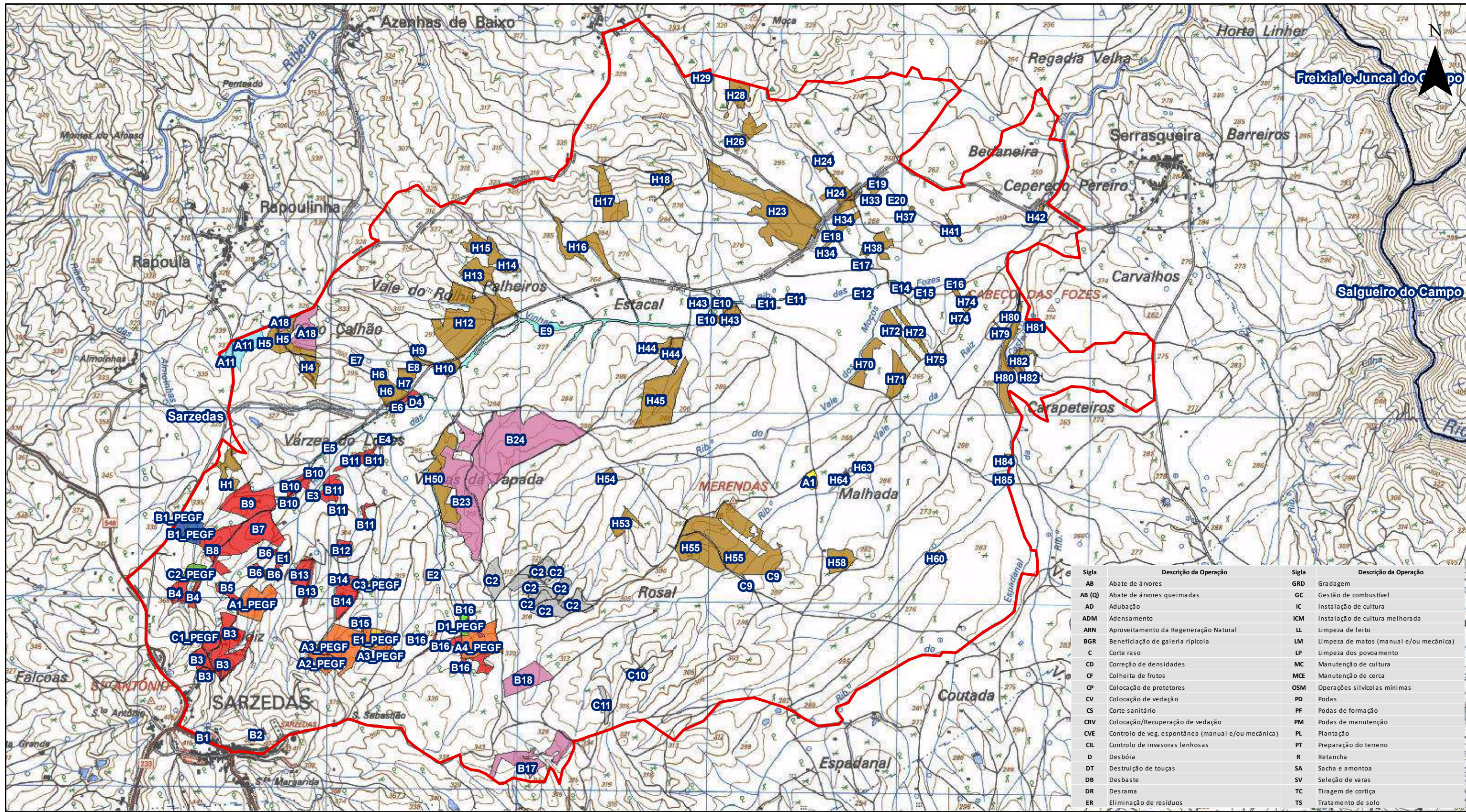
1:19 000 Mapa n.º 20

Sistema de Coordenadas Hayford - Gauss
Datum Lisboa

Fonte(s) : DGT (2016)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022



Sigla	Descrição da Operação	Sigla	Descrição da Operação
AB	Abate de árvores	GRD	Gradagem
AB (Q)	Abate de árvores queimadas	GC	Gestão de combustível
AD	Adubação	IC	Instalação de cultura
ADM	Adensamento	ICM	Instalação de cultura melhorada
ARN	Aproveitamento da Regeneração Natural	LL	Limpeza de leito
BGR	Beneficiação de galeria ripícola	LM	Limpeza de matos (manual e/ou mecânica)
C	Corte raso	LP	Limpeza dos povoamentos
CD	Correção de densidades	MC	Manutenção de cultura
CF	Colheita de frutos	MCE	Manutenção de cerca
CP	Colocação de protetores	OSM	Operações silvícolas mínimas
CV	Colocação de vedação	PD	Podas
CS	Corte sanitário	PF	Podas de formação
CRV	Colocação/Recuperação de vedação	PM	Podas de manutenção
CVE	Controlo de veg. espontânea (manual e/ou mecânica)	PL	Plantação
CIL	Controlo de invasoras lenhosas	PT	Preparação do terreno
D	Desbóia	R	Retanchar
DT	Destruição de touças	SA	Sacha e amontoa
DB	Desbaste	SV	Seleção de varas
DR	Desrama	TC	Tiragem de cortiça
ER	Eliminação de resíduos	TS	Tratamento de solo



Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Sarzedas - Estacal = 1322,71 ha

Intervenções para 2037 - 2039 :

 BGR	 LMman/LMmec	 PF+PM+ER+LM
 C	 LMman/LMmec+DR+DB	 SV+GRD+ADM
 DB+ER+LM	 LP+LMman	 TC
 GC	 PF+DR+ER+LM	
 LM	 PF+PM+DR+ER+LM	

MAPA DO PLANO DE INTERVENÇÃO OPERACIONAL PARA 2037 - 2039
ZIF DE SARZEDAS-ESTACAL

1:19 000 Mapa n.º 21

Sistema de Coordenadas Hayford - Gauss
Datum Lisboa

Fonte(s) : DGT (2016)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022

